



**Universidade
Estadual de Goiás**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus Anápolis de Ciências Socio-Econômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em “Territórios e Expressões Culturais no
Cerrado”

CARLA EDIENI DA SILVA ALVES

RIO ARAGUAIA: DE UTOPIA DE SALVAÇÃO À PRAIA DOS GOIANOS

Anápolis

2017

CARLA EDIENI DA SILVA ALVES

RIO ARAGUAIA: DE UTOPIA DE SALVAÇÃO À PRAIA DOS GOIANOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na Linha de Pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Oliveira

Anápolis

2017

Ficha catalográfica

A474r

Alves, Carla Edieni da Silva.

Rio Araguaia [manuscrito] : de utopia de salvação à praia dos goianos / Carla Edieni da Silva Alves. – 2017.

120f.:il.

Orientadora: Maria de Fátima Oliveira.
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).
Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2017.

Inclui bibliografia.

1.Geografia. 2. Rio Araguaia – Goiás (Estado) – Aspectos culturais. 3. Rio Araguaia – Lazer – Goiás (Estado). 4. Dissertações – TECCER – UEG .I.Oliveira, Maria de Fátima.
II.Título.

CDU 911.3(817.3:251.3)(043)

CARLA EDIENI DA SILVA ALVES

RIO ARAGUAIA: DE UTOPIA DE SALVAÇÃO À PRAIA DOS GOIANOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na Linha de Pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Oliveira

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria de Fátima Oliveira
Presidente/ UEG-TECCER

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho
Examinador Externo/UFG

Prof. Dr. Eliezer Cardoso de Oliveira
Examinador Interno/UEG- TECCER

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva
Suplente

Anápolis, 17 de abril de 2017.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar os meus passos.

As minhas filhas, Eduarda e Bruna, a vocês duas o meu infinito amor.

Agradeço ao meu esposo Emival, obrigada por tanto companheirismo e dedicação, sem você tudo seria mais difícil.

À minha orientadora, Maria de Fátima Oliveira, pela orientação paciente e confiança depositada em mim desde tempos atrás. Seu empenho, generosidade e força me trouxeram até aqui. Obrigada por tudo.

Aos meus irmãos, por nossa persistência em viver com dignidade apesar de tudo.

Ao professor Eliezer Cardoso de Oliveira – meu ídolo – obrigada por fazer parte dessa trajetória, seus conselhos e contribuições sempre foram muito valiosos para mim.

Aos professores Poliene dos Santos Soares Bicalho e Ademir Luiz da Silva por seus pertinentes apontamentos e colaborações.

Ao professor Manuel Ferreira Lima Filho, por sua especial presença nas minhas bancas de qualificação e de defesa.

As minhas queridas amigas Aracelly Borges, Eloane Aparecida, e Lívia Rosa da cruz, por sossegarem meu coração em momentos em que fraquejei.

Aos funcionários do Observatório do Turismo (IPTUR), em especial à coordenadora Giovana Tavares por sua generosa contribuição em disponibilizar informações tão pertinentes à pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Estadual de Goiás e aos bibliotecários do Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas.

À UEG, pela concessão da bolsa de mestrado, decisiva para a conclusão desta dissertação.

RESUMO

Essa pesquisa investiga os usos do rio Araguaia como utopia de salvação da Província de Goiás no século XIX (principalmente como meio de navegação), em contraste com a mudança de perspectiva na segunda metade do século XX, com o surgimento das primeiras práticas de lazer em suas praias, como elementos de transformações sociais, associados à modernidade. No século XIX, merecem destaque, os projetos dos aldeamentos, dos presídios, o incremento da pecuária, e a navegação a vapor. No século seguinte, pode-se observar que os projetos de navegação continuam como tentativas de desenvolver a região, mas novas políticas são defendidas, como por exemplo, as ferrovias, as rodovias e o incentivo ao lazer. Desse modo, o foco central desta pesquisa é, por um lado, contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre um espaço geográfico e simbólico que foi e continua sendo de suma importância nas questões históricas, ambientais, sociais, e políticas de Goiás; e por outro, perceber e analisar a mudança de mentalidade na relação homem natureza, quanto a esta prática de lazer, que se intensificou na década de 1990, influenciada pela mídia televisiva e pelas ações das políticas públicas, despertando nos goianos o desejo de estar nas praias do Araguaia. Para compreender como se deram as transformações no processo de representação sobre o rio Araguaia, examinamos as motivações políticas e sociais dos indivíduos, utilizando como fontes os relatórios de presidentes da província - que retratam o rio Araguaia como “utopia de progresso” - e os jornais, a literatura, as músicas e os vídeos, que retratam o rio como “praia dos goianos”. Portanto, pensar como o rio Araguaia vem sendo utilizado desde o século XIX e as rupturas no que se refere ao seu uso a partir da segunda metade do século XX, é uma forma de evidenciar as mudanças nas práticas da sociedade goiana.

Palavras-chave: Rio Araguaia; Representação; Navegação; Lazer; Praia dos Goianos.

ABSTRACT

This research investigates the use of the river Araguaia as a salvation utopia of the Goiás Province in the nineteenth century (mainly as navigation means), in contrast to the change of perspective in the second half of the twentieth century, with the emergence of the first leisure activities in your Beaches, as elements of social transformation, associated with modernity. In the 19th century, special mention should be made of village projects, prisons, ranch house and steam navigation. In the following century, it can be observed that navigation projects continue as attempts to develop the region, but new politics are defended, for example, railroads, highways and leisure incentives. This mode the central focus of this research is, on the one hand, to contribute to the deepening of knowledge about a geographical and symbolic space that was and continues to be of paramount importance in the historical, environmental, social, and political issues of Goiás, and on the other hand, to perceive and analyze the change of mentality in the relationship between man and nature, regarding the this leisure practice, which intensified in the 1990s, influenced by the television media and by the actions of public politics, arousing in the Goians the desire to be on the beaches of Araguaia. In order to understand how transformations occurred in the representation process on the Araguaia River, we intend to study the political and social motivations of individuals, using as sources the reports of presidents of the province - who portray the Araguaia River as a "utopia of progress" And the newspapers, literature, music and videos, which portray the river as "beach of Goias." Therefore, to think about how the Araguaia River has been used since the nineteenth century and the ruptures regarding its use from the second half of the twentieth century, is a way to highlight the changes in practices of the society of Goiás.

Keywords: Araguaia River; Representation; Navigation; Recreation; Goiano's Beach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Província de Goiás – 1875 - hidrografia.	14
Figura 2 - Presídio de Santa Maria. Esboço de Henri Coudreau, 1897.	22
Figura 3 - Hélice do vapor Colombo, banco do timoneiro e pá de navegação.	34
Figura 4 - Cena do filme “Fitzcarraldo” em que um navio é transportado através da floresta.	34
Figura 5 - Mapa de Goiás, com o trajeto inicial da ferrovia e a localização das principais cidades (elaborado por Ernesto Camelo).	40
Figura 6 - Embarcação a motor (1935-1970)	42
Figura 7 - Estátua na praça do garimpeiro em Baliza-GO	44
Figura 8 - Canoas a motor no porto de Aruanã - 2016 (é o principal meio de transporte para levar os turistas do porto até as praias do Araguaia).	45
Figura 9 - Passeio turístico pelas principais praias nas proximidades de Aruanã - 2016.	46
Figura 10 - Cacique Karajá Raul Hawakate da aldeia Buridina / Figura 11 - Centro Cultural, 2016	59
Figura 12 - Reprodução do Hotel JK, confeccionada pelo Globo repórter 18/03/2016.	62
Figura 13 - Nota de 1.000,00 (Mil cruzeiros) 1990. Estampa Candido Rondon e indígenas Karajá.	65
Figura 14 - Acampamento dos Karajá às margens do Araguaia.	67
Figura 15 - Mapa turístico do Estado de Goiás - 2016.	69
Figura 16 - Imagem representativa dos acampamentos destacados na paisagem do rio Araguaia, na faixa que corresponde aos municípios entre Britânia, Aruanã, e São Miguel do Araguaia (2015).	72
Figura 17 - Corpo de bombeiros militar do Estado de Goiás – região de Itacaiú, 2016.	74
Figura 18 - Governo noticia Araguaia limpo, e estradas em boas condições na temporada de 2005.	74
Figura 19 - Acampamentos de tendas na região de Itacaiú- 2016.	74
Figura 20 - Acampamento com cobertura de palha entre Itacaiú e Aruanã- 2016.	75
Figura 21 - Ponte de Itacaiú – liga Goiás a Mato Grosso – 2016.	76
Figura 22 - Anuário Turístico de Goiás 1995 (capa e página 373).	77
Figura 23 - Tenda instalada para apresentações de cantores e artistas na temporada de 2016.	79
Figura 24 - Rio Araguaia – região entre Itacaiú e Aruanã- 2016.	87
Figura 25 - Andorinhas na região de Itacaiú 2016.	89

Figura 26 - The Beach at Scheveningen 1658, Oil on canvas Staatliche Museen, Kassel/Adriaen's van del Velde.....	93
Figura 27 - Caminhada ecológica.....	97
Figura 28 - Jet sky no porto de Aruanã 2010.	98
Figura 29 - Figura campeonato de caiaque/ Itacaiú- 2015.	98
Figura 30 - Acampantes jogam vôlei em fim de tarde no Araguaia. Região de Itacaiú /2016.	99
Figura 31 - Pesca esportiva no Araguaia.	99
Figura 32 - Temporada de praia em Aruanã(GO) / Figura 33 - Copacabana, Rio de Janeiro 2016.	99
Figura 34 - Rio Araguaia Itacaiú-2016.....	100
Figura 35 - Mapa de localização da pesquisa de campo – entre Itacaiú- e Aruanã (principais rodovias e vias de acessos).	102
Figura 36 - Jornal O Popular anuncia que o rio - praia - já é do turista em 1996.	104
Figura 37 - Em 2003 o Jornal O popular vincula na mesma página lazer e preservação ambiental.	104
Figura 38 - O Popular 1996 noticia a falta de preservação do Araguaia, belezas naturais e investimento no turismo.	104
Figura 39 - As manchetes destacam, preservação, esportes náuticos e os acampamentos nas praias no Araguaia- 1996.....	106
Figura 40 - Jornal O Popular mostra a expectativa de visitantes na temporada “rota sol” 2003.	107
Figura 41 - Cena de Patrícia Pillar no rio Araguaia na novela O rei do gado - 1996.....	109
Figura 42 - Aruanã temporada de férias 2016.	110
Figura 43 - Logomarca da novela Araguaia / Figura 44 - Ator Murilo Rosa em cena nas margens do Araguaia- 2010.	111
Figura 45 - Propaganda televisiva do supermercado Marcos -2003 a 2011.....	113
Figura 46 - Anúncio Carrefour 1996.	114
Figura 47 - Anúncio Bom Preço Auto Peças.....	115
Figura 48 - Unimed- 2005 (O popular - pasta 404).....	115
Figura 49 - Embarcação Unimed- Aruanã- 2016.	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos industriais de Goiás, 1966, 1974, 1979, 1981, 1996, 2005, 2010.	51
Tabela 2 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: população recenseada e estimada- 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007-2013.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação dos Presídios criados no século XIX nas margens do Rio Araguaia e suas proximidades	23
Quadro 2 - Levantamento do número de habitantes indígenas em 1862.....	24
Quadro 3 - Distâncias de Brasília –DF e Goiânia -GO e as principais vias de acesso para Aragarças, Aruanã e Britânia.	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I - NAVEGAR É PRECISO	13
1.1 A REPRESENTAÇÃO DA DECADÊNCIA COMANDA O BARCO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS.....	13
1.2 OS ALDEAMENTOS E OS PRESÍDIOS COMO TENTATIVAS DE INCENTIVO À NAVEGAÇÃO.....	16
1.3 COUTO DE MAGALHÃES E A UTOPIA DA NAVEGAÇÃO.....	25
CAPÍTULO 2 - O SONHO DE MODERNIDADE DESÁGUA NO RIO	37
2.1 A MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS MOVIMENTA AS MARGENS DO ARAGUAIA..	37
2.1.1 A dinamização das embarcações a motor no Araguaia	41
2.1.2 Urbanização e modernização fomentam o lazer no Araguaia	46
2.2 O KARAJÁ E O OUTRO	56
2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO LAZER E AS LEIS AMBIENTAIS NAVEGAM LADO A LADO	66
CAPÍTULO 3 - SOU GOIANO, SOU ARAGUAIA.....	81
3.1- A REIVENÇÃO DA CONTEMPLAÇÃO DO ARAGUAIA	81
3.2 A PRAIA: UMA DISTÂNCIA TEMPORAL E IMAGÉTICA DO RIO ARAGUAIA....	91
3.2.1 A fruição das praias no imaginário brasileiro e seus reflexos na praia do Cerrado	95
3.3 RIO ARAGUAIA: UM PROTAGONISTA NA MÍDIA	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Os rios aparecem na historiografia como objetos de estudo capazes de suscitar discussões de aspectos fundamentais da sociedade contemporânea sobre questões referentes aos espaços geográficos, ambientais, históricos e culturais. Talvez um dos exemplos mais significativos a respeito disso tenha sido mostrado por Lucien Febvre em *O Reno: história, mitos e realidades*. Neste livro, o autor procurou evidenciar que o Reno não era apenas um dado natural, mas um produto da ação humana ao longo da História. Febvre mostrou que o imaginário construído ao longo do tempo, deu ao Reno um “estranho e poderoso prestígio” capaz de transformá-lo em uma poderosa via economicamente transcontinental. Desse modo, nós também invocamos o tempo e o imaginário de que tanto nos fala Febvre, para mostrar as transformações culturais e sociais de um dos mais importantes rios do Brasil, o Araguaia.

O rio Araguaia - *Rio das Araras*- já foi chamado também de Paraupava pelos povos não indígenas que adentravam o território, mas para os indígenas Karajá – *Iny* - seu verdadeiro nome é Berohoky - o grande rio - principal referencial que delinea o espaço cósmico social deste grupo. O rio Araguaia é um rio genuinamente brasileiro, pertencente à bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins e tem suas nascentes localizadas na Serra dos Caiapós na região Sudoeste de Goiás, na divisa com Mato Grosso, no município de Mineiros-Go. Sempre nessa sina de rio-fronteira, segue adiante rumo ao norte, marcando também os limites entre os estados de Tocantins e Pará. Bifurca-se, formando a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal, e só então, depois de percorrer 2.115 km, é que ele deságua no rio Tocantins na região do Bico do Papagaio, nas proximidades de S. João do Araguaia (atual região metropolitana de Marabá-PA). Seu regime está condicionado às chuvas de verão (de dezembro a abril).

O rio Araguaia nasce, portanto, no Planalto Central e segue em direção à região amazônica, atravessando uma considerável zona de transição entre o cerrado e a floresta. Variável na forma, esse rio tem seus contornos alterados durante o ano, esculpidos ora pela seca, ora pelas chuvas. Quando transborda inunda tudo e se alarga, quando suas águas baixam, ganha praias belíssimas que a cada ano muda de aspecto e ganha ares de balneário, atualmente é a característica mais marcante do rio, comumente chamado de “praia dos goianos”. Mas antes de ser praia, o rio Araguaia foi palco de lutas interétnicas, luta armada no período da ditadura militar, mas também palco de sonhos, músicas e poesias, e, atualmente, também de lazer.

O rio Araguaia tem merecido a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, o que tem resultado em várias publicações. Dentre elas, podemos destacar: O livro *Viagem ao Araguaia* de Couto de Magalhães que possibilita aprofundar na compreensão de diversos aspectos do rio e das tentativas de desenvolver as comunicações na Província de Goiás por meio da navegação no rio Araguaia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*, de Dalísia Doles (1973), que trouxe profundas contribuições, visto que a autora ressalta a importância do rio Araguaia na perspectiva da marcha de penetração, povoamento e colonização no centro-norte brasileiro no século XIX. A pesquisadora afirma que, fundando o Império, começou a declinar a navegação do Araguaia que nascera como um sonho de benefícios para toda a província, mas que no final do século XIX não havia cumprido o papel de veículo integrador no processo de desenvolvimento do Brasil; *Nas águas do Araguaia - a navegação e a hibridiz cultural*, de Carvalho (2009) podemos compreender, em parte, como se deu o processo de trocas culturais nesse espaço, por possuir imenso capital natural, rico de representações e condutor de muitas histórias, desde os primeiros habitantes indígenas que ocuparam suas margens; Oliveira (2010) em sua tese de doutorado, observa que as principais razões pelas quais um dos maiores rios de Goiás, o Araguaia, não tenha conseguido, como meio de transporte, proporcionar maior desenvolvimento à região, “foram os obstáculos naturais, a fragilidade econômica da província e o vazio demográfico de população branca às margens do mesmo”. Isso se deve, sobretudo pela sua formação física, isto é, pela presença de muitas cachoeiras, corredeiras, bancos de areia, e principalmente pela falta de profundidade para a passagem das embarcações, o que dificultava a navegação. Entretanto, na atualidade, são essas mesmas condições que irão favorecer o uso das praias para lazer. Outro estudo mais recente que merece destaque, é o de Ramos (2011), *Romaria das águas: ambiente, afeto e representações nas praias do rio Araguaia/Go*, pesquisa importante para uma discussão interdisciplinar, uma vez que a autora trata da apropriação do rio Araguaia pela perspectiva ambiental, ou seja, as representações estabelecidas entre os indivíduos e o rio.

Embora os estudos de Ramos (2011) e os demais acima relacionados sejam importantes para a compreensão do rio Araguaia sobre diversos aspectos, o enfoque principal dessa investigação é a análise das práticas de lazer dos goianos após a segunda metade do século XX. Assim, este estudo tem como principais objetivos: contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre um espaço geográfico e simbólico que foi e continua sendo de suma importância nas questões históricas, ambientais, sociais, e políticas de Goiás; analisar as representações sobre o rio Araguaia no século XIX, especialmente sob a ótica utópica dos

presidentes de província, que acreditavam ser a navegação pelo Araguaia o principal meio para o desenvolvimento de Goiás, sendo Couto de Magalhães o maior visionário do desenvolvimento comercial por via fluvial; entender o processo de abandono da navegação no Araguaia e a tentativa de desenvolver a região por outros meios, como por exemplo, pela ferrovia, nas primeiras décadas do século XX; e investigar o processo de mudança de mentalidade e comportamento sociocultural dos goianos que, embora já frequentassem o Araguaia antes, apropriaram-se do rio a partir da segunda metade do século XX como objeto de lazer.

Desse modo, justificamos a relevância deste estudo a partir da reflexão feita a respeito do uso do rio Araguaia, como um projeto idealizado de navegação ocorrido no século XIX pelos governantes da Província - tema abordado por nós no trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Estadual de Goiás em 2014 - e o desejo de dar continuidade à investigação, buscando explicações e respostas para os usos do rio na atualidade. Na pesquisa intitulada “O rio Araguaia: Utopia de salvação da Província de Goiás”, constatamos que o rio Araguaia se apresentou como “utopia¹” devido ao fato de ter sido vislumbrado como eixo econômico pelos governantes da Província, idealizada principalmente por Couto Magalhães que acreditava na função histórica do Araguaia com a navegação a vapor. Porém, não havendo resultados significativos, em 1888, a navegação foi suspensa, culminando em perspectivas econômicas pouco animadoras e prejuízos incalculáveis.

A respeito da metodologia adotada, buscamos em primeiro lugar reunir documentos e referências acerca do Araguaia e sobre Goiás utilizando uma série de fontes como livros de memorialistas, decretos, guias turísticos, poesias, revistas e aplicação de questionários nos acampamentos². Foram feitas também pesquisas em arquivos como: o jornal O popular, Museu da Imagem e do Som (MIS), Secretaria do Turismo de Goiás (STG) e no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), a fim de perceber a representação dos primeiros discursos em relação às temporadas no rio Araguaia. Neste contexto histórico de apropriação

¹ Utopia, termo que, em grego, significa "lugar nenhum". Mediante ao termo racional e crítico Utopia é um livro publicado em 1516, 24 anos depois do descobrimento da América por Américo Vespúcio. Escrito pelo inglês Thomas More - Moro ou Morus - (1478-1535), no qual este autor faz uma crítica à Inglaterra das primeiras décadas do século XVI. Utopia é a ideia de civilização ideal, fantástica, imaginária. É um sistema ou plano que parece irrealizável, é uma fantasia, um devaneio, uma ilusão, um sonho. No sentido mais limitado, significa toda doutrina social que aspira a uma transformação da ordem social existente, de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes sociais (MORUS, 2004).

² Durante as férias do mês de julho dos anos 2015 e 2016 – entre os dias 03/07 a 10/07 dos respectivos anos foram aplicados questionários em acampamentos na região entre Itacaiú e Aruanã. Estes resultados não foram divulgados nesta pesquisa a fim de preservar a imagem dos frequentadores, devido ao fato do projeto de pesquisa não ter sido submetido ao Conselho de Ética.

do espaço, a pesquisa de campo fez-se necessária, uma vez que, tencionava perceber a representação e a relação homem-natureza nos indivíduos que frequentam as praias desse rio anualmente, especialmente nas férias de julho.

Nossas inquietações a respeito de aspectos culturais, políticos e sociais, em relação ao rio Araguaia, partem basicamente da problematização das seguintes questões: após o projeto frustrado da navegação a vapor, como o Araguaia vem sendo utilizado, e quais as transformações estruturais dos ambientes de lazer e as políticas públicas voltadas para o uso deste, levando em consideração a relação homem-natureza? A transformação econômica e o crescimento urbano de Goiás fizeram com que os goianos passassem a frequentar com mais intensidade as praias do Araguaia? Qual o contexto sociocultural que explica a transformação do rio Araguaia, antes considerado a principal utopia de desenvolvimento de Goiás no XIX, em referência para o lazer ambiental a partir da segunda metade do século XX? A prática de lazer em períodos de férias e temporadas é um fenômeno espontâneo ou existe um apelo que remete ao uso das praias do rio Araguaia associado ao uso das praias do mar?

Segundo nossas hipóteses, o rio Araguaia se tornou uma referência no lazer em Goiás a partir da segunda metade do século XX, devido: a) a nova representação sobre a natureza e a conseqüente emergência de novas formas de lazer para a classe média urbana; b) às políticas públicas voltadas para o uso do rio e suas praias, bem como as propagandas na mídia, que são elementos a serem considerados na motivação e aumento do interesse dos goianos em frequentarem esse ambiente de lazer; c) às representações que os usuários conferem ao rio Araguaia como *praia dos goianos*, percebidas por meio das músicas, jornais, vídeos e propagandas; e d) devido às transformações estruturais como asfalto, serviços e urbanização.

Nesse sentido, pensar o rio historicamente oferece um terreno fértil para a atividade investigativa de comparação no período analisado, pois, o rio proporciona a percepção do fluir dos acontecimentos, das curvas, dos acidentes, da sensação de um momento e nos remete a um período sonhado e idealizado pelos homens ao longo do tempo. Desse modo, pensar o processo de longa duração da abordagem desta pesquisa sobre o Araguaia, nos remete ao livro de Braudel (1984) *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na Época de Felipe II*, pois ajuda-nos a pensar sobre sua proposta inovadora, ao mostrar que todas as particularidades representativas têm uma história, ou melhor, são partes da História e tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem as representações. Daí a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento - ciências sociais, a geografia e a sociologia - e também pensar sobre o conceito de longa duração, por ser um modelo da pluralidade dos tempos

históricos, ou seja, uma forma de abordar os acontecimentos históricos que transcorrem na lenta mudança da paisagem na relação do homem com o meio. Por isso, a importância de uma análise focada na longa duração, que possibilite perceber as transformações na região do rio Araguaia.

Procurando entender as conjunturas do pensamento do homem moderno em relação à busca pelo contato com a natureza, procuramos nos estudos de Keith Thomas e Cleber Dias o entendimento de como se dá a mudança na atitude das pessoas que passam a valorizar e ter apreço pela natureza. Para o primeiro autor, a valorização do lazer surge depois do processo da Revolução Industrial, pois segundo ele, este “processo demorou a se realizar” (THOMAS, 2010). Já para Dias (2013), a procura dos lugares de lazer na natureza e a invenção da paisagem são “uma apresentação culturalmente instituída da natureza, a construção de um equivalente simbólico que serve como ponto de encontro para todo um esforço intelectual que ordena e dá forma às nossas percepções”. Segundo seu pensamento, esse processo de mudança começa a tomar forma a partir do final do século XVIII. Assim, a proposta é datar e analisar a mudança de comportamento em relação ao uso das praias do mar europeu, no Brasil e no Araguaia, possibilitando conhecer os primórdios de uma preocupação ecológica e que implicações políticas e sociais isso traz para o rio Araguaia no período contemporâneo.

Isto posto, acredita-se que, em Goiás, a representação sobre a natureza e as praias do Araguaia foram assimiladas principalmente pela classe média como nova forma de lazer, e pode estar ligada ao desenvolvimento econômico do estado, a partir das políticas públicas voltadas para o aproveitamento desse rio. Maia (2005, p. 339) reforça essa ideia, ao afirmar que “conduzindo o homem ao prazer da vida, via opções oferecidas para o lazer, a cultura ou o mero conhecimento de locais diferentes” contribui-se para melhorar a vida das sociedades.

Bourdieu (1996) é outro teórico que contribui para o estudo no que se refere à compreensão das estruturas discursivas que condicionam o pensamento do homem em determinadas épocas, e também para o entendimento do conceito de espaço social e simbólico. Desse modo, é possível entender como ocorreu, a partir dos discursos de progresso, o “enfrentamento” da natureza na região central do Brasil, o meio da penetração e a fixação do homem no século XIX e XX, pois a representação da paisagem do rio Araguaia não se constitui em discursos neutros, mas ao contrário, produz estratégias e práticas (sociais e políticas) capazes de legitimar os projetos de apropriação do seu espaço. Segundo Bourdieu (1996, p.15), “não podemos captar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”. É nesse sentido que os argumentos do autor são fecundos nessa análise.

Frequentar o rio Araguaia tornou-se questão de *status* social, fruto de auto realização e estilo de vida para grande parcela dos indivíduos visitantes de suas praias. Por isso, as considerações sobre a globalização também são necessárias nesta pesquisa para refletir sobre o sentido da sociedade em que vivemos, procurando analisar de que forma a contemporaneidade se relaciona com os aspectos mais íntimos da vida pessoal dos indivíduos, partindo do pressuposto de que a modernidade, fenômeno global de longo alcance, altera a natureza da vida social cotidiana (IANNI, 1996, p. 18). Além disso, é importante pensar na questão da identidade goiana que transita entre o efeito da modernização urbana e o mundo rural, híbridas nas relações simbólicas. Sobre essa subjetivação de valores da questão identitária, nos apoiamos nos autores Stuart Hall e Peter Burke, visto que, a identidade “é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato” (HALL, 2014, p. 24).

Para pensar o rio como área de lazer, buscamos fazer uma relação com o pensamento de Corbin (1989), sobre a história do desejo dos banhos de mar e suas praias, a fim de perceber se há uma correlação entre o interesse pelo uso das praias de rios, e mais especificamente sobre a prática de turismo nas praias do rio Araguaia, como as motivações dos indivíduos analisados por este autor em *Território do vazio*.

Como explicitado acima, a perspectiva dessa investigação foi a de buscar conceitos interdisciplinares importantes, mas seu embasamento fundamental está na História cultural, que possibilita perceber o passado como representação. Desse modo, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro faz uma análise do contexto sobre o rio Araguaia no século XIX em Goiás, especialmente sob a ótica utópica dos presidentes da província, que acreditavam ser a navegação pelo Araguaia o principal meio para o desenvolvimento de Goiás, com destaque para Couto de Magalhães, o maior visionário do desenvolvimento comercial por esta via fluvial.

No segundo capítulo, investigamos os processos de modernização voltados para Goiás, que vinham ocorrendo desde o início do século XX, com o advento da estrada de ferro anunciada como solução para integrar Goiás ao resto do país. No que se refere ao Araguaia, o sentido de modernização está relacionado à dinamização dos barcos a motor, utilizados a princípio como principal meio de transportes, motivados principalmente pela atividade mineradora e indispensável para tratar esse período no processo que configura a paisagem do Araguaia. Outro fator necessário para se pensar as transformações culturais que levaram os indivíduos a frequentar o Araguaia está relacionado à urbanização e industrialização do estado, fatores que possibilitaram a mudança de mentalidade e comportamento da classe média, que passou a frequentar o rio Araguaia a partir da segunda metade do século XX. Neste capítulo,

tratamos ainda da situação dos povos Karajá diante das transformações do seu espaço de vivência pelo turismo e a expectativa das novas políticas criadas para o uso do rio Araguaia desvinculadas daquelas pensadas no século XIX, uma vez que surge uma nova forma de aproveitá-lo para a prática de lazer.

Finalmente, a proposta do terceiro capítulo é a de investigar como os agentes frequentadores do Araguaia passaram a ver o rio sob o respaldo dessa nova representação, o lazer. Para isso, pesquisamos em jornais, leis ambientais, literatura, música, mídia televisiva e por meio de entrevistas, que mostram como o rio Araguaia se tornou esse espaço de lazer. Atualmente existe uma ação midiática que reforça o turismo nas regiões do rio Araguaia, ou seja, as pessoas são incentivadas a irem às praias do Araguaia, a partir do discurso desenvolvimentista e das transformações socioculturais que levaram a sociedade goiana a idealizar o rio como praia e lugar de lazer.

CAPÍTULO I - NAVEGAR É PRECISO

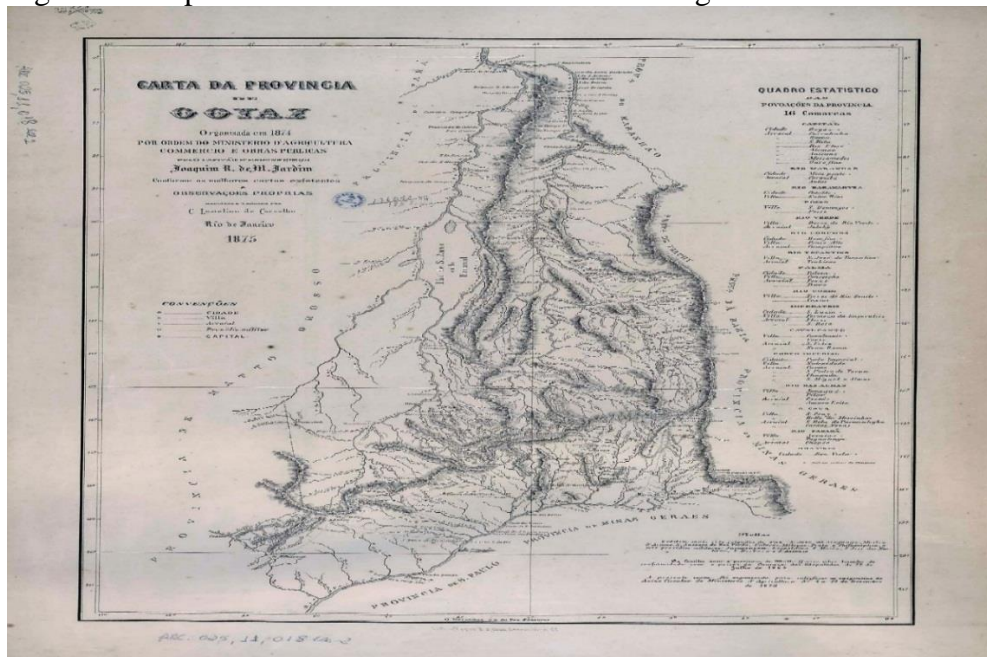
A representação da “decadência” formulou um imaginário ideológico capaz de influenciar muitos governantes, viajantes e teóricos que pensaram Goiás por esse viés. Um conjunto de fatores contribuiu para essa imagem, tais como, a distância da Província em relação ao litoral, o período da transição da mineração para agropecuária, as grandes extensões de terras, as dificuldades de povoamento e a questão indígena. Mesmo assim, foram esses mesmos fatores que auxiliaram significativamente no ideal de navegar um dos principais rios de Goiás, o Araguaia. Após muitos apelos para viabilizar a navegação neste rio, em 1863 Couto de Magalhães apresenta-se, como o patrono desse feito. Segundo seus argumentos, problemas como a falta de comércio, povoamento e a “civilização” dos indígenas só seriam solucionadas por meio da navegação.

1.1 A REPRESENTAÇÃO DA DECADÊNCIA COMANDA O BARCO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

O discurso do empobrecimento da Província causou uma espécie de representação do atraso no cenário econômico, político e social em Goiás durante todo o século XIX. Isso porque o início da colonização começa com a mineração e, no século XIX, o século anterior é lembrado com saudosismo como a “idade do ouro”. Isso nutriu a busca pelo desenvolvimento econômico e pelo progresso, vislumbrados por uma elite administrativa, branca e desejosa de civilização. Esses elementos contextualizam um cenário que se habituou a nominar “decadência”. A questão do atraso em Goiás aparece com mais nitidez, nos relatórios da Província, nos relatos de viajantes e posteriormente na historiografia do século XIX e início do XX.

Sobre a conjuntura estabelecida em Goiás a partir dos discursos analisados, tomamos emprestada a análise de Chartier (1988), em *A História Cultural: entre as práticas e as representações*, onde conceitua a história cultural da seguinte forma: “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída”. Em Goiás, a elite política administrativa que buscava formas para manter os núcleos urbanos e alternativas de desenvolvimento econômico foi a principal construtora da representação durante o século XIX: alguns tentando encontrar novas minas auríferas; outros, procurando desenvolver a agricultura, o comércio e fundamentalmente a pecuária.

Figura 1 - Mapa da Província de Goiás – 1875 - hidrografia.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

A visão da decadência em Goiás foi propagada por sujeitos que reclamavam a atuação do braço forte do Estado Imperial, especialmente os presidentes da província. Em seus escritos retratavam uma região assolada pela pobreza de sua gente, longa extensão de terras produtivas, mas vazias, pontes caídas e comunicação precária. Em 1835, o presidente de Província José Rodrigues Jardim estava ciente que Goiás precisava de novos incentivos, uma vez que a mineração se apresentava fadada ao fim, como mostra este trecho de seu relatório de 1835.

A mineração, que em outros tempos atrahio das diferentes províncias povoadores para Goyaz, se acha em abandono. Não He a estinção das minas, que tem feito quase desaparecer o ouro nesta província; os morros, suas verdadeiras matrizes se achão intactos, os rios caudalosos onde deve estar depositado o ouro que por séculos para elle tem corrido, ainda não forão apartados do seu leito, algumas amostras de sua riqueza apenas tem dado o Rio Maranhão. Os leitnos de pequenos regatos, e algumas geapiras são os terrenos de onde se extrahio o immenso ouro que Goyaz foi exportado: a falta de conhecimento mineralógicos e hydraulicos, e diminuição de braços empregados neste trabalho (pois que só os africanos nelle se empregavão) e a rápida exportação deste estimado metal são as causas de se não verem já as boraxas (sic) cheias de ouro, em outro tempo tão vulgares: mas não constituindo a mineração a verdadeira riqueza hum paiz passemos a lavoura, criação de gado, e commercio³. (JARDIM, 1835, p. 16)

A nova reorientação econômica em direção a agropecuária encontrou algumas resistências. Palacin (1976, p. 109) observa que a profissão de mineiro no século XVIII era prestigiosa significando ser “dono de escravos que trabalhavam nas minas, enquanto as atividades de “roceiro” e “lavrador” eram nomes menos dignos, dos que tinham escravos

³ Optou-se por transcrever a ortografia da época dos documentos citados com o objetivo de preservar as expressões originais.

dedicados à agricultura”. D. José de Almeida⁴ atribuía a decadência da agricultura ao comum desprezo pelas terras goianas, ou seja, todo serviço que não era o de minerar. Contudo, com a mineração em declínio, a realidade da economia naquele momento, apontava apenas em direção à agropecuária e agricultura. Mesmo assim, durante boa parte do século XIX o governo provincial se empenhou em tentar manter o legado urbano, mas a trama viária e todo o investimento feito pela sociedade rica da época do ouro, do século XVIII, não mais alcançou êxito. Um novo Goiás, agropastoril, surgiu, realçando o pessimismo psicológico dos habitantes, como nos mostra Oliveira (2006).

Com o redirecionamento econômico da mineração para a pecuária, houve a diminuição no número de escravos e de brancos e uma ruralização acentuada – a sociedade goiana do século XVIII era uma das mais urbanas do mundo nessa época – da população. Durante o período da mineração, os brancos eram poucos, mas viviam amontoados nos arraiais e com cabedais suficientes para suas poucas necessidades; no período seguinte, o da agropecuária, eles eram pouquíssimos, viviam espalhados pelas fazendas e a monetarização da economia era mínima. (OLIVEIRA, 2006, p. 59)

Devido a esses fatores, viajantes, governadores e intelectuais viam na precariedade das estradas, na falta de incentivos de toda ordem do governo real, no estado de pobreza e miséria, os símbolos básicos capazes de resumir a transição da fase mineradora para a agropecuária. Muito se discute em relação ao discurso da decadência em Goiás, se ocorreu ou não de fato, contudo, essa representação da decadência descrita por diversos autores serve de base para compreender a configuração histórica, econômica e social do século XIX, visto que, o processo de transição aqui analisado é de longa duração, por isso talvez, a questão apareça de forma tão latente. Para Chaul (1997, p. 19), Goiás estava tão isolado do Rio de Janeiro no século XIX, como no auge da mineração estava distante de Lisboa.

Contudo, é preciso lembrar que a oposição entre mineração e agropecuária não era absoluta e com limites bem definidos. Pois, o mundo rural apareceu concomitantemente ou antecedente às minas auríferas, o engenho de sertão, como era chamado, não era desvinculado desse processo, mas pela obstrução das distâncias ao comércio nacional e internacional do açúcar, com o tempo, passou a significar apenas um forte núcleo de produção agrícola diversificada (BERTRAN, 1994, p. 182). Contudo, a produção agrária apresentada como elemento justificador para o desenvolvimento e progresso da Província e, ao mesmo tempo, apontada como um dos fatores de representação do atraso, alternando a abundância e a escassez, sujeita aos desígnios da natureza, sem técnica e capital.

⁴ D. José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho, comendador da Ordem de Cristo, senhor da vila da Lapa, décimo terceiro donatário de Mossâmedes. Foi o quarto Capitão-General da Capitania de Goiás.

Segundo os relatórios dos presidentes provinciais, a criação de gado apresenta-se como fator positivo para Goiás no que se refere ao povoamento regional, visto que esta atividade dispensava as grandes levadas de escravos e acima de tudo porque o gado se autotransportava. A criação de gado começou a modificar a paisagem goiana, uma vez que, as grandes extensões de pastagens naturais passavam a ser ocupadas por fazendas de pastoreio⁵. Assim, a pecuária tomou forma de transmutação produtiva em que o extrativismo do ouro foi sendo vagarosamente substituído por ela. É importante ressaltar que nesta ocasião só era razoável conduzir o gado vivo, pois, uma vez abatido não seria possível levá-lo ao mercado consumidor. Os meios de transportes, as longas viagens, e as péssimas condições das estradas e pontes não favoreciam o comércio. Nesse sentido, fundada especialmente no debate a respeito dos transportes e vias de acesso é que o olhar da política regional volta-se para a região do Araguaia. Isso por que, acreditavam ser a navegação o caminho mais viável para se chegar ao litoral e, finalmente a economia da Província poderia se desenvolver. Palacin (1976, p. 182) observa que os investimentos para desenvolver o comércio pelas estradas eram falhos e sem grandes êxitos, “Fracassado este projeto por falta de capitais, para Goiás, não se abria outra perspectiva, senão a de substituir o transporte terrestre pelo fluvial, mais econômico e capaz de maior volume”. Foi o que tentaram vários governadores a partir do fim do século XVIII.

O imaginário de prosperidade incentivava o desbravamento do sertão e o domínio dos rios, pois estes seriam as vias capazes de levar o progresso para esta parte central do Brasil. Vencer as distâncias e a precariedade das estradas configurava um meio de suportar as dificuldades da vida econômica em Goiás. A navegação tornou-se questão de primeira grandeza nos relatórios e os discursos acalorados em defesa da navegação deixavam claros que, sem ela, a Província não podia prosperar. Desde então, as informações sobre os dois principais rios, Araguaia e Tocantins, passaram a ser objeto de maior interesse do Império e dos goianos.

1.2 OS ALDEAMENTOS E OS PRESÍDIOS COMO TENTATIVAS DE INCENTIVO À NAVEGAÇÃO

Durante a maior parte do século XIX, a questão indígena esteve presente nos relatórios dos presidentes da Província e era vista como um problema para o desenvolvimento de Goiás. “Reduzir o gentio” era palavra de ordem dos colonos e da administração, com constantes

⁵ Em 1828 Goiás totalizava seiscentas e sessenta e sete fazendas de criação de gado para exportação. Em sua maior parte, concentradas no norte e nordeste goiano (BERTRAN, 1978, p. 66).

pedidos de reforços de catequese e apoio militar para controle dos *incivilizados*, que se apresentavam como ameaça ao desenvolvimento e progresso da região central do império. No final do século XVIII, vários grupos indígenas se estabeleceram nas margens dos principais rios mais ao norte da Província e disputavam este território com outros povos que se movimentavam nesta região e todos foram vítimas da colonização do Brasil. Com a independência, a política indigenista continuou acontecendo, mas as autoridades do século XIX trocaram a conversão por uma maior ênfase nas questões econômicas. O gentio além da catequese deveria ser ensinado a trabalhar na derrubada da floresta, cuidado com o gado, cultivo da cana e do café e mais ao final deste século, trabalhar no transporte fluvial e fornecimento de madeira. Assim, em vez de “homens selvagens” a solução apontada para a questão deveria ser transformá-los em *vassalos*, úteis ao futuro e progresso da Província” (KARASCH, 1992, p. 397).

No século XIX, as leis assumem características defensivas por meio dos aldeamentos, presídios e reforços militares, especialmente no que diz respeito à dominação dos povos Caiapó, Xerente, xavante e os indomáveis Avá-Canoeiro. No século XVIII, a política indigenista, idealizava livrar Goiás dos *índios* não assimilados e ao mesmo tempo trazê-los para debaixo da autoridade da Igreja. Segundo Karasch (1992, p. 397), a Igreja e o Estado viam os indígenas como “feras e Filhos”, assim a cristianização e a civilização deveriam convencê-los a ser “filhos e vassalos” ao mesmo tempo em que bandeira e colonos armados procuravam dizimá-los. De todo modo, qualquer que fosse as diretrizes, a colonização buscava por riquezas, minerais, fazendas e conseqüentemente o indígena. O que muda a partir de meados do século XIX, é o deslocamento da cobiça que se desloca do trabalho escravo indígena para a apropriação de suas terras. (CUNHA, 1992, p. 133).

Num momento anterior, na década de 1740, haviam sido criados os primeiros aldeamentos indígenas da província de Goiás em plena abundância das minas auríferas e florescimento dos arraiais, a princípio, regidos sob a direção leiga e com a presença de sacerdotes de ordens religiosas. Doles (1973, p. 35) é categórica em dizer que se os resultados da “catequese leiga foram falhos e a defesa militar era insuficiente, a permissão oficial à guerra forneceu aos colonizadores a oportunidade de dar vazão à sua ambição em relação aos territórios indígenas”. A primeira fase de construção dos aldeamentos coincidiu com o período de apogeu do ciclo do ouro e o abandono dessa política durou 24 anos. Simultâneo a isso, começou a transição para o ciclo seguinte, a pecuária. A busca incessante de novas minas e pastagens colocaram em confronto novamente conquistadores e população indígena na disputa pelo território.

A segunda fase da criação dos aldeamentos iniciada em 1774-5 caracterizou a construção de seis aldeamentos, o primeiro deles, na antiga aldeia de S. José de Mossâmedes (1755), nas proximidades da capital, não prosperou, e em 1828 sua população era de 128 pessoas, este aldeamento surgiu: “com a finalidade de constituir um modelo aos aldeamentos futuros sendo aí congregados os caiapó” (DOLES, 1973, p. 33). Posteriormente surgem novos aldeamentos, como o Nova Beira na Ilha do Bananal (1875), para abrigar grupos como os javaé, e xambioá. No Norte, foi criado o aldeamento do Carretão, a fim de submeter os xavante. Um presidente de Província qualificou sua importância estratégica

Eu tenho muito em vista a aldêa, do Carretão, tanto porque com pouca despesa se conserva aquella povoação, d’onde pode resultar utilidade, como porque consta me que o Índio Chavante, ainda pouco ahi esteve (o que mandei examinar) e pode ser que por meio dos índios do Carretão obtenhamos a amizade do mesmo Chavante que anualmente comette suas hostilidades. (AZEVEDO, 1842, p. 10)

Em 1788, foi construído o aldeamento de Salinas ou Boa Vista entre os rios Crixás e Araguaia, inicialmente habitado por povos Xavante vindos do Carretão. Por fim, o aldeamento de Estivas, há duas léguas do aldeamento do Rio das Pedras, localizado ao lado do rio de mesmo nome, não sendo possível precisar sua data de fundação.

Na região do Araguaia, a fim de estabelecer e regular a navegação e ainda resolver o problema dos ataques indígenas, Doles (1973) mostra que:

Vão-se levantando aldeamentos nas áreas circunvizinhas: o presídio de Nova Beira (ilha do Bananal), onde são colocados cerca de 8 a 10.000 silvícolas dos grupos javaé, carajá e xabioá a aldeia de Maria I, ás margens do ribeirão Fartura, construída, em 1781 pelo governador Luiz da Cunha Menezes empenhado na pacificação dos caiapó daquela área, e, que em 1782, congregava 687 índios de quatro aldeias dominadas. (DOLES, 1973, p. 34)

Os Xavante eram considerados um problema para o desenvolvimento da navegação, visto que agiam ao longo dos rios, deste modo,

Sentindo que a dominação do grupo que agia ao longo dos rios só seria possível através do estabelecimento regular da navegação e do povoamento, o governador Luiz da Cunha Menezes fez gestões junto ao governo português no sentido de incrementá-los. Os Xavantes que viviam embrenhados pelos sertões serão parcialmente pacificados e reunidos nas aldeias de Pedro III, à margem do rio Carretão (1788) e Salinas ou Boas Vista, entre os rios Crixá e Araguaia. (DOLES, 1973, p. 34)

A política de criação de aldeamentos consistia em manter sob domínio a população indígena, integrando-a ao processo de colonização. Mas, do mesmo modo que se aproxima o fim do período colonial, a política de aldeamentos também aparece no cenário goiano do século XIX como um projeto frustrado, contrariando pensamentos como o de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Principalmente pela forma desumana que essa política era aplicada aos

indígenas, tratando-se de um regime explorador que tinha na catequese o principal artifício para atraí-los.

A experiência me tem convencido, que este importantíssimo objeto deve merecer todas as nossas atenções: já vos disse, que a par da civilização, e da catequese deve estar a força, porque o índio selvagem, sempre que pôde nos hostiliza da maneira a mais Barbara: as povoações das mais civilizadas não estão em socego, com uma tal visinhança: He vital a necessidade dos destacamentos, todos sabem as grandes dificuldades, com que tenho lutado para completar a força: há geralmente grande opposição ao recrutamento e se homens mui zelosos, não se tivessem encarregado delle, nada se teria conseguido. (MASCARENHAS, 1845, p. 14)

Para o futuro do império, o incentivo ao comércio com as províncias, passava por amenizar a falta de estradas, aproveitando a via fluvial, no que a colônia era rica. Diante desta nova realidade econômica, as relações com os indígenas se alteraram radicalmente. Para a navegação fluvial, sua mão-de-obra era condição essencial, pois conheciam profundamente os rios e a arte de remar. Além disso, os indígenas sabiam construir excelentes canoas e tirar da mata o sustento da tripulação. Daí a necessidade daqueles que desejavam o progresso de tornarem-se aliados dessas populações que, neste período, estavam refugiadas nas margens dos rios. Isso explicaria uma mudança repentina da política indigenista portuguesa em relação aos aldeamentos nas margens do rio Araguaia.

Persuado-me que o systema de aldeamentos, não pelo methodo athe hoje adoptado, mas debaixo de outros princípios, poderá ter grande influencia na prosperidade desta Provincia. Tenho refletido que o estabelecimento de Aldeas em lugares muito distantes daquelles, em que os indígenas fazem sua effectiva residência, alem de muito despendiozo, não pode prosperar. Julgo, pois que a fundação de Aldeas nos lugares em que elles estão habituados, para que gradual, e insensivelmente adquirao necessidaes sociaes, será o melhor systema a adoptar, e que terá melhores resultados. Sobre estes princípios havia empreendido fundar Aldeamentos as margens do rio Araguaia, quando recebi o Aviso Imperial de 20 de Dezembro e o Decreto nº 426 de 24 de Julho do anno findo, pelos quaes o Senhor D. Pedro Segundo Manda providenciar, tanto acerca das Aldeas já existentes nesta Provincia, como a respeito de estabelecimentos de novos Aldeamentos, onde for conveniente. Em cumprimento das ordens Imperiaes fundei as margens do Rio Araguaia, nas immediações de Salinas, huma Aldea com a denominação de São Joaquim de Jamimbú, ficando dependendo da approvação de sua Magestade Imperial, e na mesma occazião produz a criação de mais duas Aldeas, sendo huma no lugar denominado- furo do Bananal-, e outro no antigo Presidio de Santa Maria- estas localidades me parecerão as mais próprias para o estabelecimento de novos Aldeamentos, por ter as condições, que vos acabo de referir. Sua Magestade o senhor D. Pedro segundo, ouvindo as minhas rogativas dignou-se honrar-me, aprovando a criação daquelas Aldeas. (RAMALHO, 1846, p. 15)

O presidente da Província Joaquim Ignácio Ramalho via infinitas vantagens nos aldeamentos às margens do rio Araguaia. Ele dizia em relatório que, ao conceber o projeto de fundar aldeamentos no Araguaia, atendia a um duplo fim, o “de promover a civilização dos indígenas, e proporcionar os meios de realizar-se a já conhecida navegação d’este Rio”. Ramalho estava convencido de que as novas aldeias às margens do rio Araguaia serviriam de

socorro e proteção ao comércio, quando se intensificasse e se estabelecesse a navegação do mesmo rio.

Na visão dos governantes de Goiás, no início do século XIX, a agricultura e a pecuária desenvolviam-se de forma lenta, reforçando o quadro de *decadência* atribuída à queda na produção de mineração e à falta de comércio. Neste período, dizia-se que Goiás só iria prosperar, quando o governo imperial procurasse motivar a ocupação das margens do Araguaia. As reivindicações do grupo político administrativo - grupo dominante da época- estavam voltadas, ao mesmo tempo para a agricultura, o povoamento e o comércio às margens dos rios. Para isso, o governo deveria propiciar incentivos, tais como:

Concessão de sesmarias, isenção parcial dos dízimos, por 6 anos, sobre as culturas que se destinassem à exportação (anil, algodão, café, açúcar, etc), isenção de impostos por igual período, aos que movimentassem o descimento do gentio e com ele formassem estabelecimentos agropastoris, isenção, de direitos de entradas sobre os instrumentos agrícolas e moratória por três anos. Além dessas vantagens pecuniárias, outras deveriam ser acrescidas, representadas pela concessão de patente de capitão aos pacificadores de índios. (DOLES, 1973, p. 32)

Além das vantagens pecuniárias, outras deveriam ser acrescidas àqueles que se estabelecessem às margens dos rios Araguaia e Tocantins, como afirma Doles (1973, p. 32).

Representadas pela concessão de patente de capitão aos pacificadores de índios, da mercê do hábito de Cristo às pessoas que, com mais de 30 escravos se estabelecessem na região dos rios e do hábito de S. Tiago aos possuidores de mais de 20 escravos. Para incentivar a fixação dos colonizadores a terra, propunha ainda que, ao final de quatro anos de permanência na zona dos rios, os estabelecidos com mais de cinquenta escravos deveriam ser agraciados com o título de cavaleiros fidalgos.

A expectativa dos que viviam em Goiás partia de hipóteses que, se tais sugestões fossem aceitas e postas em prática, possivelmente as características da agricultura e da expansão do comércio por vias fluviais, enfim trariam prosperidade à Capitania e futura Província. Doles (1973) diz não se saber ao certo se era em razão das sugestões dos governantes, mas desde 1806, D. João VI, através de carta régia determinou algumas destas medidas visando o desenvolvimento da agricultura e do comércio e lançou as bases com a isenção de dízimos aos que se estabelecessem e praticassem a lavoura na região dos rios Tocantins, Maranhão e Araguaia.

A implantação dos presídios⁶ nas margens do Araguaia foi, se não a mais importante, a que se apresentava mais eficaz no ideal de progresso para Goiás. No mais, não foi um fato

⁶ Presídio no século XIX era entendido como conquista de território e expansão de fronteira, parte do processo de povoamento, defesa e especialização agrícola, construído oficialmente e sob o controle do governo. Os presídios, à época, também receberam outras denominações, tais como: núcleos militares de povoamento; colônias de povoamento; fortificações lindeiras, fortificações limítrofes ou apenas fortes (CARVALHO, 2010, p. 25)

isolado ou experimental, fazia parte de uma estratégia de proteção mais abrangente que vinha ocorrendo nas colônias portuguesas e espanholas ao longo de dois séculos e meio. Segundo Carvalho (2009, p. 40), “os luso-brasileiros implantavam fortes militares, com suas guarnições e dependências, em locais longínquos e desprovidos de quaisquer meios de subsistência”. Esse sistema foi estimulado por uma política oficial de proteção territorial em relação ao rio Araguaia, pois os presídios, além de fortificar, deveriam proteger a navegação e incentivar a produtividade dos que ali habitavam. A ação de fortificar todo o império português permeou o período pombalino e permaneceu até o final do século XIX. Em Goiás, seu objetivo principal foi fortalecer estrategicamente a comunicação e o povoamento da região dos rios Araguaia e Tocantins.

Na segunda metade do século XIX, os presídios são implantados na Província de Goiás com a missão de promover o povoamento e desenvolver a navegação, além de defender os colonos das investidas dos indígenas. Este fato está descrito no relatório de Alencastre como providência de grande necessidade:

Com o fim de proteger a navegação dos rios Tocantins e Araguaya, e defender a população do norte das agressões dos selvagens que habitam as margens destes dous rios e de seus tributários, fundar-se-ão os cinco presídios militares que actualmente existem, três na linha do Tocantins e dous na do rio Araguaya. Se não posso crer na utilidade de um outro, pela posição em que se achão collocados, absolutamente falando, a criação desses núcleos coloniais não pode deixar de ser considerada de grandes vantagens. Deve-se concluir pela necessidade de outros estabelecimentos desse gênero no prolongamento das margens dessas grandes artérias, que, por assim dizer, contêm em si a história do futuro progresso desta bella porção do Império. Desde que vários pontos da Província são ameaçados frequentemente pelos selvagens sem que dos presídios existentes possam partir socorros e providências a tempo; desde que seus habitantes são obrigados a lançar mão de meios próprios, e muitas vezes de natureza violentos, para expellirem os ataques dos índios, resultando da violência desses meios o crescer cada vez mais o seu ódio contra nós, está visto que os recursos de defesa devem ser aumentados, e que os presídios existentes não são uma garantia bastante. (ALENCASTRE, 1862, p. 29).

A determinação de criação dos presídios às margens do rio Araguaia se deu em virtude do decreto nº 426, de 24 de julho de 1845 (ALMEIDA, 2015, p.117), já a intensificação das construções correu junto com o discurso da navegação no rio Araguaia. Antes deste período, existiam somente o presídio de São João de Araguaia, implantado em 1802 e a tentativa de implantação do Presídio de Santa Maria do Araguaia ⁷– em relação aos presídios de Maria Velha (1815) e São Felix (1824) não existem registro de êxito.

⁷ Esse presídio deu origem a atual cidade de Araguacema-TO (CARVALHO, 2010, p. 112).

Figura 2 - Presídio de Santa Maria. Esboço de Henri Coudreau, 1897.



Fonte: COUDREAU, 1897, p. 137.

Essa intensificação se deveu ao fortalecimento da navegação que começava a dar os primeiros sinais. A explicação para esse feito foi que em meados do século XIX, adotava-se um novo regulamento elaborado pelo Ministério e secretários de Estado e Negócios do Império, a fim de solucionar problemas de comunicações na província, como explica Carvalho (2009, p. 45).

Em 1850, adotava-se novo regulamento para as instalações dos presídios fundados às margens do rio Araguaia. É o decreto nº 750, de dois de janeiro de 1850, segundo o qual ficavam definidas suas finalidades: implantação de pontos militares destinados a proteger e auxiliar a navegação do Araguaia; atrair pessoas para suas margens e com o auxílio da catequese ensinar a cultura dos colonos.

Por este decreto, aprovado pelo legislativo e sancionado por D. Pedro II, no artigo 25, há a descrição de como deveria ser a estrutura física do presídio, “composto por uma cadeia pública, uma capelinha, um estaleiro para conserto das embarcações, residências para religiosos comandantes e demais moradores” (CARVALHO, 2009, p. 45). No relatório de 1850, o Presidente, Eduardo Olímpio Machado faz menção do que se tem feito das ordens Imperial em relação à criação dos presídios para o melhoramento da navegação.

Podemos considerar os Presídios a necessidade mais urgente da navegação do Araguaya; por quanto, sem presídio, não é tão cedo, que se povoarão suas desertas margens e sem povoação, não He possível, que as navegações vá por diante. Segundo as instruções, que expedio-me o Governo Imperial em data de 29 de janeiro do ano passado, devem ser fundados 5, a saber- no porto de Manoel Pinto, nas extremidades meridional e septentrional da Ilha do Bananal, em Santa Maria e na cachoeira grande- só tenho de afastar-me da letra das instruções pelo que respeita a localidade de Santa Maria, a qual é preferível a de Santa Anna, não só por ficar mais distante da força do Gentio que destruiu no anno de 1813 o antigo Presidio de Santa Maria, como por ser mais apropriada ao estabelecimento de uma povoação. (MACHADO, 1850, p. 34-35)

Ao final da década de 1850, alguns presídios prosperaram, cumprindo a função pela qual foram criados, como crescimento da população, do rebanho bovino e prestação de socorro aos comerciantes com embarcações carregadas de produtos vindos do Pará. Outras foram

tentativas frustradas, como no caso do presídio de Santa Maria, erguido e destruído diversas vezes, pelos indígenas Karajá, Kaiapó e Xambioá.

Quadro 1- Relação dos Presídios criados no século XIX nas margens do Rio Araguaia e suas proximidades

Presídios	Data de Criação
São João das Duas barras	1802
Santa Maria do Araguaia	1812
Santa Maria Velha	1815
São Felix	1824
Santa Isabel	1850
Paranatinga	1850
Januária	1852
Monte Alegre	1854
Santa Barbara	1854
Santo Antônio	1854
Santa Cruz	1855
Santa Maria	1862
São José do Araguaia	1864
Jurupêsem	1864
Chambioás	1865
São José dos Martírios	1866
Colônia Militar de Itacaiú	1868
Colônia Militar de Macedina	1882
Colônia Militar de Ouro Preto	1885

Fonte: TIBALLI, apud, CARVALHO, 2010. p. 33.

Quanto ao presídio de Monte Alegre, cuja fundação se deu em 1854, distante 15 léguas da ilha do Bananal, pouco prosperou. Assim, no início dos anos de 1860 a questão do povoamento do Araguaia e o combate ao indígena ainda se apresentavam como um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da região, sob a ótica do governo Provincial.

Os aldeamentos pouco sucesso alcançaram na tentativa de desenvolver a região de Goiás, fato semelhante ocorreu em relação aos presídios. No caso destes, os ataques indígenas

eram uma constante, Segundo Oliveira (2013, p. 90) “os indígenas reagiam ferozmente à expansão colonizadora, envolvidos numa guerra sangrenta que durou todo o século XVIII, parte do XIX e, em alguns lugares, até o início do XX”. Na visão do colonizador, os indígenas atacavam as fazendas, matavam o gado, praticavam furtos e ameaçavam a vida dos colonos. De fato, o faziam, mas como forma de resistência às invasões e dominação que colocavam em risco suas próprias vidas e cultura. Em 1835, o presidente José Rodrigues lamentou em seu relatório: “a ameaça indígena é o maior obstáculo que se opõe aos povoadores de um terreno fértil, e criador”. Diante do quadro de mútuos ataques, do fraco desempenho dos aldeamentos e pelas condições a que eram submetidos muitos indígenas, o retorno à vida selvagem e ataques às fazendas de criação de gado e lavoura tornaram-se uma constante descrita nos relatórios.

Em 1862, o presidente de província José Martins Pereira de Alencastre faz um levantamento exigido pelo governo Imperial a respeito dos grupos indígenas existentes às margens dos rios Araguaia e Tocantins.

Os aldeamentos de Boa-vista se compõem de quatro tribos da nação apinagé; duas das quaes, mais adiantadas nos hábitos de civilização estão próximas á cidade que lhes dá o mesmo nome e as outras duas na margem do Araguaya, a 35 legoas das primeiras, inteiramente sem direção. Existem ainda duas tribos uma da nação guajájára, e outra conhecida pela denominação de Caracaty, ambas situadas na margem direita do Araguaí, entre montanhas e florestas, e separadas uma da outra por quase 120 legoas. (ALENCASTRE, 1862, p. 42)

De acordo com o relatório de 1862, o número de indígenas citados acima seria por volta de 3.220 distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2 - Levantamento do número de habitantes indígenas em 1862

Etnia (grupo indígena)	Aldeias	Número de habitantes
Apinagé	Duas aldeias mansas	1800
Apinasgé	Duas tribos selvagens	1200
Caracaty	120
Guajájára	100

Fonte: Relatório do Sr. José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província de Goiás em 1862.

No entanto, foram os indígenas Avá-Canoeiro que habitaram as margens do Araguaia, além disso, foi o grupo que permeou o imaginário da população goiana no século XIX, devido seu histórico de resistência. Esses povos estiveram presentes constantemente nos relatórios dos presidentes de província e eram descritos como um dos grupos mais incivilizados e temidos pelos habitantes que se estabeleceram na região do Araguaia.

Antes do estabelecimento dos presídios de Amaro Leite, era todo esse rico sertão infestado de índios Canoeiros: hoje percorem elles as solidões do araguaya, as immediações do passa-trez e não poucas vezes são vistos, pela margem do Canabrava, Rio das Mortes, Ilha do Bananal etc. Não consta que tenham aldeamento fixo, sua passagem por qualquer parte é assinalada por mortes, roubos e toda sorte de depredações. (ALENCASTRE, 1862, p. 43)

Segundo o relatório de Alencastre, a maior parte dos grupos indígenas, ainda a civilizar, habitava as margens do Araguaia distribuídos da seguinte forma:

Subindo o Araguaia a 60 ou 80 leguas de S. João das Duas Barra encontra-se a primeira aldeia dos Carajás dirigida atualmente pelo cacique José da mesma nação. Esta aldeia das quatro chamadas de baixo, é a mais pequena e contém uma população de 150 indivíduos de ambos os sexos. Algumas léguas mais acima para a Segunda aldeia chamada Tauá-Pequeno sob a direção do capitão Aderequê; é maior que aquela, e sua população se eleva a 250 pessoas. Do Tauá-pequeno a dois dias de viagem está a aldeia do meio sob a regência do cacique Joaquim, índio maior de annos: tem uma população de 200 indivíduos pouco mais ou menos. (ALENCASTRE, 1862, p. 46)

Alencastre (1862, p. 46) detalha a existência de uma quarta aldeia denominada Tauá-Grande, composta de aproximadamente 350 indígenas, ‘depois dessa última não se encontra mais aldeia alguma’, somente nas alturas da Ilha do Bananal, onde moram os Carajay da mesma família dos Karajá⁸. Na margem ocidental do Araguaia e na extensão banhada pelo rio Tapirapé, afluente do rio Araguaia encontravam-se várias aldeias de indígenas do mesmo nome e no “braço pequeno” do Araguaia na Ilha do Bananal habitam os Javaé. De acordo com a descrição de Alencastre, dentre os mais civilizados depois dos Apinage estavam os Karajá do Araguaia que prestavam serviços e socorros aos navegantes em troca de alimentos e ferramentas. Alencastre (1862, p. 47) afirma serem os “Karajá do Araguaia os mais entrados pela civilização, geralmente afáveis para com os navegantes, acolhe-os em suas aldeias, recebendo em troca de tanta hospitalidade, fumo, farinha e ferramenta que muito apreciam”. Com a política indigenista reconfigurada sob o discurso baseado na “religião e no trabalho”, em 1870 os Karajá cumpriam o papel essencial para o desenvolvimento do comércio fluvial, tornando-se parte importante dele centrados na região do Araguaia, lugar de sua origem mitológica.

1.3 COUTO DE MAGALHÃES E A UTOPIA DA NAVEGAÇÃO

Embora este tópico explique a visão de outros presidentes em relação à navegação do Araguaia, seu foco é mostrar José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), o maior visionário

⁸ Os Karajá – Iny o nome do grupo na própria língua - têm o rio Araguaia – Berohocy- como eixo de referência mitológica e social cuja a cosmologia ao rio se atribui. O território desse grupo é demarcado em uma extensa faixa do vale do Araguaia, inclusive a maior ilha fluvial do mundo, a do Bananal. (LIMA FILHO, 2006, p. 136).

do desenvolvimento comercial por via fluvial pelo Araguaia. Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, no dia 1º de novembro de 1837, exerceu o cargo de Secretário do Governo de Minas Gerais entre 1860 e 1861 e foi Presidente das Províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Ao irromper a Guerra do Paraguai, foi designado à Presidência de Mato Grosso, impedindo que, da Bolívia, viessem reforços para o Paraguai. Tendo os paraguaios invadido Mato Grosso, foram derrotados por Couto de Magalhães em Alegrete e Corumbá. Em seu desempenho como Presidente do Mato Grosso, foi homenageado com o título de Brigadeiro Honorário do Exército. José Vieira Couto de Magalhães faleceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de setembro de 1898 e seu nome está associado à questão da navegação a vapor, e da implementação desta no rio Araguaia.

No bojo da conjuntura modernizante da segunda metade do século XIX e da infraestrutura de transportes no país “o desenvolvimento das comunicações atrelava-se tanto ao objetivo geopolítico ligado à integração do Império, quanto à questão do progresso da Província de Goiás” (MACHADO, 2000. p. 71). Couto de Magalhães, nomeado presidente da província de Goiás aos 24 anos de idade, realizou a exploração do complexo Araguaia-Tocantins-Marajó, passando a interceder pelo estabelecimento da navegação comercial a vapor na região do Araguaia. Seu argumento foi para o desenvolvimento do comércio de importação e exportação, apontando a vantajosa via fluvial, por meio do comércio com o Pará e de transporte de carga que suportasse um grande volume de mercadorias. Em seu relatório, dizia que os pequenos melhoramentos ocasionados, vez ou outra, nas estradas e pontes, não seriam capazes de diminuir o preço dos transportes terrestres, mas a navegação sim, esta traria inúmeras vantagens. Não deixa de lembrar, que seus antecessores, desde o tempo dos capitães gerais, sempre dirigiam solicitações para o desenvolvimento da navegação dos rios do Norte, e lamenta pelo fato deste empreendimento não ter dado frutos. Lamenta por achar o rio Araguaia tão abundante e, apesar dos esforços do governo, a maioria dos povoados encontrar-se quase desertos e em situação de abandono.

Mas, antes mesmo das ideias modernizantes de Couto de Magalhães, outros governantes, anteriores a ele produziram discursos em defesa do aproveitamento dos principais rios da Província. Em 1773, D. José de Almeida Vasconcelos foi o primeiro a se lembrar das possibilidades comerciais que poderiam oferecer os rios do Norte. Seus argumentos, junto ao rei de Portugal, eram para que Pombal levasse em conta que, a proibição de navegação pelos rios do país pesava sobre os empreendedores desde os primeiros tempos do ouro. Mas suas

considerações não foram ouvidas devido ao “espectro do contrabando do ouro que não deixava de escoar ilegalmente, apesar das proibições” (PALACIN, 1976, p.182).

Mas a interdição dos rios⁹ estava próxima do fim, pois o ouro do norte de Goiás esgotara-se quase que totalmente. Pouco tempo depois, em 1791, a primeira expedição goiana, no tempo do governador Tristão da Cunha Menezes, sob o comando do capitão Tomaz de Souza Vila Real, desceu o Araguaia, saindo pelo rio do Peixe, do arraial de Santa Rita, com destino até Belém. Em 1799, o capitão-general, D. João Manoel de Menezes, subiu do Pará pelo Tocantins-Araguaia e chegou ao lugar em que está a ponte do Carmo, da cidade de Goiás. D. João Manoel criou um presídio no Tocantins, para que a navegação pudesse melhor se desenvolver. Contudo, foi seu sucessor Francisco de Assis Mascarenhas - outro incentivador da navegação fluvial - que via grandes possibilidades de negócios por meio da navegação.

Mascarenhas tinha colocado grandes esperanças na navegação para o Pará. Propunha a criação de companhias de comércio com capitais de Belém, pois o principal obstáculo para a reativação da economia goiana residia, segundo ele, na falta de capitais locais. Poderiam importar-se pelo Pará algumas partidas de escravos de que esta capitania experimenta grande falta, e tem sido umas das principais causas de seu estado de decadência. (PALACIN, 1976, p. 184)

Mascarenhas apontava a solução para levantar a província economicamente por meio da navegação, como mostra seu argumento em 1839, onde dizia que: “todos sabem que a navegação por água torna os transportes muito menos dispendiosos” (MASCARENHAS, 1839, p. 28). No relatório, Mascarenhas diz-se contente com as “belas notícias” sobre o Araguaia, pois alguns homens de negócios demonstraram interesse em povoar as margens daquele rio. O fato animou a navegação para o Pará, excitando o desenvolvimento da indústria e favorecendo o comércio. Todavia, os argumentos de Mascarenhas não entusiasmaram o governo paraense, pois este alegava não ter nenhum interesse de comércio com Goiás a não ser pelo ouro. De acordo com o relatório de província de 1836, desde o início do século XIX, o comércio com o Pará era visado, mas as dificuldades financeiras demonstravam ser o principal empecilho, “devido às circunstâncias atuais”, dizia o presidente José Rodrigues Jardim, referindo-se à falta de capitais. Naquele momento, ainda não era possível pensar em um grande empreendimento de transporte fluvial, devido às dificuldades financeiras.

⁹ Lei decretada pelo rei de Portugal D. João V, de 28/10/1733. Por intermédio desta lei ‘fecharam-se todos os caminhos que levasse as Minas auríferas - exigia-se urgência que se aplicasse às minas dos Goyazes, igualmente ordenava interdição de toda comunicação fluvial com as capitanias do Norte. Mesmo anos mais tarde, depois de levantada a proibição sobre os caminhos, permanecia o impedimento das vias fluviais do Norte’ (PALACIN, 1976, 47).

Mascarenhas viu na navegação dos principais rios de Goiás e particularmente no Araguaia, a solução para levantar a província do seu abatimento. Em sua visão, o recurso seria levar os produtos produzidos em Goiás a lugares que fossem bem pagos, como a província do Pará. Em 1846, o presidente Joaquim Ignácio Ramalho concebeu um projeto para fundar aldeamentos à margem do rio Araguaia, seu otimismo em relação a esse empreendimento, teria o duplo fim de proteger e promover a civilização dos indígenas e também proporcionar os meios de realizar a já conhecida navegação. Esse presidente lançava os argumentos para que pessoas abastadas de capital comprassem a ideia de prosperidade da Província por meio da navegação do Araguaia, apelando para o patriotismo dos ricos que viviam em Vila Boa.

A quota que vetastes na sessão passada para promover a navegação deste rio não foi despendida, nem se quer em parte, porque, independente do sacrifício dos cofres públicos, achei no patriotismo dos goyanos os meios necesarios para realizar este importante meio de comunicação, e de transporte. expondo aos capitalistas, e mais pessoas abastadas da capital, as vantagens resultantes d'hum ensaio de navegação, e de commercio entre esta, e a província do Grão Para pelo Rio Araguaia encontrei as mais satisfatórias disposições para a formação d'hum capital, proporcionado ao plano concebido. (RAMALHO, 1847, p. 10)

Constituía-se assim, uma viagem experimental, saindo da vila de Porto Imperial, “onde não só havia equipamentos, tripulação, viveres e produtos exportáveis, como, devido à aproximação da seca urgia a partida. Assim sendo, no dia 4 de abril de 1847 teve início a viagem e trinta dias depois chegava a expedição ao Pará” (DOLES, 1973, p. 61). Segundo esta autora, o objetivo da viagem era orientado para o estabelecimento do comércio entre as duas capitais pela rota do Araguaia. O otimismo do presidente da Província era tamanho, ao ponto de dizer que a província de Goiás era tão favorecida pela natureza, que dispensava um grande conhecedor de topografia para perceber esse fato.

O imaginário da prosperidade funcionou como uma força motivadora nas diferentes etapas de ocupação das margens do rio Araguaia, caracterizado como força motriz dos deslocamentos para o sertão goiano, em que os impedimentos e mitos inibidores eram substituídos por uma nova visão mitificada do território a ser desbravado. Em 1840, D. José de Assis Mascarenhas, por mais otimista que fosse, já havia percebido que seriam necessários alguns esforços por parte do governo imperial e dos homens de negócios para povoar as margens do Araguaia. Mas, esse projeto só seria possível, com a ajuda dos indígenas, “mansos e aldeados às margens daquele rio” diz o presidente Ramalho.

Doles (1973, p. 91) observa que Goiás, na década de 1860, vivia uma situação conflitiva devido à permanência da baixa produtividade agrícola, ausência de indústria e fraqueza em produzir e exportar. Desse modo, o presidente Couto de Magalhães, na tentativa de melhorar o

setor, faz uma espécie de apelo aos homens de negócios a investirem na província de Goiás que apresentava sinais de carência em relação ao comércio.

Huma Província é a este respeito como uma família; desde que ella aplica seos capitaes em cousas que não produzem, arruína-se, E quanto maior é o tempo que passa, tanto mais irremediável é a ruina. Cuidar d'aquellas cousas que venhão aumentar nossas rendas, é por horas o único dever de todo homem honesto que for sinceramente amigo desta pobre e rica Província de Goyaz. (MAGALHÃES, 1863, p. 12)

Entusiasta da navegação, Magalhães recorre à Montesquieu¹⁰ como uma espécie de chamamento àqueles que habitavam a Província, palavras confiantes, clamando para o patriotismo de seus habitantes.

Montesquieu tratando de explicar as causas por que o cidadão Romano amava tanto o território de sua cidade, diz esta profunda verdade “eles o havião conquistado pelo sangue de mais de trinta gerações, e o homem é levado a amara tanto mais um objeto quanto mais dificuldades superou para obtel-o”. Se essa verdade se podesse aplicar a Goyaz, nenhum ponto seria mais amado de que esses que são regados pelo Araguaia e Tocantins. (MAGALHÃES, 1863, p. 16)

Por meio de discursos como este, o presidente tentava convencer o legislativo de que a navegação do Araguaia era a melhor saída para a economia da Província. Articulava, por meio das palavras, seu agrado pelo rio e, convicto, pedia confiança ao defender essa possibilidade: “Passamos a ver se eu exagero Srs. Se sou iludido por alguma utopia, tendo paciência, e o desçamos com calma ao estudo. Pode ser que eu consiga demonstrar essas cousas” (MAGALHÃES, 1863, p. 14). No período de 25 de setembro a 31 de outubro de 1863, Couto de Magalhães empreendeu uma viagem ao Araguaia a fim de fazer suas próprias pesquisas a respeito das condições de povoamento e a viabilidade de navegação, da qual resultou uma memória intitulada “Viagem ao Araguaia”, em que Couto de Magalhães mostra-se disposto a fazer suas próprias observações a respeito da natureza do sertão e do insondável mistério de sua geografia.

Sua visão está voltada para a possibilidade de retomada comercial, a fim de impulsionar a Província de Goiás ao projeto de navegação que, há tempos, vinha sendo cogitada por presidentes anteriores, mas que até então não tinham conseguido grandes resultados. Por isso, suas palavras em 1863 eram de incentivo aos desacreditados homens de negócios: “como centro comercial, não possuímos na província, posso dizer mesmo, no Império, outro mais considerável”, busca convencer os investidores (MAGALHÃES, 1974, p. 54). Em seu relatório

¹⁰ Pensador iluminista do século XVIII. Responsável pela divisão dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Magalhães refere-se a fragmentos do livro *considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. (MONTESQUIEU, 2002).

de 1863, Couto de Magalhães explica que a navegação só seria possível quando os homens de negócios participassem da vantajosa implementação. E para isso, faz uma espécie de retrospectiva das ações de governos anteriores, a fim de demonstrar que faltaram mais esforços para a navegação, dizendo estar disposto a continuar o trabalho que já vinha sendo feito nos presídios “e ei de levar a cabo essa obra qualquer que sejam os obstáculos, que a ela se entreponham”. (MAGALHÃES, 1863, p. 15).

Couto de Magalhães se utilizou dos relatórios dos presidentes de Província que lhes antecederam para analisar os acontecimentos relacionados à navegação, e mesmo constatando o insucesso de uma empresa mercantil em 1849, ele estava convencido de que o comércio de importação e exportação com a província do Pará poderia ter dado um grande impulso e alento à indústria agrícola e manufatureira de Goiás. Magalhães advertiu sobre a falta de incentivo do governo provincial em 1853¹¹, quando este declarou, em seu relatório, que a navegação do Araguaia era uma causa impraticável, que não tinha dado resultados no passado e nem daria no futuro.

Durante a administração do Sr. Francisco Marianni não aconteceu o mesmo: retrogradou-se; em vez de progredir no nobre empenho de seus antecessores, ele desanimou diante d'essas dificuldades que existão ainda, em verdades grandes, mas pequenas em comparação das vencidas; seo relatório apresentado a Assembléia em 1853 dá testemunho do que levamos dito. Segundo ele o Araguaya estava reservado para tão remoto futuro que não valia apena com ele ocupar-se a administração; pensava que o melhor meio de regularizar a navegação n'esta Provincia era de animar o Tocantins. (MAGALHÃES, 1863, p. 22)

Com o intuito de efetivar de fato a navegação do Araguaia, Couto de Magalhães critica as ações de pessimismo do ex-presidente e diz que o impulso dado pelo governo tem decisiva influência em qualquer empresa, e com discursos tão pessimistas, os goianos perderam a coragem para praticar a navegação. Couto de Magalhães (1863, p.23), ao criticar o ex-presidente da província, chega a dizer que “em toda a história da navegação do Araguaia não há mais desastroso acontecimento: a perniciosa semente lançada pelo Sr. Mariani que frutificou durante as administrações que se seguirão até o tempo de Sr. Alencastre”.

Em sua visão, a navegação no Araguaia não prosperou porque as margens do rio eram desertas “necessitando de ser povoada”. Seu sonho permaneceu na ideia de que, o comércio com o Pará aumentasse os lucros representados pela diferença no custo dos fretes, assim sua

¹¹ Francisco Mariani foi presidente da Província de Goiás em 1853, em seu relatório apresentou uma visão pessimista em relação a navegação do rio Araguaia devido especialmente ao fato de suas margens serem povoadas por diversas tribos indígenas. (MAGALHÃES, 1863).

estratégia dirigida aos investidores figurou-se nas vantagens comerciais de gêneros de exportação.

Depois de estabelecida regularmente a navegação, o transporte da arroba não poderá custar mais do que 2\$000; portanto, serão levados à categoria de gêneros exportáveis; o café, o algodão, o açúcar, a aguardente, o fumo, a carne seca, o couro, a sola, o trigo, gêneros estes que facilmente abundarão no Araguaia e que, até agora, são produzidos na Província quase que exclusivamente para seu consumo. (MAGALHÃES, 1974, p. 56)

Dessa forma, o Presidente Couto de Magalhães apresentava à Assembleia legislativa Provincial que o custo das importações mostrava-se sempre crescente em relação à exportação, principalmente ao que se refere aos gêneros de primeira necessidade como o sal, por exemplo. Em consequência, ele demonstra que com investimentos, a ação dos transportes teria duas opções de melhoramento dessa questão, “Para o sul, a navegação do Taquari; para o norte, a navegação se daria pelos rios Araguaia e Tocantins, evidentemente cuidando para o melhoramento de um desses rios com preterição do outro, a do Araguaia merecia preferência” (MAGALHÃES, 1974, p. 61).

Sua perspectiva em relação ao Araguaia é concebida como sendo mais vantajoso que o Tocantins sob o aspecto comercial. Segundo Doles (1973, p. 89), “defendia o presidente, aquela navegação pelas vantagens oferecidas a Mato Grosso através da intersecção do Araguaia e Taquari”. Sob essa ótica, resultaria a concretização do antigo projeto de interligação das bacias amazônica e platina. Sua preferência pelo Araguaia se dá especialmente, porque a região atingiria às “mais densamente povoada”. Já o Tocantins, demandava a transposição dos trechos encachoeirados que dificultavam a ‘navegação e a viagem exigia muitos esforços’ (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

A imagem forte do progresso por meio do rio Araguaia fez inclusive surgir a ideia de transferir a capital para Leopoldina, como meio de reduzir o frete e desenvolver a indústria da Província goiana. Segundo Magalhães (1974, p. 55), a primeira consequência da mudança da capital para as margens do Araguaia seria a melhora do comércio com o Pará, e em decorrência, uma redução nos fretes que chegaria a 200%, contudo, a sugestão de Couto Magalhães não surtiu efeito naquele momento. O imaginário da prosperidade funcionou como combustível condutor para o enfrentamento da natureza, argumentado pelo visionário Presidente, sempre que se falava sobre a navegação do Araguaia. Em relação aos motivos que se apresentavam como obstáculos à navegação, como as cachoeiras do Tocantins e o deserto das margens do Araguaia, Couto de Magalhães defendia que:

Não se trata de saber se a navegação é ou não dificultosa; trata-se sim, de sua conveniência. Quando é que um meio comercial convém? Todos sabem que é quando dá lucro. Desde que se demonstre que o transporte por via do Araguaia é muito mais barato do que outro qualquer meio está demonstrado que o Araguaia é o melhor dos meios de transporte. (MAGALHÃES, 1974, p. 62)

Visto como um entusiasta da navegação, este presidente se dizia animado com a concretude da navegação e que só faltava um vapor para navegar as águas do Araguaia.

Falta a principal das medidas, que é a existência de um vapor nas águas desse rio. Para isso, mandei proceder a estudos exatos e levantar a carta hidrográfica do Araguaia e Tocantins, fazendo com que a expedição que desce chegue ao Rio de Janeiro em demanda de um vapor. A semente está, portanto, lançada: resta que a cultivem. Permita Deus que não fique tudo isso esquecido e abandonado, como tantas vezes tem acontecido. (MAGALHÃES, 1974, p. 67)

Apesar destes discursos, a navegação a vapor apresentava certa demora para chegar ao rio Araguaia. Neste período, outros rios brasileiros já experimentavam esse tipo de navegação, articulando largamente a comunicação de diversas províncias ao litoral brasileiro, desde o Pará até o Rio Grande do Sul, assegura Carvalho (2009). Pelo rio da Prata, Paraná e Paraguai, comunicavam Mato Grosso com o resto do País, mas Couto de Magalhães em defesa do Araguaia faz a seguinte observação:

Temos gasto muitos milhões com a navegação do Paraguai. Qual é o resultado colhido até o presente? Unicamente o de espalharmos nossos capitais por mãos das Repúblicas do Prata, que sentindo-nos em sua dependência por causa desse rio, não cessam de vexar-nos”. A navegação do Araguaia é mais fácil do que a do Uruguai. Entretanto, que diferença no resultado! Aquela serve a Mato Grosso, ou por melhor dizer, a vila Maria e à cidade de Cuiabá; esta iria abrir a indústria à província do Pará, do Maranhão, de Goiás, de Mato Grosso, isto é, daria ao Brasil uma segunda via tão considerável e vasta como a que lhe oferece o oceano atlântico. (MAGALHÃES, 1974, p. 67)

Magalhães dizia estar convencido de que o Araguaia cumpria o importante papel que levaria a Província de Goiás a equiparar-se em prosperidade àquelas que se encontravam em desenvolvimento. Para tanto, seria necessário ambicionar um futuro de prosperidade, visto que o “Araguaia oferece a vasta perspectiva de duzentos e quarenta léguas navegáveis em todas as estações, sem ser necessário cortar-se o mais pequeno ramo”. Resumia assim, de forma simplista, o futuro da navegação e, apesar de alguns fracassos relativos à instalação e melhoramento da navegação fluvial anteriormente, ele estava convicto de que sua implementação seria um sucesso e acrescenta que, “Com o Araguaia ainda há hoje quem pense se tenta o impossível; no entanto, já chegarão a esta capital carregamentos provenientes do Pará e me consta que o empreendedor continua na navegação com grande vantagem sua”.

(MAGALHÃES, 1863, p. 15). Em relação ao desenvolvimento econômico, dizia serem os rios Araguaia, Tocantins e Turvo os canais que trariam felicidade aos goianos.

Seu entusiasmo lhe permitiu enviar ofício dirigido ao ministro da Marinha, no qual dizia serem suficientes os poucos povoados encontrados às margens do Araguaia para dar suporte aos navegantes. Couto de Magalhães (1863, p. 23) concluiu que, em relação ao Araguaia, ainda havia quem pensasse ser a navegação o “impossível”. Mas, segundo suas premissas, dois seriam os principais motivos para sua retomada após tentativas frustradas em tempos passados: “1º A navegação do Araguaia não é impossível mesmo à vista de seus pequenos recursos” e “2º Se as diversas empresas formadas nesse sentido naufragaram foi menos por causas provenientes da natureza, do que pela imprudência com que se as procurou realizar”, afirma o admirador deste rio. Desse modo, a navegação começa a dar seus primeiros passos, e são intensificadas as construções dos presídios que haviam surgido a partir da década de 1840. Os presídios que se fortaleceram ao final da década de 1850, cumpriam ao menos em parte, a função para a qual foram criados, aumentando a população, rebanho bovino e, fundamentalmente, prestação de socorro aos comerciantes que ali passavam com embarcações carregadas de produtos trazidos do Pará. Em 1860, a navegação a vapor passa a ser o objetivo principal para o desenvolvimento da Província.

Acreditava-se que a região do Araguaia, rica em elementos naturais, precisava apenas de infraestrutura para se tornar um importante centro comercial de fato. Logo, este argumento encoraja o governo e alguns homens de negócios a investir recursos financeiros em uma Companhia Comercial, ação que sinaliza o sonho de implementação de uma economia mercantil. Mais uma vez o discurso do progresso está atrelado à navegação, principal argumentação no governo de José Vieira Couto de Magalhães. Após muitos cálculos, estudos e discursos entusiasmados, além de uma visão empreendedora de Couto de Magalhães, a navegação a vapor, no rio Araguaia, foi inaugurada no dia 28 de maio de 1868, no Porto de Santa Leopoldina. No discurso de inauguração, seu nome não fora esquecido, como mostra o trecho abaixo:

Nenhum Presidente se aplicou a este assumpto com tanta dedicação e perseverança como o Exm. Sr Dr José Vieira Couto de Magalhães, actual presidente de Matto Grosso, não poupando sacrifício de toda a sorte com o fim de ver estabelecida a navegação a vapor no Araguaya. Ninguém ignora os esforços inauditos por ele empregados, quer nessa província, quer na do Pará, e ultimamente na de Matto Grosso, donde consta que fizera seguir por terra um pequeno vapor desarmado até as cabeceiras do Araguaya, para ser ahi novamente armado e sérvio para a navegação deste rio. (SIQUEIRA, 1867, p. 6)

Couto de Magalhães mais uma vez provou seu pioneirismo ao transportar um barco por terra, sob grandes dificuldades do Mato Grosso para o Araguaia em um empreendimento de impulso e iniciativa considerável, no intuito de promover a navegação apesar dos “obstáculos e contrariedades” (DOLES, 1973, p. 92).

Figura 3 - Hélice do vapor Colombo, banco do timoneiro e pá de navegação.



Fonte: Museu Zoroastro Artiaga, 2016

Figura 4 - Cena do filme “Fitzcarraldo” em que um navio é transportado através da floresta.



Fonte: CREA, 2012

A representação da imagem acima ilustra esteticamente o feito extraordinário de Couto de Magalhães, ao mandar desarmar um pequeno vapor de Mato Grosso, o fez transportar por

terra até a colônia de Itacaiú, no alto Araguaia, onde foi de novo reconstruído. E descendo o rio abaixo, “tendo a seu bordo o referido presidente, que pretendia seguir para o Rio de Janeiro, foi estacionar junto ao Presídio de Santa Leopoldina, tomando no ato da inauguração o nome de Araguaia” (SIQUEIRA, 1869, p. 4). Mesmo com grandes dificuldades, “o barco saiu do Prata rumo ao Amazonas, foi conduzido por sertões até então desbravar e demandar a abertura de caminhos para os dezesseis carros de bois” (DOLES, 1973, p. 91). A expedição terrestre iniciou-se em 17 de julho de 1867 nos sertões dos Baus, Espírito Santo e Caiapozinho.

Desse modo, Couto de Magalhães escreveu seu nome na História, após transportar e reconstruir o barco no porto de Itacaiú e lançá-lo em condições de navegar nas águas do Araguaia em 28 de maio de 1868. O barco Araguaynerú-assu, foi, posteriormente, chamado simplesmente Araguaia, em homenagem ao rio de mesmo nome. Segundo Doles (1973, p. 92), “após seis longos anos de luta, Magalhães respondeu às acusações dos que o taxavam de visionário com a realização do que havia empreendido”. Suas palavras demonstram imenso orgulho do seu feito “agora digam o que disserem nem por isso deixará de ser certo que dei o primeiro e mais considerável passo para unir a foz do Amazonas à do rio da Prata pelo nosso interior: essa gloria ninguém me pode tirar”.

Assim, o feito histórico de Couto de Magalhães lançou as bases para a navegação e prometia abrir caminhos para a prosperidade da província de Goiás. No entanto, os empreendimentos da navegação só foram efetivados dois anos depois, com certo lucro somente no decorrer da década de 1870. Segundo Carvalho (2009), na década de 1870, o comércio fluvial passou a ter três etapas distintas.

Na primeira fase, 1870 a 1873, a companhia de navegação a Vapor esteve sob a direção do Dr. Couto de Magalhães período caracterizado por um relativo vigor. As viagens realizadas na rota entre o Presídio de Itacayú (mato Grosso) ao Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia, com 1200Km de extensão, funcionavam regularmente, de acordo com o contrato firmado entre o empresário e a administração provincial. De 1874 a 1878, considerada a segunda fase da navegação, a Companhia foi entregue a administração pública. No final da segunda e início da terceira, a empresa do Araguaia já se encontrava estruturada. (CARVALHO, 2009, p. 99)

Nos dez primeiros anos da Companhia de Navegação a Vapor, o comércio fluvial se firmara com incentivos do governo, com grande potencial de navegabilidade entre Leopoldina e Santa Maria, embora a quantidade de negócios tenha diminuído na segunda fase, sob a direção do empresário João José Corrêa de Moraes, com o volume de importações inferiores ao das exportações. Contudo, nesta mesma década, a “Companhia dispunha de três vapores, sete botes, várias canoas e igaratés com-167 pessoas empregadas na empresa” (CARVALHO 2009, p.

100). A navegação tornou-se monopólio pessoal desse empresário em 1878, fato descrito pelo presidente Sr. Luiz Augusto Crespo.

Apesar dos avanços acima relatados, os trechos encachoeirados ainda assolavam o desenvolvimento da navegação no rio Araguaia. Esses problemas tornavam as viagens e o carregamento das mercadorias bastante arriscados, ainda assim, havia persistência, na década de 1880, em expandir o comércio com a província do Pará. Esperava-se propostas que propiciassem melhorias nas condições de navegabilidade dos trechos encachoeirados e das vias terrestres que promovessem a ligação em localidades como: Pilar, Crixás, Amaro Leite a Leopoldina e Rio Claro ao porto de Jurupensen, além de Rio Bonito a Itacaiú, feitas pelo governo de Goiás em 1881. Joaquim de Almeida Leite Moraes propõe a possibilidade de ligação do Araguaia ao Xingu.

A mudança da navegação, do porto de Santa Maria em diante para o rio Xingu, que corre quase paralelo ao Araguaia e Tocantins, em distância não superior a 40 léguas, segundo afirmam os práticos e alguns índios mansos do Araguaia, e não tendo como se acredita, cachoeiras como as que obstruem o leito daquelles rios, dará franca navegação aos barcos, cujas viagens far-se-hão em um terço ou menos do tempo empregado em vencer os obstáculos do Tocantins. (MORAES, 1881, p. 116)

A perspectiva de realizar tamanho feito dependia de grande investimento, visto que o estabelecimento da navegação dependia de um conjunto de medidas de caráter técnico e econômico. Logo, o elevado custo operacional fez os empreendedores se desinteressarem em realizar tamanho investimento. O resultado foi o a suspensão da navegação do Araguaia em 30 de junho 1888. Segundo o vice-presidente deste período, Felicíssimo do Espírito Santo, o fim do contrato de João José Correia de Moraes com o governo imperial trouxe prejuízo ao comércio e ao serviço público, dificultando toda comunicação das margens do Araguaia até então sonhada pelos governantes da Província de Goiás, durante todo o século XIX. E desse modo, apesar dos esforços, especialmente de Couto de Magalhães, a navegação do Araguaia continuou sendo uma utopia, tendo em vista que antigos problemas como a falta de investimentos, o pouco povoamento da região, as questões indígenas e os empecilhos naturais como as cachoeiras, não haviam sido solucionados. Assim, ao findar o século XIX e iniciar o século XX a utopia de progresso para Goiás, por meio da navegação, ‘deixava o porto e embarcava no trem’ até os sertões do Araguaia. Neste período, o Araguaia fazia surgir o embrião de cidades futuras, pois antes de tudo, é via de transporte de mercadorias e pessoas, suporte das cidades futuras. Fatores importantes para Goiás e também para o Mato Grosso, Maranhão, Pará e conseqüentemente para o Brasil.

CAPÍTULO 2 - O SONHO DE MODERNIDADE¹² DESÁGUA NO RIO

Este capítulo buscou evidenciar os elementos históricos que contribuíram para dar maior visibilidade ao Araguaia por meio das ações de desenvolvimento do estado de Goiás. Faz parte deste contexto: a Revolução de 30; a transferência da capital (Goiânia); a Marcha para o Oeste e a Expedição Xingu; a fundação de Brasília e a construção do hotel JK, como símbolo de abertura turística e ação governamental, no Araguaia, nos anos 60. Além disso, analisamos a questão do povo *Karajá* nesse processo de apropriação do seu espaço de pertencimento.

Em síntese, o problema que se coloca é sobre a questão do processo de modernização em Goiás e seus reflexos na apropriação das margens do rio Araguaia na atualidade, uma vez que, a partir de 1930, a cultura brasileira foi valorizada por meio de símbolos que vinham sendo gestados desde o século XIX. Esse período do Brasil se reveste de particularidades e de grandes esforços para definição de uma consciência de unidade nacional, capaz de criar vínculos com a ideia de povo, nação e território, tentando incorporar no “sertão¹³” os valores do litoral. Assim, pretende-se compreender historicamente as transformações estruturais da sociedade goiana, no contexto que entrelaçou o agrário e o desenvolvimento urbano-industrial, capazes de transformar a paisagem do Araguaia em local de lazer.

2.1 A MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS MOVIMENTA AS MARGENS DO ARAGUAIA

Observando a trajetória da navegação nas águas do Araguaia, percebemos que as políticas de desenvolvimento iniciadas com a catequese, navegação e povoamento dessa região,

¹² Como uma primeira aproximação, “digamos simplesmente que “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11).

¹³ Segundo Janaína Amado, “sertão” é uma categoria recorrente no pensamento social brasileiro desde o século XVI, categoria esta que foi trabalhada de diferentes formas ao longo dos séculos, mas sempre como tentativa de explicação para o Brasil, quando ainda era uma colônia de Portugal; e após o século XIX, como uma nação independente”. “Sertão” ou “Certão”, no século XIV, se referia a regiões dentro de Portugal, mas distantes de Lisboa. No século XV, com as conquistas ultramarinas efetuadas pelos portugueses, passa também a se referir aos espaços do interior, pouco conhecidos, das terras recém-conquistadas (AMADO, 1995, p. 145-147). Para a pesquisadora Laís Aparecida Machado, a categoria *Sertão* é a mais interessante categoria espacial do Brasil dos séculos XVIII-XIX, “transpira ameaça e mistério” espaço em que “as noções de fronteira, esconderijo e deserto se confundem”. Para muitos, o sertão é um espaço fluido, com fronteiras indefinidas. Segundo a autora, nesses séculos a que se refere, a baixa densidade populacional foi a característica dominante dos sertões, que apareciam como incultos e desabitados, sendo também uma das categorias mais recorrentes do pensamento social brasileiro. Para Janaína Amado (apud Machado, 2007, p. 51), sertão é “uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação” (MACHADO, 2007, p. 51). Enquanto categoria cultural, *sertão* tem lugar relevante na literatura brasileira, na maioria das vezes na literatura regionalista. Na literatura goiana, Hugo de Carvalho Ramos, importante escritor do século XX, em seu livro *Tropas e Boiadas* faz inúmeras referências ao sertão. Do mesmo modo, Bernardo Elis o denominou de “ermos e gerais”. (MACHADO, 2007, p. 51-52).

embora não tenham alcançado os propósitos pelos quais foram criados, alteraram a paisagem e provocaram mudanças socioculturais capazes de abrir um novo espaço para as relações homem-natureza nos sertões do Araguaia. Inserido nas representações do mundo contemporâneo, o discurso desenvolvimentista para o Brasil torna-se constitutivo na vida social dos goianos, alterou modos de interação, de consumo, valores e símbolos. O espírito de modernidade almejado para Goiás está ligado ao ideal de progresso que sempre rondou o centro Oeste, devido à vida econômica que só aos poucos seria modificada. No Araguaia, o projeto “civilizatório” sonhado para o Estado, apresentou-se inicialmente pela mineração, a concretude da criação de gado e a apropriação de suas margens para o lazer e turismo, idealizados por forças governamentais como a construção de Goiânia, a Marcha para o Oeste e a construção de Brasília.

No início do século XX, o Brasil experimentava a nova forma de governo instalada em 1889, nomeada de Primeira República. Sujeita à conduta de concessão política-administrativa, formada desde o império e composta por grandes proprietários de terras aliados as instâncias municipais estaduais e federal. Nascia então o poderio das oligarquias regionais, passando os estados à unidade básica e, teoricamente, autônomos politicamente. Assim sendo, a representação de governo denominada Primeira República ficou conhecida como “República dos Coronéis” ou Coronelismo, onde apenas um núcleo da sociedade partilhava o poder, o grande proprietário de terras e seus aliados. Goiás, anunciado como estado periférico, apresentou-se na conjuntura nacional almejando maior influência nos arranjos políticos regionais desta época, caracterizado por baixos indicadores econômicos, demográficos, geográficos e de comunicação.

O discurso de modernidade para o Brasil, nesta época, incorporava-se à ideia de integração nacional: “Aqui não mais se ouvia, como nos tempos da Província, apenas a voz que reivindicava civilização, muitas vezes até vaga, mas também a voz do Estado, posicionado com uma nação” (GARCIA, 1999, p. 183).

O panorama internacional, marcado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que fez a Europa reduzir suas exportações e concentrar sua indústria no setor bélico, coincide com o momento em que o Brasil é estimulado pela produção nacional a exportar o café. Em Goiás, a estrada de ferro passa a ser demandada como medida para inserir-se de forma mais dinâmica na economia de mercado, visto que a expansão das atividades urbano-industriais, em Minas Gerais e São Paulo, “possibilitou a incorporação de novas áreas ao mercado como produtoras de gêneros alimentícios e como consumidoras de produtos manufaturados” (MACHADO,

2007, p. 58). Goiás via com isso a possibilidade de impulsionar o aumento da venda de seus produtos primários como o gado (quase 50% da pauta), seguido pelo arroz e o açúcar. Entretanto,

[...]foram necessárias algumas medidas para inserir Goiás na economia de mercado. Uma delas foi a implantação da estrada de ferro que chegou a Cumari, Goiandira e Ipameri em 1913, a Catalão e Roncador, em 1914, a Pires do Rio, em 1922, a Vianópolis, em 1924, a Silvânia, em 1930, e a Leopoldo de Bulhões, um ano depois. Vê-se, assim, que até, 1931 o avanço dos trilhos, além de lento, perfazia um trecho pequeno, na vastidão do estado - cerca de 297 quilômetros. (MACHADO, 2007, p. 58)

A perspectiva de desenvolvimento para Goiás mais uma vez remete à ideia da comunicação sonhada anteriormente por via fluvial, e nesse momento, vislumbrada pela possibilidade da via férrea¹⁴ que se aproximava da parte sul do Estado, animando os investidores. O imaginário de prosperidade sonhado pela ferrovia provocou mudanças no sentido de ocupação de novas terras, diversificação da lavoura e conseqüentemente a melhoria dos meios de transportes. O transporte ferroviário, motivo de grande esperança para fortalecer a região central do Brasil ficou registrado na revista *A informação Goyana*, lançada em outubro de 1917. Muitos de seus artigos dedicaram especial atenção à questão da integração de Goiás aos grandes centros, por meio da via férrea. Segundo a visão daqueles que escreviam em suas páginas, a chegada dos trilhos “seria essencial para a modernização e o desenvolvimento econômico do Estado”, (SANTOS, 2015, p. 64). Lembrando que o maior objetivo da revista era dar visibilidade ao Estado de Goiás, no processo de integração da economia nacional.

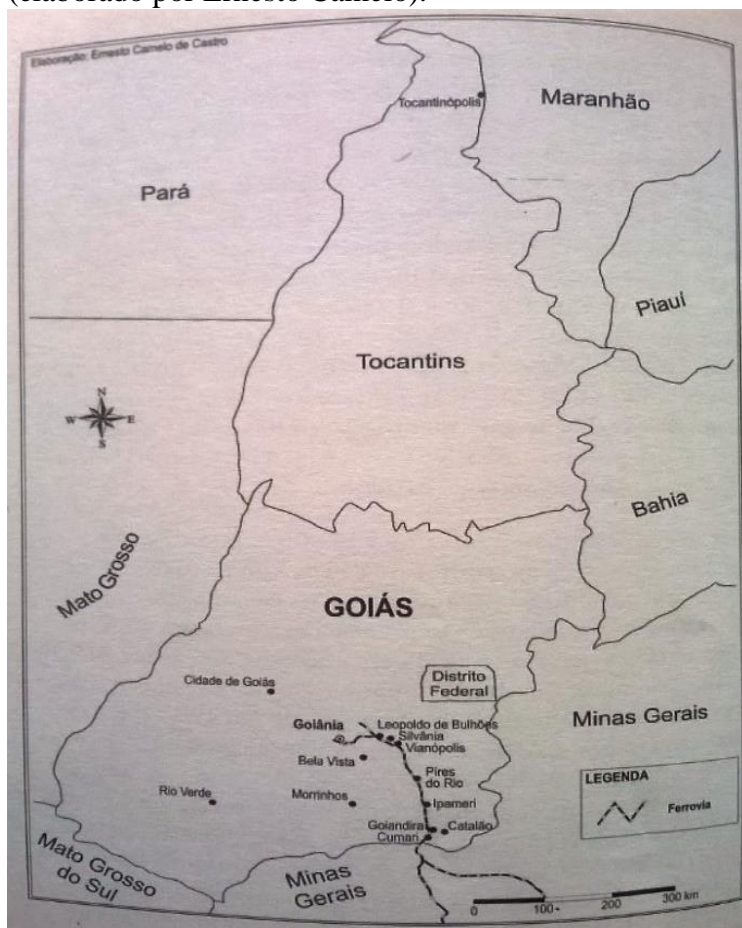
A estrada de ferro reacendeu velhas expectativas para o desenvolvimento na região do rio Araguaia, pois até então, o maior impedimento para desenvolver este espaço eram as vias de transporte, e a precariedade das estradas. A esperança passa a ser então, a chegada dos trilhos até Leopoldina, muito embora, a ideia de construir a ferrovia ligando os sertões aos centros comerciais no litoral fosse antiga - tendo sido concebida desde 1869, mas consolidada somente em 1907 com a criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás¹⁵. Este novo projeto pretendia contemplar também a região do rio Araguaia, de modo que a estrada partiria de Formiga (MG) e iria até Leopoldina (GO), atual Aruanã, na margem do Araguaia. Mas em 1931 o avanço dos

¹⁴ A ideia de se construir a estrada de ferro era de caráter nacional de norte a sul do país e cogitada desde 1869. Por isso a ideia de construir uma estrada de ferro que contornasse as corredeiras e baixios do médio Tocantins foi posta em prática em 1908 pela Companhia de Viação Férrea do Tocantins Araguaia criada pelo decreto nº 862 de 16 de outubro de 1890. No entanto, por dificuldades financeiras a construção dessa ferrovia conseguiu alcançar somente o quilometro 82, na metade do trecho Alcobaça à praia da Rainha no Pará. Em 1967 o governo federal decidiu substituir a EFT por uma estrada de rodagem, e em 1974, os trilhos foram arrancados, sendo extinta a ferrovia (CARVALHO, 2009, p. 108).

¹⁵ Criada por meio do decreto n 6.438 de 27 de março de 1907, alterando seu plano inicial de 1869. (BORGES, 1990, p. 60).

trilhos chega apenas até à cidade de Leopoldo de Bulhões, sem concretizar o sonho de integrar a região do Araguaia no plano nacional de progresso.

Figura 5 - Mapa de Goiás, com o trajeto inicial da ferrovia e a localização das principais cidades (elaborado por Ernesto Camelo).



Fonte: Machado (2007, p. 60).

Em 1911, foi inaugurado o primeiro trecho: Araguari- Engenheiro Behout, mas nos vinte anos seguintes, a estrada foi penetrando lentamente pelo sul de Goiás: Goiandira (1913), Vianópolis (1924), Bonfim e Leopoldo de Bulhões (1931), com um total de apenas 287 quilômetros ao todo. Em alguns trechos, a construção da estrada de ferro encontrava-se por vezes paralisada, o que ocorria também com a linha de Araguari à capital de Goiás que se encontrava “também paralisada na estação Roncador desde 1914” (BORGES, 1990, p. 68). Na sua extensão territorial, esses 287 quilômetros que ficaram prontos, pouco significou para concretizar o sonho de integração nacional, no entanto, essa possibilidade refletiu esperanças não só para os investidores do Sul, mas também, para os moradores da região centro norte de Goiás.

Podemos afirmar que, como fator ideológico, a chegada da ferrovia impactou a estrutura social goiana. Segundo Barsanufu G. Borges (1990, p. 87), isso ocorreu devido “as ideias e

valores petrificados dessa sociedade regional assentada sobre uma estrutura fundiária retrógrada”. Assim, a ferrovia cumpria um papel expressivo na aceleração do processo de mudança em todos os níveis da sociedade goiana, o que significou uma maior inserção do estado, ou mais especificamente, da economia de algumas de suas regiões. A estrada de ferro se apresenta para Goiás como sinônimo de modernização e urbanização.

Simultaneamente à modernização da economia agrária do Sudeste goiano, como parte da lógica da expansão da economia de mercado, outros aspectos da vida social, política e cultural do Estado também começaram se transformar e adquirir características modernas. Como a implantação da Estrada de Ferro, vários núcleos populacionais apareceram e dentro de poucos anos adquiriram características de centros urbanos. As cidades goianas servidas pela linha se reurbanizaram e passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalista, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo. (BORGES, 1990, p. 102)

Para o autor, o exemplo mais claro desta modernização que vinha ocorrendo em Goiás, foi o cinema, que chegava semanalmente na capital, mas Ipameri e Catalão foram as primeiras cidades a sentirem o impacto dessa modernização. Ipameri tornou-se um significativo centro comercial, foi a primeira do Estado a contar com energia elétrica e iluminação pública, telefone e telégrafo. Logo foi implementada uma agência do Banco do Brasil, além disso, sua posição geográfica possibilitou o controle comercial do planalto central e da mesma forma Ipameri se modernizou (BORGES, 1990, p. 104-105). É importante ressaltar que o processo de modernização não se restringia, necessariamente, à região da estrada de ferro e sim aos limites de expansão.

A aproximação da ferrovia provocou mudanças, no sentido de ocupação de novas terras, diversificação da lavoura e conseqüentemente, a melhoria dos meios de transportes. O imaginário de prosperidade com a estrada de ferro reacendeu também velhas expectativas para o desenvolvimento da região do rio Araguaia, pois até então, o maior impedimento para se desenvolver este espaço eram as vias de transporte e a precariedade das estradas. A expectativa de melhorias para esta região passa a ser então, a chegada dos trilhos até Leopoldina.

2.1.1 A dinamização das embarcações a motor no Araguaia

Enquanto isso, no rio Araguaia, na década de 1920, a navegação constituía-se em ritmo próprio possibilitado pelas embarcações a motor que eram utilizadas como principal meio de transporte motivadas pela atividade mineradora¹⁶ que ocorria na região do Alto Araguaia¹⁷.

¹⁶ A mineração de diamantes na década de 1920 marcou grande fluxo de migração de pessoas para região do rio Araguaia (MELO, 2000, p. 86).

¹⁷ A classificação do curso do rio foi dividida em três grandes trechos: O primeiro trecho o Alto Araguaia, corresponde das nascentes a 450 km de distância a norte, no distrito de registro do Araguaia- GO, município de

No rio Araguaia, os modos de vida produzidos pela modernização continuam fundamentados na navegação, pelo fato dela ter promovido a integração e a comercialização – mesmo não correspondendo às expectativas sonhadas no século XIX – ainda assim, influenciou culturalmente na vida local, ao dinamizar os costumes, comportamentos e a dinâmica dos ribeirinhos. A princípio pelas embarcações indígenas, canoas e vapores, posteriormente pelos barcos a motores, as embarcações foram adaptadas para atender a vida ribeirinha tornando-se um dos elementos mais presentes em toda memória dos habitantes da margem do rio, seja o barco a vapor, seja uma simples canoa. Estes meios de transporte continuam nas significativas tarefas cotidianas dos moradores e frequentadores do rio, tornaram-se ferramentas indispensáveis na vida ribeirinha que, com o tempo, adquiriu conhecimento para adaptá-los às necessidades da região (CARVALHO, 2009, p. 146).

Figura 6 - Embarcação a motor (1935-1970)



Fonte: Carvalho (2009, p. 109).

A dinamização das embarcações modificou o modo de vida das cidades e povoados nas margens do Araguaia, diminuindo percursos e tempo para os moradores e comerciantes,

Montes Claros de Goiás. Possui um desnível de 570 metros e profundidade máxima de 0,30 metros. O segundo trecho, ou médio Araguaia tem uma extensão de 1.505 km, entre Registro do Araguaia- GO e Santa Isabel no Estado do Tocantins e um desnível de 185 metros. Neste trecho, em sua altura de 720 km de curso. O rio Araguaia se divide em Javaés, formando a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, com 375 km de extensão. O chamado baixo Araguaia é o menor dos três trechos, com 160 km e um desnível de 11 metros até desaguar no rio Tocantins (RAMOS, 2011, p. 43).

elemento constitutivo da vanguarda para o lazer e a pesca nas águas do Araguaia. Outro fator preponderante sobre as embarcações a motor foi o processo de trocas culturais entre os povos indígenas e sertanejos, brancos e mestiços que passaram a habitar suas margens dividindo o mesmo espaço e partilhando seus conhecimentos, constituindo as trocas culturais. Nessas circunstâncias, os ribeirinhos se tornaram fornecedores de mão de obra para as grandes propriedades e para os turistas que iam chegando com a abertura de algumas estradas. Por meio desta prática, o espaço de posições se retraduz a um sistema de “separações diferenciais”, ou seja, em suas práticas e nos bens que possuem, visto que “uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 21). Ainda assim, futuramente o barco a motor será um dos elementos significativos no desenvolvimento das atividades de lazer em toda a extensão do Araguaia.

A revista *A Informação Goyana* (1925) noticia, que em 1922, subiu o rio Araguaia o primeiro barco com motor a explosão, proveniente de Arumatema (PA), indo até Registro do Araguaia (GO), concretizando a viagem em menos de 21 dias. Segundo a revista, as embarcações transportavam carga em torno de vinte toneladas, existindo uma frota superior a 60 barcos. Percebe-se assim, que os barcos a motor passaram a movimentar não somente as águas do rio, mas também os fluxos migratórios de trabalhadores e aventureiros em busca da mineração de diamante que vivia um *boom* financiado pelo capital estrangeiro no alto Araguaia. Na década de 1920, esta nova dinâmica econômica foi marcada por um grande fluxo de migrações de pessoas para a região do Araguaia devido à descoberta de diamantes na zona do Alto Araguaia, dando “origem a alguns povoados, como Baliza, em Goiás, em 1924; Torixoréu, em 1931 e Araguainha, em 1947, sendo estes últimos, nas margens do Araguaia no lado do Mato Grosso” (MELO, 2000, p. 86).

Segundo Maciel (2011, p. 63), “as terras banhadas pelo rio Araguaia são extraordinariamente ricas em minérios, entre eles, metais nobres e pedras preciosas e semipreciosas”. No período referido, “numerosas jazidas de cristal (quartzo) e garimpos de ouro e de diamantes eram explorados nas margens deste rio, sendo que o cristal consistia em item importante da pauta de exportações do Estado de Goiás”.

Figura 7 - Estátua na praça do garimpeiro em Baliza¹⁸-GO



Fonte: IBGE 2016

Embora a região do Alto Araguaia esteja distante da região delimitada no estudo, os fatos ocorridos nas primeiras décadas do século XX foram importantes para mostrar a dinâmica que o barco a motor levou para toda a extensão do rio. A mineração de diamantes e a aplicação do capital estrangeiro aumentou as migrações, por causa desse deslocamento de pessoas e mercadorias, povoados como Registro do Araguaia (GO), Araguaiana (MT), Santa Rita do Araguaia (GO), Aragarças (GO) e Ponte Branca (MT) prosperaram com a dinâmica econômica da extração de Diamantes. Na verdade, desde a época em que Couto Magalhães implementava a navegação no Araguaia “já se fazia relevante a presença de garimpeiros que buscavam diamantes às margens do Araguaia e afluentes” (RAMOS, 2011, p. 57).

Melo (2000, p. 87), nos mostra que cidades como Santa Rita do Araguaia, Aragarças e Ponte Branca foram fundadas por agropecuaristas, porém, impulsionadas economicamente pelos fluxos dos garimpeiros e pelas embarcações a motor que faziam os percursos entre o Pará e Goiás e traziam de tudo, de medicamentos à moda e estética, práticas culturais e até doenças. O apogeu da mineração no alto Araguaia durou até meados do século XX, nesse período, os

¹⁸ Baliza teve origem com a descoberta de jazidas de diamantes, em 1924, às margens do ribeirão João Velho. Iniciada a exploração e constatada a riqueza da jazida, a notícia atraiu grande número de famílias que se estabeleceram, nas proximidades do garimpo. O município recebeu o nome de Baliza decorrente a existência de uma pedra de 5 metros de altura, no meio do rio Araguaia, que banha a região (IBGE, 2016).

conflitos armados pela dominação política tornaram-se uma constante entre líderes locais¹⁹. Contudo, a exploração diamantífera continuou a ocorrer na região, mas veio a perder espaço para a agropecuária, com a política organizada pela Marcha para o Oeste na década de 1940.

Segundo Lima Filho (2001, p. 153), os garimpeiros ficaram inviabilizados pelo discurso de memória da região de Aragarças em função da agropecuária, quando a fundação chegou, o discurso oficial foi o de ignorar a presença garimpeira, conforme fica claro no primeiro relatório da instituição, assinado pelo seu presidente, ministro João Alberto Lins de Barros, de 1944. Segundo as impressões de Lima Filho (2001, p. 153), o garimpo foi refreado na memória dos pioneiros da região de Aragarças, “como se a história começasse com a Expedição Roncador – Xingu, FBC e Sudeco. O gado ficou na memória araguaiana, ofuscou a indústria garimpeira e permaneceu como elemento justificador e de identificação com a cultura sertaneja representada pela pecuária e atualmente divide espaço com o turismo, compreensível historicamente nas contradições dos espaços simbólicos.

Figura 8 - Canoas a motor no porto de Aruanã - 2016 (é o principal meio de transporte para levar os turistas do porto até as praias do Araguaia).



Fonte: Carla Edieni

¹⁹ Lutavam pela liderança política no período entre 1915- 1925, dois líderes Carvalhinho e Morbeck da região de Alto Araguaia e de Santa Rita do Araguaia lutavam pela liderança da zona diamantífera e o conflito resultou na derrota dos morbeckstas (apelidados de morcegos, por atacarem a noite). A luta entre esses dois grupos teve como pano de fundo o acirramento de uma antiga disputa por limites geográficos entre os Estados de Goiás e Mato Grosso. Venceu o mato Grosso, que acrescentou, definitivamente, as terras entre o Araguaia e o rio das Mortes à sua jurisdição, como se almejava desde meados do século XVIII. (MELO, 2000, p. 91).

Figura 9 - Passeio turístico pelas principais praias nas proximidades de Aruanã - 2016.



Fonte: Carla Edieni

O rio Araguaia era o caminho, a saída e a chegada, a mais importante se não a única via de comunicação para os povos que habitavam as cidades e povoados de suas margens. Portanto, a dinamização das embarcações a motor no Araguaia significou a princípio, a diminuição das dificuldades na vida dos garimpeiros e ribeirinhos e constituiu para o turismo uma das características mais simbólicas de lazer na atualidade. Para a população de Aruanã – cidade considerada o portão de entrada para as praias- a canoa à motor simboliza a memória e elemento sociocultural fundamental para a identidade do rio, dinamizador da economia, essencial para a prática de pesca e para o turismo fluvial.

A necessidade de aceleração do tempo causado pelo processo de modernização fez a movimentação das canoas conviverem abruptamente com os aviões na década de 1940. Segundo Lima Filho (2001), a chegada do avião ao sertão goiano representou um dos construtos da modernidade, pois o avião importou o princípio da “circulação” estruturante da modernidade. Foi a partir da construção de Aragarças que a ocupação definitiva do espaço se caracteriza pelos campos de pouso construídos pelo interior do Brasil e no futuro deram suporte às linhas aéreas internacionais.

2.1.2 Urbanização e modernização fomentam o lazer no Araguaia

O processo de urbanização em Goiás faz parte de um projeto mais amplo de modernização visando à integração nacional do Brasil. Cidades novas passam a conviver com

idades históricas em um processo em que os goianos aprenderam a conviver com os avanços, rupturas e continuidades na reconstrução dos valores modernos. A sociedade transformou-se nesse ambiente de urbanização acelerada: industrialização, individualismo e ritualização da vida cotidiana. Os fetiches de consumo passaram a considerar o lazer no Araguaia como um fator importante na existência dessa nova ordem emergente.

Em 1930 o discurso de modernização para Goiás pautou-se no ideal de mudança por meio da representação da modernidade, personificada na construção de Goiânia. A Revolução de 1930²⁰, possibilitou nomear Pedro Ludovico Teixeira interventor do Estado, e Vargas presidente do Governo Provisório, situações que sobrepujaram as oligarquias tradicionais, privilegiando o sul e o sudeste goiano, centros econômicos do estado e novos detentores do poder.²¹

Com a vitória da Revolução de 1930, Pedro Ludovico Teixeira - interventor em Goiás - iniciou a luta para a construção de uma nova capital, mais “arrojada” e “moderna”, objetivando inserir o estado no projeto nacional desenvolvimentista com o objetivo de consolidar um novo projeto para Goiás, revestido de motivação para o desenvolvimento do país. Assim, o ideário para a consolidação de uma nova capital consistia em “civilizar” o sertão, Nísia Trindade (2013) mostra que as representações do sertão são metáforas geográficas na forma de representação sobre a identidade nacional, reveladas como incompletas em um momento de refundação dos muitos *Brasis*. Para a autora, a natureza, por estar ainda desconhecida no interior do Brasil, remete ao ideal de desafio, romantismo e mistério. E, sobretudo, representa o lugar da realização dos projetos que viabilizavam o progresso e a civilidade. Assim nasceu Goiânia:

Não era apenas a vontade atávica de uma ideia de um povo ou um político que buscava concretização. Era bem mais que isso. Feita em nome do progresso, da esperança e do pretense “novo” que se contrapunha ao “suposto velho, Goiânia representava o veículo da condução político burocrática capaz de levar o Estado a uma maior inserção ao mercado nacional. (CHAUL, 1992, p. 16)

²⁰ No plano político ocorreu a crise da campanha eleitoral de 1930, que deu origem a formação da Aliança Liberal. Segundo Machado (2007, p. 65), Goiás nesse processo não se colocou passivamente frente ao processo que culminou na Revolução de 1930. Para Boris Fausto (apud, MACHADO, 2007, p. 62), a Aliança foi uma coligação de oligarquias dissidentes visando pressionar a burguesia de São Paulo e obter concessões. No seio destas oligarquias havia grupos jovens, que, mesmo não tendo diferenças com os velhos oligarcas, pretendiam alcançar o poder, até mesmo pelas armas, caso necessário. Havia a possibilidade de se contar com a participação dos tenentes e do apoio das classes médias (MACHADO, 2007, p. 62).

²¹ Quando o presidente Washington Luís apoiou, para sua sucessão, um paulista, ao invés de um mineiro, quebrando a alternância no poder da chamada política do “café com leite”. Minas Gerais, descontente, aliou-se ao Rio Grande do Sul para a formação da Aliança, à qual se incorporavam a Paraíba, o Rio de Janeiro e também dissidências de São Paulo. Para fazer frente à candidatura oficial de Júlio Prestes, a oposição indicou como candidato à presidência o governador Getúlio Vargas, candidatura que possibilitou nomear Pedro Ludovico Teixeira interventor do Estado, e Vargas presidente do Governo Provisório, sobrepujou as oligarquias tradicionais, privilegiando o sul e o sudeste goiano (MACHADO, 2007, p. 62).

A modernidade em Goiás deflagrou no âmbito espacial um símbolo de progresso com a construção de Goiânia e a transferência da capital. Nas palavras de Oswaldo Aranha²² (1960, p. 20), Goiânia passa a significar um marco nacional “graças ao interventor Pedro Ludovico, que se afirma como uma realização da capacidade criadora dos brasileiros como um marco da nossa obra civilizadora”. Era preciso renegar o passado, e desse modo, a construção de Goiânia assinala o interesse em uma nova concepção cultural, no entanto, ela se deu sob as vozes contrárias da oposição, especialmente da cidade de Goiás, a antiga capital. A urbanização planejada ocorreu de fato e representa um símbolo de progresso do novo Brasil varguista, voltada para a interiorização do país, entretanto, continuava a abrigar as antigas práticas do mundo rural presentes no cotidiano e nos costumes da população goiana. A construção de Goiânia, segunda capital planejada e moderna do sertão (a primeira foi Belo-horizonte-MG), edificava também uma nova concepção que alcançava outras cidades goianas que já haviam sido tocadas pela chegada da estrada de ferro, como símbolo de progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa na História, assim, a significação da sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de ressignificação para Goiás e o centro do País (MARTINS, 2007, p. 145).

Outro elemento que influenciou o ideal de modernização e urbanização em Goiás foi a Marcha para o Oeste. Somado à criação de Goiânia, eles induziram na mudança de perspectiva e contribuíram, de certa forma, para as transformações no Araguaia, uma vez que a “expedição teve como sua primeira parada para reestudo direcional na confluência dos rios Araguaia e Garças” (MAIA, 2005, p. 214). Na década de 1940, a estratégia da Marcha ocorreu como uma ação regional mais complexa e colocava Goiás em comunicação com o Sul, a fim de atrair os meios capazes de conduzi-lo a uma maior visibilidade econômica no âmbito nacional. A Marcha para o Oeste promoveu a abertura de estradas de rodagem, a construção de pontes e a obtenção de financiamento para compra de terras, além de subsídios para a produção agrícola e pecuária. Mais uma vez, a ideia de povoar as margens do Araguaia ressurge com as ações de transformações em Goiás e as novas vias de penetração no sul do estado. O desenvolvimento econômico foi reformulado pelos *bandeirantes* do século XX, mas ainda assim, com as velhas ideias do passado, cujo objetivo se pautava em transformar a paisagem do rio Araguaia em uma frente agropastoril para o desenvolvimento do capital.

²² Figura política ligada diretamente a Getúlio Vargas. É considerado o arquiteto da revolução de 1930. Foi ministro da justiça do primeiro governo Vargas. No governo JK tornou-se uma espécie de conselheiro informal do presidente. É considerado um “filho do positivismo” (JORNAL OPÇÃO, 2014).

Lima Filho (2001, p. 20) em seu estudo sobre a memória de antigos pioneiros da Marcha para o Oeste e da rede de pessoas inseridas no evento da Expedição Roncador-Xingu, (1943) viu no Araguaia o palco da Marcha para o Oeste e chamou-a de imaginário de um duelo do “mar com o sertão” (LIMA FILHO, 2001, p. 21). Em 1940, após visitar a Ilha do Bananal, Getúlio Vargas inaugurou uma expedição para abrir caminho, oficialmente tinha a finalidade de abrir vias de comunicação do litoral com o Centro-Oeste e a expedição recebeu o nome de Roncador Xingu²³. O nome à frente da expedição Roncador Xingu é do Coronel Flaviano de Mattos Vanique, e o objetivo da expedição estava na exploração do vasto território, reforçando a tese de comunicação por via fluvial.

Lima Filho (2001, p. 44) confirma que a expedição Roncador-Xingu, partiu de Aragarças rumo ao Rio das Mortes no dia 3 de dezembro de 1943, e já estava abrigada institucionalmente pela Fundação Brasil Central. Esta foi criada por Getúlio Vargas, ao assinar a Lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, que no parágrafo segundo determinava que a FBC tinha por objetivo o “desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente a dos altos rios Araguaia e Xingu. Avançar sertão a dentro foi a meta básica idealizada pelo governo federal, a Marcha para o Oeste, significou realimentar o ideal de brasilidade e acelerar a frente econômica vislumbrada por Vargas.

A fim de compreender como se deu o processo de industrialização em Goiás ao ponto de dar visibilidade ao lazer e turismo no Araguaia, buscamos o entendimento sobre a economia, focando em seu passado recente as possibilidades industriais que garantiram um desenvolvimento futuro para esta região. Essas possibilidades são avaliadas num contexto local, regional e nacional, fazem parte da nossa análise à dinâmica de crescimento urbano e populacional que conduziu a formação de uma classe média e trabalhadora que se desloca nas férias de julho, em busca de lazer e contato com a natureza Araguaiana.

Foi na década de 1880 que a indústria moderna, nos moldes e perfil da revolução industrial, chegou ao Brasil. Desde então, as economias brasileiras e goianas avançaram aos poucos criando estratégias de desenvolvimento produtivo. Em pesquisa recente, Valdivino Borges de Lima (2015) defende que o processo de industrialização do Brasil se intensificou durante o século XX, apresentando particularidades em relação à escala dos países que já haviam amadurecido esse processo, portanto, “ora se aproximando do fenômeno em nível nacional, ora se distanciando” (LIMA, 2015, p. 36). Segundo o autor, o principal impulso do

²³ Esta foi uma ação governamental considerada de interesse militar pelo Decreto-Lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, de Getúlio Vargas. A expedição era subordinada à coordenação de Mobilização Econômica, que a organizou pela Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943 (LIMA FILHO, 2001, p. 41).

processo de industrialização ocorreu na década de 1950, em conjunto Estado e capital estrangeiro, e embora o processo de urbanização de Goiás tenha se fundido com as esferas da agropecuária, ele não aconteceu de maneira total no território goiano. O setor agrário contribuiu para o desenvolvimento de um processo de urbanização que fez emergir as indústrias de bens de consumo não duráveis como tecidos, calçados, vestuário e moveis, no país, chamadas de indústrias tradicionais.

Lima (2015, p. 43) coloca que entre os anos de 1950 e 1970, a região sudeste concentrava, de forma excessiva, as atividades industriais. Essa concentração, logo provocou uma crise pela saturação do próprio sistema, e favoreceu de certo modo, um deslocamento para outras regiões, mas mesmo assim, mantinha suas sedes e instituições financeiras em São Paulo. O deslocamento para o interior contava com a transferência da capital do país para solo goiano por Juscelino Kubitschek e a construção da BR 153, procedimentos que se tornaram fatores decisivos para as atividades econômicas de Goiás. O Estado significava o ponto de união entre Goiás e o restante do Brasil de norte a sul.

O período militar de 1964-1989, trouxe em seu discurso a integração nacional e o apelo em resolver os problemas sociais. No entanto, a característica mais marcante desse momento foi a violência contra os direitos humanos, silenciado pelos investimentos em empresas públicas e privadas. Sobre essa questão Luca (apud LIMA, 2015, p. 67) expressa assim:

[...] o final dos anos 1960 foi um período marcado por significativa expansão do comércio mundial e pela disponibilidade de capitais e juros baixos. O governo militar contraiu empréstimos para realizar projetos faraônicos, como a transamazônica, a ponte ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a hidrelétrica de Itaipu, entre outros. A ideia do Brasil potência foi alardeada pelos meios de comunicação de massa e intensificavam-se os apelos de patriotismo, com os slogans Brasil, ame-o ou deixe-o, ninguém segura esse país. A bandeira, o verde e o amarelo invadiram o cotidiano dos brasileiros.

O rio Araguaia, lugar que abriga tantas belezas naturais, também foi palco de guerra e marcou a história do Brasil, no período de repressão durante o governo militar. O lugar escolhido por um grupo revolucionário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) abrangia as regiões do Pará, norte do então estado de Goiás, atual Tocantins, e também Maranhão, na área conhecida como Bico do Papagaio. Segundo o Historiador Romualdo Pessoa Campos Filho em *A Guerrilha do Araguaia*, a violência armada de cunho popular ocorrida no início de 1970 foi ignorada por muito tempo pela população brasileira, mas nunca se apagou na memória social da população ribeirinha. Atualmente a imprensa brasileira também tem realizado importante trabalho investigativo sobre o assunto, fator que se juntou ao conjunto de mistério que envolve o imaginário que compõe o cenário do Araguaia.

A partir de 1990, com o fim do regime autoritário, ocorreu uma aceleração da industrialização devido ao fenômeno da globalização. O Brasil e Goiás buscavam a inserção no mundo e todo o processo das disputas territoriais foram refeitos nas regiões e nos lugares, “[...] em que a urbanização é extrato e testemunha desse reordenamento” (LIMA, 2015, p. 74).

Segundo Ianni (1996, p. 18), a globalização possui características próprias, uma vez que:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capitais, tecnologias, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas. Livros, propagandas de rádio, emissões de televisão, vídeo-clipe, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumidor. Provoca a desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços.

Goiás passa a participar do mundo global com particularidades em sua economia relacionadas ao setor agropastoril com os demais setores produtivos. Fundamentalmente as demandas nacionais relacionadas ao setor agropecuário devem ser consideradas, “já que a inserção de programas fez também com que houvesse uma perda da biodiversidade no Cerrado, fruto do uso indiscriminado das fontes naturais” (LIMA, 2015, p. 72). Nesse sentido, o Araguaia sentirá os reflexos pelo agronegócio e pela ação do turismo.

A concentração de grandes setores industriais trouxe investimentos em infraestrutura por parte do Estado, além de investimentos privados e fiscais. A tabela a seguir demonstra a evolução do número de estabelecimentos industriais de Goiás a partir da segunda metade do século XX:

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos industriais de Goiás, 1966, 1974, 1979, 1981, 1996, 2005, 2010.

Classes e gêneros de indústria	Ano							
	1966	1974	1979	1981	1996	2005	2010	
Produtos minerais	12	41	42	65	-	-	-	
Minerais não metálicos	234	161	341	428	1013	850	971	
Metalúrgica	53	59	104	113	700	742	839	

Mecânica		3	4	22	59	136	175	204
Material de transporte		29	15	33	44	97	112	149
Madeira		128	65	117	169	438	286	316
Mobiliário		68	37	71	118	774	576	545
Borracha		7	18	23	21	33	48	70
Couros e peles/ produtos similares		20	9	19	14	149	141	130
Química		15	14	43	40	157	200	345
Têxtil		3	18	12	13	48	98	110
Vestuário, calçados e artefatos de tecido		61	42	73	119	3.358	3.693	4.581
Produtos alimentícios		200	417	553	716	3.470	3.043	2.847
Editoria e gráfica		15	50	84	93	296	409	611

Fonte: Pesquisa industrial anual. Secretaria da fazenda do Estado de Goiás.

Segundo Arriel (apud LIMA, 2015, p. 96), foi a partir de 2010 que as principais atividades industriais do Estado de Goiás ocorreram, especialmente em Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Rio Verde, Luziânia e Itumbiara, por serem municípios favorecidos por suas localizações. Esse fator contribuiu para o bom desempenho da indústria goiana e colaborou para o processo de urbanização do Estado, “tendo em vista o aumento da demanda e ampliação da renda” dos municípios. De acordo com Lima (2015, p. 96), Goiás sofreu uma urbanização acelerada e desigual desde então, em razão do esvaziamento do campo e de muitas pequenas cidades goianas, que por estarem fora do novo padrão produtivo, perderam parte de sua população jovem. De modo geral, observamos que a urbanização e a industrialização de Goiás ocorreram de forma paralela, naquilo que Lima (2015, p. 185) defende em sua tese como a “nova marcha para o oeste”. A tabela abaixo demonstra o crescimento urbano da população a partir da década de 1940 em Goiás, no Centro-Oeste e no Brasil.

Tabela 2 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: população recenseada e estimada- 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007-2013.

População recenseada e estimada pelo IBGE – 2014 (1) contagem (2) estimativa.

Ano	População (hab.)		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1940	826.414	1.258.679	41.236.315
1950	1.214.921	1.736.965	51.944.397
1960	1.913.289	2.942.992	70.070.457
1970	2.938.677	5.073.259	93.139.037
1980	3.860.174	7.545.769	119.011.052
1991	4.018.903	9.427.601	146.825.475
1996 (1)	4.514.967	10.500.579	157.070.163
2000	5.003.228	11.636.728	169.799.170
2007 (1)	5.647.035	13.222.854	183.987.291
2008 (2)	5.844.996	13.695.944	189.612.814
2009 (2)	5.926.300	13.895.375	191.480.630
2010	6.003.788	14.058.094	190.755.799
2011 (2)	6.080.588	14.243.951	192.376.496
2012 (2)	6.154.996	14.423.952	193.946.886
2013 (2)	6.434.052	14.993.194	201.032.714

Fonte: Instituto Mauro Borges

Segundo a tabela acima, Goiás vem crescendo significativamente desde a década de 1940, criando um ritmo produtivo e social em um processo de rede urbana. Essas discretas evoluções da população a partir de 1940, “não são evidenciadas apenas pelo incremento da população, mas, sobretudo, pelas funções que as cidades passam a exercer” (ARRAIS, 2016, p. 121).

Assim, compreendemos que o tipo de sociedade que emergiu e passou a frequentar o Araguaia como refúgio para o lazer, não dependeu apenas da vontade individual. Além dos contextos culturais, influenciaram a demanda por esse tipo de consumo, os aspectos econômicos (disposição de capital individual) que apareceram como determinantes nos últimos anos, especialmente no período de férias. Arrais (2013, p. 36), assegura que o lazer, para além da voluntariedade e da disposição de tempo livre, implica um conjunto de mediações culturais que demandam espaços específicos para sua realização. “O lazer se insere, portanto, no mundo da mercadoria, resultado da fragmentação do tempo e do espaço”.

O lazer aparece como negação de experiência urbana, muito embora os acampantes do rio Araguaia, frequentemente reproduzam suas experiências urbanas nas formas de lazer, levando dos locais de origem, aparelhos tecnológicos, som, geradores de energia, celulares, refrigeradores, bebidas e comidas que fazem parte do cotidiano da vida moderna. De acordo com o questionário aplicado na pesquisa de campo, percebemos um fato curioso: ao serem questionados se viriam para o Araguaia sem essas estruturas, a maioria respondeu que sim, no entanto, na maior parte dos acampamentos, por mais simples que sejam, possuem geradores ou baterias para produzir energia para som, TV, *fryzers*, banheiros, chuveiros e até mesmo telefone. Segundo os argumentos de uma turista que acampa no Araguaia desde 1994, ela e sua família já acampam sem essa estrutura, mas, atualmente não iriam mais, principalmente sem os banheiros, gerador de energia, freezer e telefone, pois além de adultos, vão também crianças que precisam de certa estrutura, “até mesmo para não destruir a natureza. E hoje necessitamos de notícias dos familiares que ficaram na cidade”, argumenta a entrevistada (2016).

Essa mudança de comportamento na apropriação dos espaços da natureza tornou-se cada vez mais frequente, ocorrendo porque “o lazer na sociedade moderna também muda de sentido, apontando outra cisão de atividade espontânea” (CARLOS apud ARRAIS, 2013, p. 36). A busca da originalidade que faz do rio um lugar tão especial, torna-se parte do cotidiano e passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo, “que tudo que toca transforma em mercadoria, tornando o homem passivo deste processo” (ARRAIS, 2013, p. 36). Para este autor, tal fato significa que o lazer tanto quanto o turismo agrupou “novas necessidades” de

consumo capazes de produzir novas formas de uso destes espaços. Observando as colocações de Arrais (2013), percebemos que o fato de se ir ao Araguaia tornou-se símbolo de prestígio social e exigiu consolidação ideológica específica para sua realização. Para os frequentadores, a questão de ser esta, uma praia de rio e não de mar, se torna indiferente e os inconvenientes da estadia – para quem fica acampado - não anula os efeitos positivos do prazer de estar nas praias do rio, pelo menos, para a maioria que retornam todos os anos.

A compreensão sobre a apreensão do espaço do Araguaia, para fins de lazer pelos goianos passa, necessariamente, pela consideração de dois aspectos fundamentais: no primeiro, trata-se de uma tradição rural da capital goiana, assentada em um projeto modernizador, e o segundo, refere-se à velocidade da urbanização atrelada à industrialização do estado. Os dois aspectos formaram o pano de fundo para o surgimento de uma prática negativa da experiência urbana que motivou, em parte, o desejo dos goianos em querer frequentar o Araguaia em temporada de férias. Evidentemente que esse desejo foi aguçado pelo discurso de retorno ao campo e convívio com a natureza. Genérico, tanto pelo retorno ao mundo rural de outrora quanto pela ausência de praias de mar, mas alternativo, para o desenvolvimento do lazer em Goiás.

O ambiente ecológico do rio Araguaia que antes se apresentava como lugar distante, depois da urbanização e melhoria na malha viária passou a ser visto como área de influência de uma rede de médias e grandes cidades que potencializam seu uso para a prática de lazer e consumo de espaço. Quando se considera a participação relativa destas cidades, Goiânia aparece com maior concentração desse consumo e isso pode estar diretamente relacionado à renda, que permite condições de mobilidade e a permanência dos diferentes atores sociais nas praias. A distância, ao que tudo indica, nas condições atuais, não é um impeditivo para parte dessa população chegar às principais praias do cerrado.

O argumento econômico para transformar o rio Araguaia em praia está baseado naquilo que Arrais (2013, p. 70) chamou de tripé - praia-sol- lazer, referindo-se ao uso dos espaços litorâneos, termais, rios e lagos para fins de lazer. Segundo seu argumento, esse tripé é incorporado de diferentes modos pelas comunidades e governos como epíteto de desenvolvimento, que, entretanto, não deveria estar desassociado da apropriação das áreas para reprodução da vida, tanto no sentido ecológico, quanto para a moradia de comunidades ribeirinhas e indígenas. Por tal fato, assim como em áreas litorâneas, no Araguaia também reside a questão fundiária que o turismo não reproduz em seus anúncios televisivos e nem nas recordações impressas em cartões postais levados para suas cidades de origem.

Podemos perceber, neste tópico, que o processo de modernização ocorrido em Goiás, fez parte do ideal de integração nacional, tendo contribuído para isso, ações como: a Marcha para o Oeste, a fundação de Goiânia e a construção de Brasília. A partir desses três elementos, Goiás incorporou novos ideais, urbanizou-se e impulsionou a industrialização. Isso evidencia que o lazer na natureza araguaiana é assinalado como um dos ideais de consumo das sociedades modernas, a partir do momento em que passam a viver nos moldes das cidades urbanizadas.

2.2 O KARAJÁ E O OUTRO

Os indígenas Karajá mantêm uma relação milenar com o rio, mas desde o processo de colonização estão envolvidos pela apropriação do espaço do rio. A princípio como mão de obra e conhecedor da região, já na atualidade encontram-se “ilhados” pelas áreas de lazer. Eles se tornaram testemunhas oculares das transformações no rio e, ao que tudo indica, seu *habitat* foi desconsiderado pelo desenvolvimento econômico a qualquer preço daquela região. O Cerrado se apresenta aos indígenas, empurrados pela colonização das áreas litorâneas do Brasil, como o reflexo de uma farta fauna associada à grande variedade de frutos, à ocorrência de abrigos naturais e a um clima sem excessos de variação. O que faz dele um ambiente favorável à sobrevivência, visto que, para esses povos o território não interessa enquanto capital ou forma de lucro, é uma questão de sua própria existência e pertencimento a ele, enquanto lugar de vivência. Todos esses elementos “exerceram papel importante na fixação de populações humanas, bem como no desenvolvimento de processos culturais específicos” (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p.52). Por isso, pensar a relação que o indígena Karajá passou a ter com o Araguaia a partir da sua convivência com o outro, pela apropriação do rio para fins de lazer é o objetivo central desse tópico.

O território tradicional dos Karajá se estende por toda a região do vale do Rio Araguaia abrangendo os estados de Tocantins, Goiás e Pará. Ainda permanecem atualmente no vale do Araguaia, em 29 aldeias que se estendem de Aruanã- GO (aldeia de Buridina) até Santana do Araguaia, na divisa de Goiás com o Pará. Atualmente estão organizados de tal forma que se pode diferenciar nesse espaço, os três grupos que compõem a família linguística Karajá, classificada genericamente como o tronco Macro-jê, família que reúne as línguas dos Xambioá, dos Javaé e dos Karajá (LIMA FILHO, 1994, p. 23).

Nas últimas décadas, o rio Araguaia passou a ter uma nova função econômico-turística, discutida por governos e políticas públicas, porém, desconsiderando a necessidade de medidas voltadas para o *habitat* indígena em sua quase totalidade, apesar das primeiras interpretações

dos arqueólogos confirmarem “a presença de grupos agricultores pré-coloniais no vale do Araguaia” indicando no mínimo, oitocentos anos de ocupação por grupos “[...] que poderiam ter sido os antepassados dos Karajá” (LIMA FILHO, 1994, p. 21). A luta dos povos indígenas reivindicando território continua a ser uma constante até os dias atuais.

Antes de ser conhecido como Araguaia - o rio das araras - era conhecido pelos paulistas como paraupava, e as primeiras bandeiras empreendidas para o Brasil central em 1560, tinham como objetivo a chegada e exploração dos “sertões de Paraupava”. Em 1618, essas expedições conhecidas como as bandeiras do “Ciclo Paraupava”, foram compostas por sete “descidas” que percorreram os rios Tocantins e Araguaia e voltaram até às suas nascentes, capturando autóctones e descobrindo minas de ouro. Consta na bibliografia regional que a primeira frente de contato com a etnia Karajá se deu em 1658, coordenada pelos jesuítas da então Província do Pará e alguns anos depois em 1671 a “expedição do padre Gonçalo de Veras, acompanhado do irmão Sebastião Teixeira, registrou o encontro que a sua expedição teve no sertão com os Karajá” (LIMA FILHO, 1994, p. 28).

Depois vieram aquelas relacionadas com a movimentação das bandeiras paulistas rumo ao centro-oeste do Brasil, ocorridas entre 1718 e 1746. Entre elas, a de maior destaque foi a de Bartolomeu Bueno em 1722, quando fez contato com um grupo nas margens do rio Vermelho. A partir destas, os Karajás assistiram a uma sequência de expedições se aproximarem,

[...] Suas aldeias foram alvos fáceis de frentes religiosas, planos governamentais, visitas de presidentes da República- como Getúlio Vargas (1940) e Juscelino Kubistchek (1960) – e também da construção de um luxuoso hotel de turismo. Estiveram no local os etnógrafos Fritz Krause (1908) e Willian Lipinkind (1998); jovens pesquisadores; jornalistas, escritores, como José Mauro Vasconcelos, na década de sessenta; e os governadores Henrique Santillo (1988), de Goiás, e Siqueira Campos (1989), de Tocantins. Esses visitantes, em geral, retornaram às suas cidades com objetos culturais, como artefatos plumários, remos e as características bonecas de barro feitas pelas mulheres. (LIMA FILHO, 1994, p. 138)

O avanço da exploração da sociedade dos ditos civilizados sobre o território habitado pelos indígenas desorganizou o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico e deu início à degradação de vários povos, assim como ocorreu com os Karajá da região do Araguaia. Para os Karajá, o Araguaia é o Berohoky- o grande rio- principal referência que delineou o espaço cósmico social deste grupo. Lima Filho (1994, p. 21) nos mostra que “neste amplo território de paisagens diversas, com fluxos e refluxos constantes das águas, os Karajá construíram suas aldeias, que recuam nos séculos” nesta sazonalidade das águas o *Berohoky* de fonte de vida,

[...] foi, com o passar dos anos, tornando-se uma veia aberta na terra Karajá. Em suas aldeias, os Karajá assistiram à chegada, com a mesma generosidade ainda hoje refletida em seus rostos, da parafernália das ideias ocidentais, obrigando-os a suportar

desde a arrogância e a inabilidade, travestida de boas intenções ou não, dos militares e civis do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e mais tarde da Funai, até a insensatez das missões religiosas a lhes impor restrições alimentares e culturais. (LIMA FILHO, 1994, p. 28)

O contato com os *civilizados* causou uma espécie de hibridismo²⁴ cultural nas sociedades indígenas. Burke (2008, p.18) afirma que quase sempre a troca cultural ocorre em detrimento de alguém e, o preço da hibridização, alterou as questões de identidade em seu aspecto étnico, e posteriormente dificultou a luta pelo reconhecimento dos seus direitos, exatamente como ocorreu com os povos Karajá das margens do rio Araguaia.

Devido ao intenso contato com a sociedade nacional, por mais que a etnia tenha um enorme poder de resistência, precisam de ações adaptativas para continuar existindo, sendo que a primeira delas foi a assimilação da língua portuguesa, embora na atualidade ocorram grandes esforços para modificar esse quadro. Um dos passos importantes em direção ao direito do reconhecimento de suas posições foi dado pelos Karajá de Aruanã em 1991, por meio do cacique Raul Hawakati que enviou uma carta ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, solicitando providências para a garantia da terra e apoio para a preservação da língua, como mostra esse trecho da carta:

A nossa preocupação da comunidade de Aruanã é a respeito de nossa terra. Nossas casas estão cercadas por uma tela de arame e não temos espaço para colocar nossos filhos que vão casando. O problema da terra está muito grave. Não temos lugar para fazer roça. Os meninos estão perdendo o costume de falar nossa língua... nosso cemitério foi violentado...nossos parentes mortos foram jogados no rio e nem mais temos o direito de enterrar nossa gente como faziam os velhos... (HAWAKATI, apud ROCHA, 2008, p. 126)

Para Ribeiro (1986, p. 423), durante o processo de assimilação, os indígenas se adaptam a uma condição “genérica”, ora a negar sua identidade tribal, ora a negar sua qualidade nacional. Os Karajá são interpretados por sua situação pela força da aculturação, a qual Darcy Ribeiro classificou como situações polares.

Estas situações polares foram muitas vezes interpretadas como indicações de que os índios, na medida em que –se tornam indiferenciados em relação à população local - por força da aculturação - se fundem na sociedade nacional. Segundo esta última interpretação, seria possível compor uma escala que iria do índio tribal ao genérico, para prosseguir depois na forma de índio civilizado até recair na condição de caboclo, ou sertanejo de recente origem indígena, sendo esta já tão pouco relevante para eles como a ancestralidade lusa, africana, italiana ou outra para os demais brasileiros. (RIBEIRO, 1986, p. 423)

²⁴ Para Burke (2008) o hibridismo cultural é um termo que surge a partir de um grupo de teóricos, muitas vezes de identidade cultural dupla ou mista, como por exemplo, Homi Bhabha, indiano que foi professor na Inglaterra e que hoje reside nos Estados Unidos; Stuart Hall, nascido na Jamaica, de ascendência mista, viveu a maior parte de sua vida na Inglaterra; Nestor Canclini, que cresceu na Argentina, mas vive no México, e Eduard Said, palestino que cresceu no Egito e é professor nos Estados Unidos (BURKE, 2008, p. 15).

Por meio de uma conversa informal durante a pesquisa de campo, no dia 08/07/2016, perguntei ao cacique Raul Hawakati sobre a preservação da língua do povo Karajá²⁵. Em sua resposta ele se disse preocupado com a falta de interesse dos jovens da aldeia *Buridina*, e segundo suas palavras, “os Jovens, alguns têm vergonha e outros não...”. De acordo com (SARTE apud FANON, 1961, p. 9) “o processo da força contra os povos indígenas liquida as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa”.

Darcy Ribeiro em sua análise sobre os anos de contato permanente dos Karajá com a língua portuguesa, lembrou que os indígenas desse grupo, no século XIX, frequentaram o colégio Santa Isabel fundado em Leopoldina (atual Aruanã), lembrou que “ali aprenderam não somente a falar, mas a escrever o português” e quando voltaram aos costumes tradicionais após o fechamento do colégio, “[...] quem os visse, então como ainda hoje, em suas aldeias, não suspeitaria das experiências de civilização que enfrentaram, tão completamente pareciam ter-se despojado delas” (RIBEIRO, 1986, p. 76).

Figura 10 - Cacique Karajá Raul Hawakate da aldeia Buridina / Figura 11 - Centro Cultural, 2016



Fonte: Carla Edieni

Para Lima Filho (1994, p. 28), o período da intensificação do contato com a língua portuguesa a partir da “política de navegação do general Couto de Magalhães resultando na fundação de Leopoldina em 1850” contribuiu para manter as aldeias do Araguaia em

²⁵ Lima Filho (2006) concordando com o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues, diz que a família Karajá, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, divide-se em três línguas: Karajá, Javaé e Xambioá. Cada uma delas tem formas diferenciadas de falar de acordo com o sexo do falante. Apesar dessas diferenças todos se entendem (LIMA FILHO, 2006, p. 135-136).

permanente contato com os brancos, e assim chegaram ao século XX, “sujeitos às vicissitudes de uma história construída pelos brancos”. A aproximação do turismo, nas temporadas das praias, reforçou o domínio da língua portuguesa na aldeia *Buridina* de Aruanã, completou o cacique Raul Hawakate.

De todo modo, o contato intenso da cultura Karajá com a sociedade nacional ganhou repercussão na década 1960, período que coincide com a transferência da capital do país para solo goiano como uma das principais formas de interiorizar o desenvolvimento econômico do Brasil. Depois da construção de Brasília²⁶, a perspectiva de ampliação econômica do estado de Goiás aumentou significativamente, principalmente devido à construção da BR 153, cujo significado é o ponto de união entre Goiás e o restante do Brasil de norte a sul. Desse modo, estavam lançadas as bases de impulso à modernidade que pretensamente chegariam às margens do rio Araguaia. Pois, se “hoje é tão fácil chegar aos Karajá, antes o Araguaia era a única via entre as aldeias” e o rio era o apoio do eixo espacial para os indígenas que habitavam a sua longa extensão (LIMA FILHO, 1994, p. 27).

Os Karajás foram algumas vezes resgatados como símbolos nacionais, recebendo na ilha do Bananal – no período pertencendo ao estado de Goiás- a visita de dois presidentes da República. O primeiro foi por Getúlio Vargas, em 1940, que instituiu três anos depois, a Fundação Brasil Central a fim de consolidar a política da Marcha para o Oeste, iniciada com a expedição Roncador-Xingu. Em 1960, Juscelino Kubitschek visitou a aldeia de Santa Isabel na ilha do bananal, onde instalou além de um hospital, uma escola e um hotel, conhecido mais tarde como um símbolo de apropriação do rio para fins de lazer. Na década de 1960, a construção da nova capital por Juscelino Kubitschek somada à abertura de rede de estradas de rodagem influenciaram diretamente no avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste. Ou melhor, a transferência da capital para o planalto modificou a geografia econômica e política de todo o país. Ao construir Brasília, JK seguia a tendência de conquista e expansão da fronteira, iniciada na Era Vargas. E Goiás especificamente, alterou estruturas econômicas em profundidade devido ao plano rodoviário que previa a construção de uma rede de estradas de rodagem que rasgasse o país de norte a sul. Borges (2000, p. 86) afirma que a fronteira norte de Goiás, desde a tentativa de Couto Magalhães de implementar a navegação até a década de 1960 não havia prosperado muito. Mesmo assim, a população do médio-norte goiano mantinha

²⁶ Brasília foi construída em três anos. Segundo Otto Lara Resende, Brasília foi produto de uma conjugação de quatro loucuras: a de Juscelino Kubitschek, a de Israel Pinheiro, a de Oscar Niemeyer e a de Lúcio Costa. Israel Pinheiro foi figura fundamental na construção da nova capital, juntamente com Bernardo Saião e Ernesto Silva, também diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e destemidos tocadores de obras, como gostava de dizer JK. Sua inauguração foi em 21 de abril de 1960 (OLIVEIRA, 2017, p.1).

interação comercial com cidades do sul do Estado de onde importava mercadorias como querosene, sal, café, tecidos e artefatos de couro, no entanto, o transporte de mercadorias era precário. O autor, assim, descreveu a região norte antes da implementação da rodovia:

Antes da implantação da rodovia Belém-Brasília, as terras de mata da região norte estavam ainda praticamente vazias e tinham pouco valor comercial. Apenas algumas famílias de posseiros, provenientes, sobretudo, do Norte do País, exploravam áreas de terras devolutas, dedicando-se às lavouras de quase subsistência como atividade básica. As matas do vale do Araguaia e seus afluentes constituíam um sertão bruto de terras povoadas apenas por tribos indígenas. As terras de campo e cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva. As grandes propriedades e atividade pastoril tornavam estas áreas verdadeiros vazios demográficos. (BORGES, 2000, p. 87)

A abertura da Belém-Brasília criou uma nova rota do gado para os criadores da região norte, aumentando a exportação para o Norte-Nordeste e facilitou o comércio para o Centro-Sul do país. Para a “bacia do médio Araguaia a rodovia possibilitou a abertura de fazendas de gado, a expansão da cultura do arroz e a extração do mogno” (BORGES, 2000, p. 89). Além disso, a Belém-Brasília tinha a função de interligar por estradas vicinais a principal via de acesso para a ilha do Bananal no Araguaia, lugar escolhido para exibir a última ação de modernizar o sertão por JK. Segundo Lima Filho (2001, p. 101), a ilha representava as condições perfeitas da nova conquista do presidente: “selvagem” e “com primitivas condições de vida” era o mundo da natureza por excelência onde equacionados estavam “índio”, “natureza” e “sertão”. O presidente que construiu Brasília queria transformar uma porção da ilha em um balneário, uma das primeiras intenções de apropriação do Araguaia para fins de lazer moderno, decidiu então erguer um hotel, como símbolo de conquista da fronteira²⁷.

A Fronteira neste momento não é apenas romantizada, ela se traduz por um “turismo selvagem” no qual natureza e índio seriam vitrinizados por um hotel *resort* de luxo, penetração sofisticada do capital no centro Oeste, mas de olho na Amazônia. A Noção de “turismo” deve ser associada à ideia de território e expansão econômica [...] (LIMA FILHO, 2001, p. 101)

Nesta análise, o hotel representou a domesticação da natureza para aquele governo vigente, “os índios mascarados, mas também dançando samba “para turista ver”, era exemplo da incorporação da brasilidade (LIMA FILHO, 2001, p. 101). Mas apesar de todo o esforço de JK, a operação Bananal não conseguiu terminar o hotel turismo em tempo, visto que com o

²⁷ Trata-se de um termo de abordagem, cujo eixo articulador refere-se às dinâmicas de ocupação do território, com enfrentamentos e disputas por suas áreas no sentido de expansão das oportunidades econômicas e da nacionalidade. Nas terras goianas o enfrentamento da fronteira é demarcado pelas entradas das bandeiras em busca de minas auríferas, mas ainda por ser o território considerado o mais isolado do Brasil pelo difícil acesso ao planalto central. O que levou o historiador americano McCreery a classificá-lo como “a fronteira da fronteira. No século XX, sobretudo, a partir de 1930, a fronteira goiana procura romper com esse isolamento (SILVA et al, 2014, p. 4).

golpe de 1964, a intervenção militar assumiu a FBC e fechou o hotel. “Juscelino perde os direitos políticos, e os militares, para ofuscar seu prestígio, renomeiam o hotel turismo de John Kennedy. A partir de 1967, com a extinção da FBC, o hotel passou a ser administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)”. Em 1975, “a Sudeco entregou o hotel para o governo de Goiás, via Goiastur - uma autarquia do Estado- que ensaiou uma nova reforma”. Depois de uma sequência de abandonos, em 1981 o ex-funcionário da Goiastur Manoel Neves, contou a Lima Filho que o hotel se tornou moradia de famílias *karajá* (LIMA FILHO, 2001, p. 107).

Consta que o hotel JK foi totalmente destruído por um indígena *Karajá* da aldeia Fontoura, distante 30 km do local, “ao retirar mel de uma grande colmeia, localizada numa árvore, ateou-lhe fogo, o qual se alastrou, atingindo o prédio e o transformando em cinzas, o sonho de JK”. Atualmente, o local onde encontra-se as ruínas do hotel foi reocupado pelos *Karajá*, “uma vez que ele tem uma significância cultural relevante, para essa comunidade indígena” (LIMA FILHO, 2001, p. 108).

Figura 12 - Reprodução do Hotel JK, confeccionada pelo Globo repórter 18/03/2016.



Fonte: g1.globo.com 2016

A partir da análise de Lima Filho, percebemos que o projeto de JK não encontrou o “espaço vazio” e nem mesmo desterritorializou a ‘cultura do Araguaia’, representada pelos *Karajá* e sertanejos. Apesar dos esforços de Juscelino Kubitschek, o hotel JK não se concretizou, e isso permitiu que a Ilha do Bananal tenha sido mais protegida, de acordo com a perspectiva da preservação ambiental. A atenção dada ao Hotel JK, neste estudo, visa mostrar que ele representa um marco temporal histórico para tornar o rio Araguaia uma área de lazer, ou seja, mais um símbolo de modernidade no interior do Brasil.

O Araguaia e os *karajá* não eram tão desconhecidos de Juscelino como supôs Acary. Em 1958, ele inaugurou as pontes construídas pela FBC, na gestão de Arquimedes Pereira Lima, nos rios Araguaia e Garças, interligando as cidades de Aragarças e Barra

do Garças (Brasil, 1958). Um ano antes, a 3 de maio de 1957, os *Karajá* foram convidados para a primeira missa de Brasília celebrada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmello de Vasconcelos Mota, numa alusão à primeira missa do Brasil. (LIMA FILHO, 2001, p. 97)

Para Lima Filho, os ideais de modernidade de JK eram semelhantes aos de Getúlio Vargas, no sentido de avançar cada vez mais para o Oeste, “contaminando de modernidade o sertão”. A modernidade deveria ligar-se ao interior e “os *karajá* foram escolhidos os representantes do exótico, das primitivas condições de vida do interior do país, que moravam num paraíso de caça e pesca” (LIMA FILHO, 2001, p. 98).

A escolha da Ilha do bananal se deu devido sua posição geográfica na região da Amazônia legal e a navegabilidade do rio Araguaia reunia os elementos propícios para viabilizar a interiorização da Amazônia: uma retomada estratégica da Marcha para o Oeste, cristalizada como a construção de Brasília. Além da doação de terras para a construção de Brasília, Goiás doa, “por meio do ato do governador José Ludovico de Almeida, a Ilha do Bananal para a União, possibilitando a Juscelino sua transformação em Parque Nacional” (LIMA FILHO, 2001, p. 98).

Nos anos de 1980, a visibilidade dada aos Karajá está no outro ponto da linha imaginária do rio Araguaia, na cidade de Aruanã, na aldeia de *Buridina Mahãdu*. Nesse período, os Karajá lutavam para sua cultura não desaparecer e para isso absorviam mais uma incorporação imposta pela sociedade nacional, o turismo. Esse fator acelerou a degradação sociocultural da aldeia *Buridina* marcada pela prostituição e o alcoolismo na cidade, considerada o “portão de entrada” para o rio Araguaia.

Os investimentos turísticos na cidade de Aruanã com diversas pousadas, guarda barcos, hotéis e casas trazem grandes transformações na vida de seus moradores. As praias e ruas ficam lotadas de turistas durante a temporada de julho e feriados, alterando drasticamente o cotidiano e a sustentabilidade da comunidade. Diante de um quadro de marginalização extrema que se acentua bastante a partir da década de 1980, a comunidade passa a ser vinculada pela população envolvente com casos de criminalidade relacionados com os altos níveis de alcoolismo, prostituição e miséria extrema na aldeia (ROCHA, 2008, p. 126).

Segundo Rocha (2008, p. 126), devido à situação de abandono que se encontravam os Karajá da aldeia de *Buridina*, em 1986 a Funai realizou visitas técnicas a fim de avaliar a precariedade de vida dos indígenas de Aruanã, “[...] documentos da Funai Propunham a formalização de lotes para as famílias remanescentes” – cerca de 26 Karajá restaram na aldeia e viram seus territórios tradicionais, aos poucos, serem reduzidos ao ponto de, até muito recentemente, terem sido confinados a um pequeno conjunto de casas à beira de um barranco que está sendo aos poucos erodido pela ação do rio. O povo de *Buridina* abre uma questão importante na análise desta pesquisa, visto que, a sobrevivência Karajá nos permite perguntar

se sua sobrevivência pode ser vista mais como forma de desistência diante da dominação, por persistência, mesmo com tamanha adversidade, ou seria mesmo por falta de perspectiva diante da situação de exclusão? Afinal, o seu lugar foi modificado pelo outro, o dominante... Ainda assim, resiste e enfrenta os desafios físico e cultural da longa jornada que atravessou os séculos. Ribeiro (1986) pontuou quatro situações que levam várias etnias como a Karajá à incapacidade de preencher os requisitos mínimos de persistência diante da sociedade nacional no processo de aculturação:

Primeiro, a preservação de um montante mínimo de componentes capaz de pôr em ação as práticas adaptativas e associativas de provimento de subsistências. A mortandade provocada pelo contágio de enfermidades desconhecidas e o extermínio propositado levaram certos grupos a rebaixar esse limite, deixando, por isto de existir. Segundo, a incapacidade de defesa ou de fuga bem sucedas que, conduzindo o grupo a uma luta acirrada e contínua contra inimigos mais poderosos, o converte de uma sociedade tribal em um resíduo de combatentes que dificilmente pode satisfazer as necessidades de reprodução e cuidado dos imaturos, para garantir sua própria sobrevivência. Terceiro, a manutenção de um território tribal mínimo, contra as ameaças de apropriação do mesmo na forma de apropriação do mesmo na forma de propriedade particular com a conseqüente expulsão do antigo ocupante indígena uma vez perdidas as condições de provimento autônomo de subsistência, o grupo se vê compelido a dispersar-se, seja para ser incorporado no sistema ocupacional da região, seja para sobreviver marginalizado, como mendigos, empregados domésticos ou prostitutas. Nos dois casos, ao perder o convívio comunitário mesmo quando se conservam aglutinados em famílias, tornam-se incapazes de transmitir aos filhos sua tradição cultural, acabando por perde-los para a etnia tribal. Quarto, a preservação dos corpos de crenças e valores que motivam a conduta, os quais, apesar de suscetíveis das redefinições mais radicais, podem, em certas condições, ser tão preempitoriamente negados que levam os índios à apatia e ao desengano. (RIBEIRO, 1986, p. 420)

Segundo Ribeiro (1986), os Karajá de Aruanã chegaram a dois pontos cruciais no processo de aculturação: o primeiro foi o de seguir adiante na condição do término da ação de transfiguração étnica de que resultou a situação presente de brasileiros atípicos, ou tentar garantir a posse da terra por sua condição indígena; a segunda opção foi de alguma forma a escolha dos Karajá de Aruanã, visto que, ilhados pela apropriação do espaço, a qualidade de *índio* lhes colocou em condição inferior, de não alcance de participação na sociedade nacional. Havia chegado a hora de enfatizar sua condição indígena, pois só assim, lhes abririam alguma possibilidade de posse de suas terras. O contexto de degradação que conduzia a um abandono do referencial indígena chegou ao seu ápice quando o turismo mostrou-se bastante consolidado pelas políticas públicas na década de 1990. O grupo de *Buridina*, antes utilizado como mão de obra e guia de pesca para os turistas que procuravam diversão nas praias do Araguaia, despertou para o fortalecimento e reconstrução de sua identidade, convertido em rearticulação da relação da comunidade com a história, baseado em dois traços – uso da língua Karajá e artesanato como sustentabilidade. Apoiados pela constituição de 1988, e o crescimento ecológico defendido na

eco-92, dois importantes alicerces que ascenderam interesse nacional e internacional pelos temas ligados à natureza e a busca no modo de viver dos indígenas, logo apontavam para um modelo a ser seguido. Novamente os indígenas são representados como um apelo de busca do resgate incessante da nossa brasilidade como identidade nacional, e os Karajá estampam a cédula da moeda nacional.

Figura 13 - Nota de 1.000,00 (Mil cruzeiros) 1990. Estampa Candido Rondon e indígenas Karajá



Fonte: <http://www.fatosdesconhecidos.com.br/como-eram-as-antigas-notas-de-cruzeiro/>

A data de acirramento da luta do povo de *Buridina* pelo lugar de pertencimento começou a partir de 1940, quando a casa da cultura era apenas um projeto e o turista dava os primeiros passos em direção ao Araguaia em busca de lazer. Mas na fala do cacique Raul Hawakati (2016), os Karajá sempre estiveram nesta área, plantavam roça do lado mato-grossense, até serem proibidos e perseguidos pelos grandes fazendeiros. Relembrando o processo que lhes trouxeram para Aruanã, o cacique diz: “o rio Araguaia é tudo para nós e para nossos antepassados que saíram das margens do rio Vermelho e vieram para os lotes vazios nas proximidades do povoado de Aruanã em 1914”. O representante Karajá reconta essa história devido a constante luta pela posse da terra. Por meio de luta e o auxílio de intelectuais, antropólogos, e autoridades políticas (FUNAI, Museu Antropológico-UFG, IGPA-UCG e Secretaria da Juventude do Partido dos Trabalhadores-GO), algumas conquistas foram feitas, a reestruturação física da aldeia com a reconstrução de todas as casas, a construção de um centro cultural que comporta uma loja de artesanato, um museu e uma escola indígena que inicialmente visava estudar a língua karajá e possibilitar o aprendizado do artesanato tradicional (ROCHA, 2008, p. 128).

Depois de longas décadas, os karajá voltaram a viver mais independentes, “como haviam sido no passado”. Espremidos em um pequeno pedaço de terra, dentro da cidade de

Aruanã (GO), eles reocuparam seu território sagrado²⁸, que foi expropriado pelas frentes de expansão ao longo dos anos. Com a recuperação de suas terras, agora os índios estão em processo acelerado de revitalização da língua e da rica cultura karajá²⁹, quase perdidas após o convívio forçado com os não-índios. Depois da reafirmação de valores morais e de crenças fundamentais que fornecem as bases de possibilidade de uma existência coletiva como as relações mantidas com os parentes da Ilha do Bananal, os karajá de *Buridina* passaram a ter orgulho da cultura e de suas tradições. Mas, mantêm luta constante contra os preconceitos, pois assim como na década de 1960 quando JK visitou a ilha do Bananal, os Karajá ainda são considerados alegorias para turista ver.

Desse modo, fica evidente a necessidade de se considerar os povos autóctones no estudo de atividades turísticas no rio Araguaia. No caso dos Karajá, a adaptação ao ambiente, desenvolvida na relação com seu território tradicional, ao longo de vários séculos, foi afetada pelo surgimento da cidade sobre seu território, marcando a relação de interesse e apropriação que os inseriu no *ethos* urbano. Com a intensificação do turismo na região, os Karajá vão construindo uma dinâmica de sobrevivência e alargando mecanismos tanto de resistência, quanto de adaptação.

2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO LAZER E AS LEIS AMBIENTAIS NAVEGAM LADO A LADO

A história de ocupação da região do vale do Araguaia segue o modelo de exploração das terras, riquezas naturais e criação de gado, assim como a ocupação do restante do Estado de Goiás. Evidentemente com algumas peculiaridades, como a utilização do rio Araguaia para o lazer, cujo objetivo não deixa de ser econômico, mas também relevante, por caracterizar uma singular trajetória cultural e identitária para o povo goiano.

²⁸ As três áreas indígenas foram declaradas como de posse permanente da comunidade Karajá de *Buridina*, através das Portarias Declaratórias nº 298, 310 e 311 de 17 de maio de 1996. Iniciado o processo de demarcação das terras, um novo impasse se instala na aldeia a partir de uma carta que teria sido encaminhada pela comunidade ao então Presidente da FUNAI, através da qual solicitavam uma revisão dos limites estabelecidos para as Terras Indígenas Karajá de Aruanã I e III (área de moradia e plantio em capões) (PORTELA, 2006, p. 88).

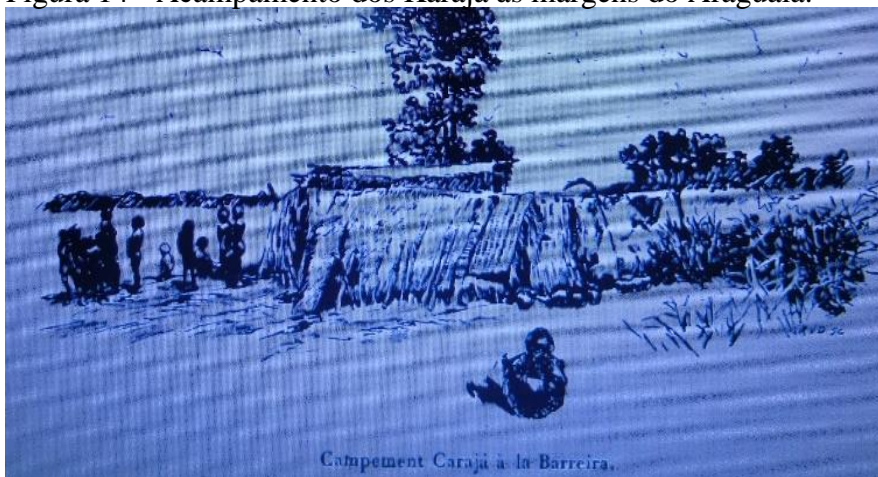
²⁹ Um dos exemplos de conquista de valorização da cultura Karajá é o modo de confecção das Bonecas Karajá, considerado patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 2012. Uma conquista iniciada desde 2009, por meio do projeto Bonecas Karajá: Arte, Memória e Identidade Indígena no Araguaia, supervisionado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN e coordenado pela Superintendência do Iphan em Goiás, que privilegiou o estudo dos aspectos imateriais das bonecas Karajá (IPHAN, 2012).

Como vimos anteriormente, os projetos econômicos empreendidos nos primeiros anos do século XX para a região do Araguaia estavam voltados para a mineração, agricultura e pecuária, sendo que a última está ainda mais fortalecida atualmente. O fator novo que envolve o Araguaia é a atividade do turismo que se fortaleceu a partir da década de 1960. Na gestão de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), ocorreram os primeiros instrumentos legais que permitiram a regulamentação da atividade turística no estado, quando houve uma intervenção estatal ordenada por meio de um plano com objetivos e metas no documento intitulado Plano de Desenvolvimento Econômico³⁰ de Goiás (1961-1965). No entanto, neste documento, o Araguaia não estava incluído e segundo Ramos a explicação para tal fato é que,

[...] dado sua prática estar diretamente vinculada a uma expressão cultural, a uma expressão socioespacial dos hábitos e idiossincrasias de uma tradição goiana, de início, os acampamentos vistos como manifestações culturais não eram diretamente percebidos pelas instituições de fomento ao turismo como potencialidade ou atrativo turístico, justamente por ser uma prática sociocultural local. A turistificação dos acampamentos como política pública, e como consequência inerente da própria dimensão existencial e simbólica da expressão cultural, só iria se concretizar em meados da década de 1970 e 1980, sobretudo. (RAMOS, 2011, p. 69)

A autora ressalta que foram as expedições de caça e pesca que marcaram o início da prática dos acampamentos datados desde a década de 1940. De modo geral, os registros e “as menções sobre os acampamentos em documentos bibliográficos que discutem a atividade turística no rio Araguaia são praticamente inexistentes, com exceção das publicações oficiais sobre as potencialidades econômicas e turísticas do Estado” (RAMOS, 2011, p.68). De todo modo, a prática de acampar no Araguaia, o maior símbolo de apropriação do rio como praia e lazer é anterior a invenção do turismo na região.

Figura 14 - Acampamento dos Karajá às margens do Araguaia.



Fonte: Coudreau (1897, p. 155).

³⁰ Lei nº 3.040, de 7 de novembro de 1960 (TEIXEIRA, 1961).

A gravura de Coudreau retrata um dos momentos indispensáveis para pensar a trajetória de ocupação do Araguaia como prática de acampar nas margens do *Berocan*. A representação acima mostra uma de suas maiores feições culturais do grupo indígena Karajá no passado. Lima Filho (2006, p.136) reitera que, acampar nas margens do Araguaia sempre foi um costume desses povos, pois, “nas maiores aldeias as famílias têm, ainda hoje, o costume de acampar nos melhores pontos de pesca de peixes e de tartarugas, onde, no passado, faziam aldeias temporárias, inclusive com realizações de festas, na época de estiagem do Araguaia”. De todo modo, essa memória da vivência Karajá se tornou o eixo do imaginário de natureza selvagem que levou aos primeiros acampamentos de pesca do não indígena, cujos objetivos e consequências são divergentes àquelas necessidades de quem vivencia e se relaciona com o ambiente internamente, no âmbito de uma prática cultural tradicional, vista de uma forma pelos indígenas e de outra pelos frequentadores que vão ao rio em busca de lazer.

O processo de modernização da década de 1960 associou a cultura dos acampamentos nas praias do rio para fins de turismo, na região do Araguaia, a partir da criação do parque e a construção do hotel JK na Ilha do Bananal. Ressaltamos que a princípio a ideia era de turismo selvagem e relacionado à visão do exótico, de uma natureza intacta, útil para uma apropriação econômica do turismo voltado para a caça e para a pesca. Nesse momento, a única cidade mencionada é a cidade de Aruanã, localidade indígena às margens do rio, apresentada desde cedo como “portão de acesso” ao Araguaia, e com melhores vias de transporte (ANUÁRIO TURÍSTICO, 1995, p. 371).

Para Susana Gastal (2003, p. 18), pesquisadora na área de turismo e doutora em comunicação social, o turismo “[...] faz parte de uma economia simbólica”, no entanto, entende e reconhece também a importância da cultura nestes fluxos, que dá “ênfase ao consumo simbólico”. Nesse sentido, uma ideologia político-econômica empreende ao Araguaia uma vocação turística, visando unicamente condições de ganho econômico, à semelhança dos “ciclos anteriores”, enaltecem os aspectos econômicos da atividade, em detrimento da importância afetiva e cultural que os goianos possuem com o rio. Para a autora, o turismo é a indústria da pós-modernidade e sua natureza demanda um acervo de signos e encantamentos permeado de cenários. O imaginário de natureza selvagem é, como veremos ao longo do trabalho, o fundamento de apropriação do Araguaia para o turismo e área de lazer, um imaginário que foi capaz de atrair em especial goianos, mas também paulistas e mineiros.

Segundo Ramos (2011, p. 63), “a visão do turismo como moeda de compensação econômica para os desafios impostos pelo aspecto natural do rio é de fato fantasiosa e

reducionista, deixando de considerar a própria complexidade inerente à atividade turística”. No entanto, as políticas públicas mostram um quadro geral de ação que tem um público-alvo (ou vários públicos) de representação e definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos em função de normas e de valores (CARVALHO, 2015, p. 37).

A trajetória do turismo em Goiás se comparada à política de turismo no Brasil, não é tão recente quanto parece, nem as medidas para estimulá-lo. No entanto, delineá-la, é uma tarefa desafiadora em função da falta de uma memória institucional alimentada por arquivos, documentos e relatórios de atividades organizacionais do governo estadual que permitiram a regulamentação da atividade turística no estado. Como visto anteriormente, o Araguaia não obteve visibilidade na gestão de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), pois foi somente no Plano de Ação do governo Otávio Lage de Siqueira (1968-1970), com orientação dada pelo governo central, que as diretrizes para uma política nacional de turismo, galgou um estado desenvolvimentista, visto que a partir do amplo apoio à indústria e à agropecuária, estabeleceu-se uma sólida infraestrutura viária, com a pavimentação de rodovias estaduais e federais, distribuição de energia elétrica e ampliação do sistema de produção. Todas essas ações favorecerão o acesso ao Araguaia em anos futuros.

Figura 15 - Mapa turístico do Estado de Goiás - 2016.



Fonte: Observatório do turismo (IPTUR) 2016.

As ações mais ousadas e estruturantes para o setor turístico goiano e particularmente para o Araguaia, na década de 1970, foram identificadas nas linhas de ação de Leonino de Ramos Caiado (1972-1974), com a implantação e ampliação do turismo no rio Araguaia, em

1973, estabelecido por estratégias de *marketing* em um documento promocional chamado de “O Rio Praia” (GOIAS, apud, CARVALHO, 2015, p. 78). Desse modo, o departamento de turismo (DETUR) elaboraria o ousado Plano de aproveitamento integrado do vale do Araguaia, que permitiria a prática de safári no Parque Nacional do Araguaia criado na gestão do governo federal de JK.

Na gestão seguinte, no governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979), foi assegurada uma política para o turismo estadual, por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento ao Turismo (FUNDETUR) ao mesmo tempo que o governo federal criou o Polocentro³¹, espécie de programa para o desenvolvimento do Cerrado, no qual “a região Geoeconômica de Brasília privilegiava o Centro-Oeste e em especial Goiás”. Do ponto de vista da política do lazer, houve falta de clareza para o setor se considerada a gestão anterior (CARVALHO, 2015, p. 83). Fato que ocorreu também na gestão de Ary Valadão (1980-1983), nas ações voltadas para a cultura e o meio ambiente, embora, houvesse um pequeno diferencial, nesse governo, com a tentativa de dinamização e estímulo para a iniciativa privada, por meio de divulgação nacional e internacional dos destinos considerados estruturados, tais como: Goiás, Caldas Novas e Vale do Araguaia.

Em relação à gestão política de Iris Rezende (1983-1986), Carvalho (2015, p. 88) considera que as ações em prol do turismo foram um tanto contraditórias. Se, por um lado, logo no início do seu governo ele autorizou mudanças no sistema administrativo do Poder Executivo extinguindo a Goiastur e criando um órgão menor – a Superintendência do Turismo de Goiás – por outro, propôs alterações na conjuntura do turismo situando-o no plano da indústria e comércio lançado pelo *Plano Global de Trabalho* (CARVALHO, 2015, p. 88). Neste momento, a política pública de maior relevância para a região da bacia do rio Araguaia foi o PRODIAT³² – Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins, de 1985/1995. Este plano tomou como base um espaço geográfico distinto, e separou o estudo em dois tipos: Centros de apoio e polos turísticos. Na ocasião, Goiânia e Brasília são considerados pontos de apoio importantes, apesar de não estarem dentro da área de pesquisa. Neste caso, a prioridade é Goiânia por apresentar condições razoáveis quanto a distância e a qualidade das rodovias de acesso (PRODIAT, 1985, p. 44).

³¹ Programa de desenvolvimento dos Cerrados, criado em 1975. Seu maior impacto ocorreu no estado de Goiás e apesar de ter sido um programa voltado para abertura da fronteira agrícola, acabou atingindo outros setores (CARVALHO 2015, p. 83).

³² Este projeto foi desenvolvido pelo Ministério do Interior e teve como objetivo realizar o diagnóstico geral das características físico-geográficas, econômicas, sociais e de infraestrutura, especificamente para os estados de Goiás e Mato Grosso, utilizando-se como unidade de planejamento os rios Araguaia e Tocantins (RAMOS, 2011, p. 71).

A ação governamental orientada para o desenvolvimento do turismo se organizou, do ponto de vista formal, através do Sistema Nacional de Turismo instituído pelo decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967 (PRODIAT, 1985, p. 91). A configuração básica desse sistema de ações coordenadas foi constituída pelos seguintes componentes: Concelho Nacional de Turismo (CNTUR) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), órgão incumbido da execução das diretrizes e normas adotadas pela Confederação Nacional do Turismo (CNTur), bem como de fomento às atividades turísticas, Ministérios das relações Exteriores, através das missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil, para tarefas de divulgação turística nacional (PRODIAT, 1985, p. 91). Estavam vinculados à equipe de pesquisa do PRODIAT órgãos regionais de turismo, para execução de tarefas nos estados, territórios e municípios mapeados. Além disso, os estudos demonstravam que, na região, o espaço reservado à empresa privada vinha sendo convenientemente preenchido pela rede hoteleira implantada (com capacidade superior à demanda atual) e os serviços auxiliares existentes, notadamente nos centros de apoio (agências de viagens, transportadoras turísticas, restaurantes, locadoras de automóveis, empresas de taxi aéreos etc.), posto que mesmo deficientes, atendiam às necessidades (PRODIAT, 1985, p. 98). Esses fatos permitiram identificar, no caso de Goiás, “uma consulta sobre a possibilidade de financiamento para a construção de barcos, destinados a servir aos turistas que visitam a região do Araguaia” (PRODIAT, 1985, p. 99). Na ocasião, Goiás ainda não havia passado pela divisão que constituiu o estado do Tocantins, desse modo, o estudo considerou 1600 km de rio navegável (PRODIAT, 1985, p. 105).

Segundo o PRODIAT, a região do Rio Araguaia vista “como fauna exótica de jacarés, botos e arraias, bem como grande variedade de aves coloridas: araras, papagaios, periquitos, garças. E espécimes terrestres, como onça pintada, capivaras etc.”, embora de especial atração para caçadores, tem seus animais apresentados pela primeira vez defendidos por normas de proteção e preservação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) existente desde 1967. A área apta para o turismo é aqui definida considerando as características,

[...] supramencionadas e relacionando-as a outras de ordem fisiográfica, como condições de navegabilidade; de infraestrutura direta e regional básica para o desenvolvimento turístico, como meios de hospedagem, rodovias, comunicações etc.; ou de forma de ocupação, como no caso da Ilha do Bananal. Seus 20.000 km² são cobertos pelo Parque Nacional do Araguaia, no Nordeste (IBDF), e pelo Parque Indígena do Araguaia, nas áreas restantes (FUNAI), que se estendem por 350 quilômetros de comprimento e 80 de largura, fica, pois, excluída a possibilidade de um aproveitamento turístico da ilha. (PRODIAT, 1985, p. 106)

De acordo com o estudo, no que concerne à preservação e proteção dos recursos naturais, destacam-se as atuações da Secretária Especial de Meio Ambiente em Goiás –

Ramos (2011, p. 73) observa que a pesquisa feita, no início dos anos de 1980, considerou questão de hospedagem apenas a rede hoteleira, enquanto os acampamentos por serem sazonais, e ocorrerem apenas em uma data específica do ano, não são considerados, nesse quesito do estudo. Contudo, o PRODIAT consegue confirmar uma das principais hipóteses da nossa pesquisa, ao mostrar em parte que, o lazer, e o aumento do número de acampamentos, nas margens do Araguaia, decorreu das facilidades de acesso por Aruanã, intensificado a partir de 1981, com a pavimentação da GO-530, ligando Araguapaz a Aruanã, através de pouco mais de 50 km” (PRODIAT, 1985, p.111). O estudo destaca as principais localidades de acesso ao rio, como exemplificados na tabela a seguir.

Quadro 3 - Distâncias de Brasília –DF e Goiânia -GO e as principais vias de acesso para Aragarças, Aruanã e Britânia.

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DISTÂNCIA DE GOIÂNIA	DISTÂNCIA DE BRASÍLIA	VIAS DE ACESSO
Aragarças	18.205 hab.	401 km	685 km	BR- 070, GO-060, BR-158
Aruanã	8.000 hab.	310 km	505 km	GO-530, GO-070 e GO-060
Britânia	5.549 hab.	314 km	524 km	GO-060, GO-328, GO-173

Fonte: Guia turístico, histórico e cultural do Estado de Goiás, 2000.

A partir de 1981, a GOIASTUR iniciou a chamada Operação Araguaia – entre Aruanã e Luiz Alves, realizando levantamento de dados e promovendo programas e eventos turísticos nas temporadas de 1982 e 1983. Pelo levantamento do PRODIAT (1985) o fluxo de turistas em julho de 1982, foi de 46.000 pessoas e em 1983, o número foi superior a 50.000 pessoas, registrando-se um crescimento da ordem de 10%, nesse mês de pico, entre a primeira e a segunda temporada. No ano seguinte, a GOIASTUR não teve condições de realizar a contagem por falta de verbas para promoção de eventos.

Segundo Ramos (2011, p. 74), foram os incrementos do governo estadual, na década de 1980, que favoreceram o aumento dos acampamentos nas margens do Araguaia. Os acampamentos constituem presentemente a característica principal do turismo, na região, durante as férias de julho. A partir dos acampamentos, começaram a surgir iniciativas no sentido de criar instalações fixas de recepção e a presença do Estado representado pelos postos fixos do corpo de bombeiros. E de maneira mais geral, surgiram os primeiros interessados em vender o ‘produto turístico’ oferecido pelo rio.

Figura 17 - Corpo de bombeiros militar do Estado de Goiás – região de Itacaiú, 2016.



Fonte: Carla Edieni.

Figura 18 - Governo noticia Araguaia limpo, e estradas em boas condições na temporada de 2005.



Fonte: Jornal *O Popular* 2005 (pasta 405- A).

Figura 19 - Acampamentos de tendas na região de Itacaiú- 2016



Fonte: Carla Edieni.

Figura 20 - Acampamento com cobertura de palha entre Itacaiú e Aruanã- 2016



Fonte: Carla Edieni

Inicialmente, o acampamento típico é constituído de um rancho feito de palha e madeiras locais. Abrange uma área coberta de aproximadamente 50 m², variável conforme o número de pessoas que ocupam as barracas de lona, usualmente instaladas à sua frente e mais próximas da margem do rio. Atualmente, devido às fiscalizações dos órgãos ambientais, existem normas para utilização das coberturas de palha, permitidas somente por meio de reflorestamento em locais determinados como alguns encontrados nas proximidades de Aruanã.

O estudo PRODIAT (1985, p. 154) deixa claro que o programa turístico para a área não foi baseado no aumento no número de acampamentos. Em primeiro lugar, porque “o efeito multiplicador do turismo - impacto das despesas dos turistas nas atividades econômicas locais e na criação de empregos - é, nesse caso, relativamente pequeno”. Em segundo lugar, porque o acampamento, sobretudo com as características registradas na área pesquisada, refletiu uma demanda essencialmente regional, dependendo de ações promocionais para a efetivação definitiva da região do Araguaia em local de turismo e lazer. Esse incremento promocional do lugar, em atrativo de lazer se apresentou com mais clareza nos anos de 1990.

Se nos anos de 1980 as questões ambientais se apresentavam de forma ainda tímida, com os anos de 1990, mesmo com pouco ânimo para o setor de turismo, a tônica ambiental vivida no mundo pós Eco-92³⁴, constituiu-se em missão, ao menos no plano do discurso, para conduzir e apreciar “o Zoneamento” ecológico e econômico do Estado de Goiás, regido pelo governo de Iris Resende (1991-1994).

³⁴ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza (BRASIL, 2017).

Figura 21 - Ponte de Itacaiú – liga Goiás a Mato Grosso – 2016.



Fonte: Carla Edieni.

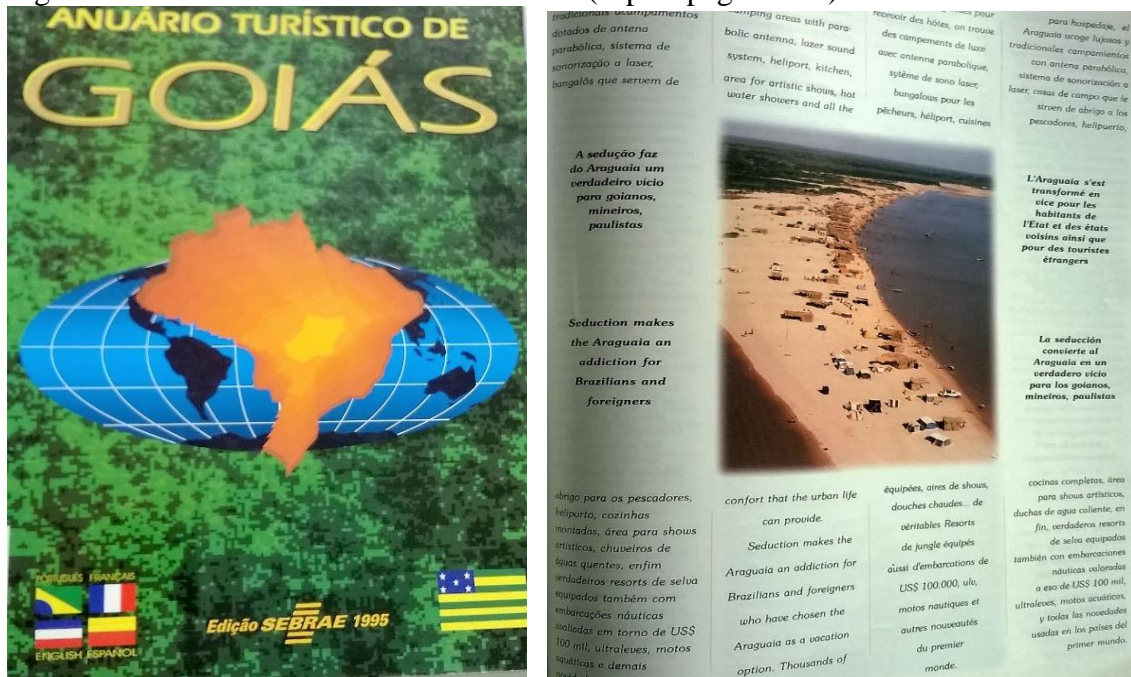
Durante o governo seguinte, na gestão do governador Luiz Alberto Maguito Vilela (1995-1998), o entusiasmo na esfera estadual voltado para o turismo e lazer, na região do Araguaia, não se apresentou como um dos melhores. Havia um “descompasso na política estadual e ambiental entre os níveis federal e estadual” que emperravam o desenvolvimento turístico como as “[...] mudanças organizacionais administrativas, que depreciava ainda mais a função do órgão oficial de turismo: a Goiastur”, que deu lugar à Empresa Estadual de Eventos e Promoções, órgão máximo do turismo na ocasião (CARVALHO, 2015, p. 94).

O incremento veio pela proposta federal através do Programa Nacional de Turismo que viabilizou a apropriação das margens do Araguaia para fins de lazer, por meio da união SEBRAE/EMBRATUR, esses dois órgãos passaram a dar atenção ao turismo, essencialmente nos municípios de maior visibilidade por meio de divulgação do rio como área de lazer:

A publicação empreendida pelo SEBRAE, intitulada *Anuário Turístico de Goiás*, em sua segunda edição lançada no ano de 1997, apresenta o rio Araguaia já como um destino turístico formatado, divulgando sobretudo a rede de serviços para o turista que visite a região. No documento, entretanto, os acampamentos já são divulgados com maior ênfase, inclusive de forma detalhada, descrevendo os objetos necessários para a construção dos mesmos, as restrições a caça e a pesca, então mais rigorosas seguindo a legislação ambiental nacional, e as opções de lazer. O foco não é mais a dominação da fauna, mas o rio como opção de lazer, descanso e entretenimento, sobretudo os municípios de Aruanã, Nova Crixás, Aragarças, Britânia, São Miguel do Araguaia (em Goiás) e Cocalinho/MT. (RAMOS, 2011, p. 75)

Nesse período, os acampamentos foram citados como uma opção ao visitante e como atrativo turístico, dado a programação festiva que eles desenvolviam.

Figura 22 - Anuário Turístico de Goiás 1995 (capa e página 373).



Fonte: Goiás 1995.

O *Anuário Turístico de Goiás* foi editado pelo SEBRAE pela primeira vez em 1995 e apresentou o rio Araguaia já como um destino turístico formatado, divulgado sobretudo, como lugar de turismo ecológico, com rede de serviços para o turista que visitasse a região, com detalhamento de acessos, rodovias, rede hoteleira, principais atrativos de praias e pesca. Apesar da manchete acima dizer que o rio é um vício para goianos, mineiros e paulistas, o exemplar foi publicado em quatro idiomas: português, francês, inglês e espanhol, como se o convite a frequentar as praias do cerrado fosse estendido para o mundo globalizado.

Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2006) entrou no governo em 1999 e uma das principais transformações da sua gestão, que atingiu o Araguaia, foi a criação da Agência Goiana de Turismo (AGETUR) - entidade autárquica criada pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 5.090, de 20 de agosto de 1999 (GOIÁS, 2000). Tornou-se missão da AGETUR propiciar o fortalecimento e crescimento do turismo do Estado de Goiás, visando intensificar sua contribuição para geração de renda, ampliação do mercado de trabalho, elevação dos padrões do bem-estar social, integração nacional e valorização do patrimônio natural, cultural e técnico-científico (GOIÁS, 1999).

A AGETUR destacou o vale do Araguaia como o *caminho do sol*, em sua publicação, a ênfase era para os atrativos oferecidos pelos municípios de Aragarças, Britânia Aruanã e Luís Alves. Destacavam-se os mapas de acessos destinados ao público de Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, mas desde a publicação do *Anuário turístico de Goiás*

em 1995, Aruanã preserva o posto de portão de entrada para as praias do Araguaia. Segundo a divulgação do anuário, a cada temporada Aruanã recebeu cerca de 150 mil visitantes, naquele período, e com a municipalização do turismo a cidade aparece com bons resultados nos anos 2000 (GOIÁS, 1995, p. 371).

Com a chegada do século XXI, a palavra de ordem determinada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é a conservação da natureza. Lembrando que as políticas públicas voltadas para o Araguaia, até os anos de 1980, autorizavam o uso desse espaço como palco de ações deliberadas e a natureza utilizada como objeto de atração. No tempo presente, o rio deve ser apreciado como objeto de atração e proteção e espaço de ações planejadas. Assim, os novos paradigmas alteram as leis para adequação da nova forma de lazer na natureza. O MMA institui a Lei da taxa de controle e fiscalização ambiental, ou Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), ou seja, um endurecimento da lei diante dos graves problemas ambientais que se estendem por todo o país até a Amazônia. Diante disso, o ponto mais alto da discussão a respeito de investimento para o turismo ocorre em 2003, com a criação de um Ministério próprio. Neste sentido, Carvalho (2015, p. 65) diz que a criação do Ministério do Turismo foi um marco, “sem desconsiderar a relevância da década de 1990, justo seria afirmar que o marco regulatório para a organização e o planejamento do turismo brasileiro” culminou com a constituição de uma política própria para o setor. A partir de então, o plano para desenvolver o turismo, é descentralizado da esfera nacional e passa para a atuação regional distribuído da seguinte forma: nível federal, estadual e municipal, sendo o último “que é o *locus* onde o turismo acontece efetivamente” (CARVALHO, 2015, p. 66).

De acordo com Carvalho (2015, p. 101), a partir da gestão do governo Marconi Ferreira Perillo Junior (1999-2006, o turismo recebeu maior atenção, devido a uma sequência de fatores que combinados favoreceram o aquecimento do turismo e lazer em Goiás. Segundo a autora, juntos, planejamento, sequência de gestão, fortalecimento da Agetur como órgão próprio e com função ampliada e a criação do Ministério do Turismo em 2003, foram determinantes para a melhoria no setor. No contexto do planejamento global e estratégico do governo estadual, foi lançado o *Plano Plurianual 2000/20003: Goiás século XXI*³⁵, cujo orçamento próprio para investimento era de R\$ 117.649.920. Desse montante, foram destinados R\$ 19.416.320,00 como recursos para o desenvolvimento no Vale do Araguaia (CARVALHO, 2015, p. 102). Na segunda gestão de Marconi Perillo, estava inserido o *Plano Plurianual 2004/2007: Plano Goiás, século XXI – Avançar Mais*. Assim a sustentabilidade tornou-se a ênfase para o setor, e

³⁵ Lei complementar nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999. (Goiás, 2002).

as áreas destinadas ao turismo agora são transformadas em polos turísticos, inclusive, na região do Araguaia, foram contemplados pelo plano os municípios de Aruanã, Aragarças, São Miguel do Araguaia, Nova Crixás, Piranhas e Britânia. Com a participação dos municípios na elaboração e redefinição de prioridades de investimentos, da integração de Goiás no Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR GOIÁS, 2010) e a criação do Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás –IPTUR³⁶, o Estado deu um salto nos investimentos a partir de 2008, “quando os recursos estaduais destinados ao turismo mais que quadruplicaram e continuaram a crescer nos anos seguintes, chegando a ultrapassar 170 milhões em 2013 (CARVALHO, 2015, p. 107). Na região de Aruanã, os investimentos mais visíveis estão na promoção e divulgação de eventos.

Figura 23 - Tenda instalada para apresentações de cantores e artistas na temporada de 2016.



Fonte: Carla Edieni.

Desde o crescimento dos investimentos no turismo em Goiás, de modo geral, e em particular, a região do Araguaia, o lazer nesses locais passou a ter uma relação com os *shows* artísticos e musicais, os eventos configuram uma das principais estratégias de promoção dos destinos. Mas,

As transferências desses recursos do governo do estado para os municípios não se deram por intermédio de convênios, ao que tudo indica, mas pelas chamadas “transferências discricionárias” ou “voluntárias” (GOMES, 2009). Na busca feita no site da Casa Civil sobre os convênios estaduais disponibilizados entre 2011 e 2014, nada consta quanto à liberação de recursos para o turismo. Apenas Aruanã conseguiu estabelecer pacto sob forma de convênio com o governo estadual, em 2012, no valor de R\$ 110.000,00, o qual não diz respeito à atividade turística. (CARVALHO, 2015, p. 143)

³⁶ Criado pela lei nº 16.828, de 11 de dezembro de 2009. Segundo a coordenadora do Observatório do Turismo do Estado de Goiás (IPTUR), é fato novo na história do turismo goiano, contido nas diretrizes estaduais, foi o estímulo à pesquisa sobre o turismo que se seguiu à criação do IPTUR. Constituído por meio de parceria entre o órgão público estadual e os principais destinos turísticos do estado, com o apoio do Sebrae/GO, da Associação Goiana de Municípios (AGM) e das Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás (TAVARES, 2017).

Esse tipo de evento passou a assumir um papel de destaque no desenvolvimento turístico nos últimos anos, configurando-se como uma das principais estratégias de promoção de destinos. Entretanto, Carvalho (2015, p. 111) adverte que é “demasiada a prioridade que o órgão passou a ter nos últimos anos, curvando-se para essa modalidade”. Para a especialista no assunto, isso reflete uma ausência de planejamento mais integral do turismo no estado, mesmo assim, os *shows* nas margens do rio representam bem o ambiente de praia que agrada o público em busca de lazer.

Por meio da análise que fizemos aqui, percebemos que, as políticas públicas contribuíram de fato para a apropriação do rio Araguaia como área de lazer, tal como conhecemos nos moldes atuais, bem diferente da expectativa criada para o desenvolvimento da navegação no século XIX. A nova forma de apropriação do rio agora torna-se lei, a sociedade e o Estado passaram a considerá-lo sob novas perspectivas para um aproveitamento “racional”: como prática de lazer. E mesmo as políticas públicas não sendo suficientes para explicar a conjuntura cultural de apropriação do rio para fins de lazer, elas contribuíram no sentido de legitimar o novo ideal de modernidade desvinculado daquele pensado no passado.

CAPÍTULO 3 - SOU GOIANO, SOU ARAGUAIA³⁷

Esse capítulo analisa a mudança no imaginário e as novas práticas diante da natureza vista como paisagem, fato que surge inicialmente na Europa, no final do século XVIII. Já no Brasil inicia com a chegada dos primeiros estudiosos da fauna e da flora, enquanto na região do Araguaia, chega no período de modernização do estado de Goiás. Percebemos que a historiografia, os diários de viagens e a literatura forneceram o ponto de partida para as primeiras interpretações sobre o modo de se apreciar a natureza nesta região. Para isso, buscamos em, Keith Thomas, Cleber Dias e Alain Corbin, as interpretações que explicam essas mudanças. A intenção dessa discussão é perceber a inversão de valores atribuídos à paisagem do rio Araguaia, no modo de apreciação da beleza e patrimônio a ser usufruído e preservado, mas também dominado e explorado. Essa nova representação da natureza na delimitação do espaço social do rio Araguaia pode ser percebida pela utilização das suas praias de forma espontânea, reforçada pelas ações do Estado e da mídia.

3.1- A REIVENÇÃO DA CONTEMPLAÇÃO DO ARAGUAIA

Ao longo dos processos transformadores no modo de pensar a natureza, o rio Araguaia, personagem maior desta pesquisa, conduz a diferentes situações, proporcionando momentos ora de conflito, pelo enfrentamento da natureza e domínio do território, ora de sonho e por que não, de lazer? O rio é apresentado como espaço a ser explorado e ocupado, mesmo que, por vezes, ocorram algumas rupturas nas formas, como foram os casos dos projetos políticos voltados para a navegação e, na modernidade, esses projetos foram repensados, considerando também sua importância para o Bioma Cerrado. As novas políticas e a forma de ver o rio estão intrinsicamente ligadas à questão ambiental: o discurso muda, configurando-se em defesa da sua sobrevivência. Desse modo, para uma melhor compreensão, devemos mergulhar no imaginário e seus reflexos que transformaram o rio Araguaia em espaços voltados para as atividades de lazer.

Como vimos no primeiro capítulo, as grandes expedições de desbravamento, de colonização e povoamento destinadas à conquista do Araguaia foram voltadas para o domínio

³⁷ Título inspirado no verso da música “Goiano de todo canto” do DVD: Goiás, lançado em 2008. Compositor e interprete: Marcelo Barra. Disponível em: < dicionariompb.com.br/marcelo-barra/discografia > acesso em: 03/10/2016.

dos povos indígenas e de suas margens. Mas a reconfiguração das práticas culturais relacionadas ao Araguaia na modernidade, se “constitui como o *ethos* de um grupo que reinventa as expedições” de apropriação do espaço (RAMOS, 2011, p. 123). Percebemos por meio do nosso estudo, que as pessoas que procuram essa natureza, nos tempos atuais, mudaram seu comportamento em relação ao rio, visto atualmente, como sinônimo de lazer ecológico, lugar de contemplação da natureza, fauna e flora exuberantes. Sobretudo, devido à composição histórica e social ocorridas no espaço urbano, levando em conta o estilo e modo de vida que se habituou a ter e a chamar de vida moderna.

No início do século XX, para muitos, o processo de triunfo da civilização era a devastação das matas e a ocupação da terra. Os relatos a respeito da conquista do território Araguaiano não foram diferentes. O próprio Couto de Magalhães, ainda no século XIX, referia-se às margens do Araguaia como “selvagem”, “deserta”, “agreste”, “melancólica”, “desabitada” e “assolada por animais selvagens”. Essa concepção ocorre porque no pensamento europeu:

As matas não cultivadas eram vistas, assim, como obstáculos ao progresso humano [...] as árvores deviam ser cultivadas em terra inferior [...] John Houghton escreveu um ensaio para provar como seria bom que não houvesse nenhuma árvore num raio de 32 quilômetros de qualquer rio navegável. Em 1712, John Morton observava, com prazer, que havia muito poucas matas em Northamptonshire: “num lugar habitado por gente civilizada”, as árvores não podiam crescer. Deviam dar lugar a campos e pastagens, de uso e de interesse mais imediatos para a vida. (THOMAS, 2010, p. 278-279)

Keith Thomas (2010, p. 18), referindo-se a Inglaterra, mostra que foi entre o século XVI e o final do século XVIII que ocorreram as profundas transformações na maneira das pessoas se interessarem pelo ambiente natural. Evidentemente, que essas novas *sensibilidades* e novas percepções em relação à natureza, não ocorreram de forma repentina e definitiva, mesmo porque, “as espécies naturais³⁸ eram invocadas para justificar as desigualdades sociais no seio da espécie humana” (THOMAS 2010, p. 85).

Essa tendência de racionalizar o mundo natural ocorre devido ao fato de uma nova preocupação ter surgido a fim de satisfazer o emocional. Segundo Thomas (2010, p. 345), estava surgindo o momento de “destronar muitas concepções estabelecidas, passou a existir novas sensibilidades, de um tipo que desde então foi se tornando mais e mais intenso”.

³⁸ Muitos antropólogos sugerem que é uma tendência constante do pensamento humano projetar, no mundo da natureza (e particularmente no reino animal), categorias e valores derivados da sociedade humana para depois trazê-los de volta à ordem humana. A diversidade das espécies animais foi usada, inúmeras vezes, para dar apoio conceitual à diferenciação social entre os seres humanos (THOMAS, 2010, p. 84).

O pensamento europeu ajudou a formular a destruição da natureza em prol do progresso desde a descoberta das terras brasileiras. Segundo Holanda (2000, p. 25), os portugueses viam o Brasil como uma espécie de “paraíso perdido com uma geografia fantástica e abundantes recursos naturais”. No caso do Brasil, a natureza contribuiu para a formação dos chamados mitos da conquista, pois a visão “simbólica da natureza, que já nos primeiros séculos cristãos fora largamente representada pelos padres, não era menos familiar aos homens da era dos grandes descobrimentos marítimos” (HOLANDA, 2000, p. 241).

A literatura foi uma vasta fonte utilizada como reforço para o pensamento simbólico da natureza, desde tempos medievais. Conforme Holanda (2000, p. 241), “nesse simbolismo, que não desdenha mesmo a natureza inorgânica, todos os animais, e também as plantas, têm sempre qualquer coisa a dizer aos homens”. Desse modo, o retrato que se tem do Brasil a partir do seu “descobrimento” ressaltado pelas antigas considerações medievais é de uma imagem reduzida ao natural, onde se fazia apologia ao Novo Mundo.

Cleber Dias em seu livro, *Epopéias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779- 1838)* apresenta uma rica discussão interdisciplinar a respeito da periodização e estudo histórico do lazer no Brasil, mostrando que o uso do tempo livre remete ao último quartel do século XVIII, quando alguns segmentos das elites brasileiras inventaram novas formas de diversão, como os piqueniques, excursões ou fins de semana em casas de campo. Dias (2013, p. 40) acredita que “para contemplar a natureza é necessário, antes de tudo, adquirir a consciência de si como alguém separado do que se vê, uma vez que o próprio conceito implica separação e observação”. Esse autor considera ainda que as formas de preocupação contínua em relação à natureza tenham ocorrido a partir da Idade Moderna, muito embora o homem sempre tenha observado a natureza e sua beleza.

Por essa razão, as formulações sobre a paisagem são consideradas cultura antes de ser natureza, mesmo que haja dificuldades em localizar o momento de invenção da paisagem. Em larga medida, foi a separação natureza-cultura o principal agente dessas transformações, e junto a isso, a “modernidade se apresentou como o principal veículo de todo o processo vinculado à emergência da subjetividade, em que o homem tenha se transformado no sujeito da produção do saber” (DIAS, 2013, p. 43).

Essa considerável mudança de gosto e atitude em relação à natureza que vinha ocorrendo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII refletiu no contexto em que viviam muitos viajantes europeus que chegaram ao Brasil no século XIX. Além dos brasileiros que estudaram

na Europa e retornaram partilhando essas concepções que serão capazes de consagrar a natureza brasileira em forma de paisagem.

Com o apoio e a anuência dos governos, a progressiva presença de estrangeiros contribuiu para a construção de um novo discurso sobre a natureza, bem como para a consolidação de uma nova forma de observá-la. Esses atores, como outros antes deles, deslumbraram-se com a singularidade da flora e da fauna tropical. Entretanto, dessa vez, suas formas de narrar ou de representar tais aspectos do ambiente brasileiro correspondiam a um novo modo de olhar a paisagem, relacionando a um imaginário informado por repertórios cientificistas, mas nem por isso destituído de poesia e sensibilidade. (DIAS, 2013, p. 53)

No Brasil, de modo geral e em Goiás em particular, essa noção foi levada a consequências extremas. O olhar voltado para a natureza evocava de certo modo ‘arte e sentimento’ na contemplação dos cenários brasileiros. Desse modo, tais concepções estarão entre os elementos mais importantes para entender o processo histórico de formação do lazer na natureza araguaiana, apesar das inegáveis transformações pelas quais o rio vem galgando até os dias atuais. A observação dessas mudanças mais amplas, juntamente com os conceitos da história ambiental, nos ajuda na percepção da inversão de valores atribuídos à paisagem do rio Araguaia. Neste sentido, a apropriação do rio como área de lazer ocorre a partir do momento em que o imaginário de desbravamento de uma natureza selvagem é resignificado. No domínio humano das técnicas sobre as dificuldades naturais impostas para a navegação/exploração mineral e criação de gado é “transformada em ambiente de natureza virtuosa, influenciado pelo discurso ecológico preservacionista/conservacionista e posterior com mais força à política de turistificação” (RAMOS, 2011, p. 124).

Segundo Thomas (2010, p. 377), “[...] as classes educadas vieram a atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural”, pois um gosto pitoresco difundiu-se entre os estudantes e pesquisadores que viajavam tanto para o litoral como para as montanhas. E o “mais notável, nesse gosto, era que o cenário mais admirado já não era a paisagem fértil e produtiva, mas a selvagem e romântica. Por isso, haveria um interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual” (THOMAS, 2010, p. 378). É o que os turistas veem no Araguaia, uma catarse libertadora.

Dias (2013, p. 47), afirma que a percepção do pitoresco se consagrou em certas regiões da Inglaterra e conseqüentemente “o olhar que começou a inventar a paisagem no Brasil era fundamentalmente europeu” notabilizado entre os viajantes que começaram a visitar o país por motivações exóticas, estudos e pesquisas. Sua concepção trata-se de uma apresentação culturalmente instituída da natureza, a construção de um equivalente simbólico que serve como ponto de encontro para todo um esforço intelectual que ordena e dá forma às nossas percepções.

Isso explica o porquê de a população goiana passar a ter orgulho e admiração pelo Araguaia, seja por meio das músicas, literaturas, imagens ou contemplando pessoalmente.

Para melhor compreensão a respeito da representação da paisagem do rio Araguaia _ consciente ou não, descrita ou reportada na longa duração _ é importante atentar para a relação humana com a natureza a partir do advento da modernidade. De acordo com Dias (2013, p. 43), essa nova prática talvez possa estar vinculada a todo o processo dessa forma de se relacionar, “uma vez que parte da sua dinâmica diz respeito, basicamente, à emergência de uma subjetividade em que o homem se transforma no sujeito da produção do saber”, como ocorreu com os viajantes que estiveram na região araguaiana. Inspirados em sua beleza, muitos fizeram versos que chegaram até às pessoas pelos cronistas, sertanistas e poetas, mostrando um rio povoado de belas histórias e lendas que refletem o rico patrimônio sociocultural. Seus narradores emprestam sentido e significado ao rio, enquanto paisagem, na poesia, no romance e na literatura. Assim, as qualidades personificam o rio de modo que, a forma como os poetas o retratam, as pessoas de modo geral, passam a admirá-lo também e consagram-no como um símbolo da identidade goiana.

Na verdade, essa “invenção da paisagem” estimula a população a frequentar e contemplar os lugares capazes de sistematizar os princípios estéticos que a visão pode representar. Embora as práticas de lazer do século XIX eventualmente não se assemelhem às práticas mais contemporâneas, são mesmo assim responsáveis por um conjunto de experiências e sentidos capazes de ligar à ideia de que, na natureza, o ambiente é mais saudável, mais livre e espontâneo e todo esforço será recompensado pela beleza do cenário. No caso do rio Araguaia, há tempos já vinha inspirando essa representação, como mostra este trecho relatado por Castelnau em 1844.

A vegetação das margens do rio era muito espessa, mas formada ordinariamente de árvores pouco elevadas. Na estação em que estávamos as águas deixavam a descoberto belas praias de areia perfeitamente alva, e povoadas de aves que se deixavam aproximar muito perto, voando depois todas juntas debaixo de grandes gritos. A superfície do rio era às vezes agitada pela nadadeira dorsal de enormes peixes ou senão pelo aparecimento de algum monstruoso jacaré. (CASTELNAU, 2000, p. 164)

O conde Francis de La Porte de Castelnau foi chefe da Expedição *às regiões centrais da América do Sul* enviada pelo governo francês ao Brasil. Apesar de não poupar críticas á população e condições materiais dos lugares visitados, ao percorrer a região do Araguaia descreveu um cenário de imensas belezas naturais, perigos e aventuras. Ao analisar as condições de navegabilidade do Araguaia se encantou com a beleza do rio: “Entramos no majestoso Araguaia, cuja a magnificência e nobreza é além de toda a descrição; as suas águas

tão puras resvalam tranquilidade pelo meio das vastas solidões que o bordam de todas as partes” (CASTELNAU, 2000, p. 154).

O Araguaia, também apresentado por Couto de Magalhães em seu livro *Viagem ao Araguaia*, está repleto de aspectos que revelam a beleza natural da paisagem e do rio. Segundo seu relato, de todos os grandes rios que conheceu, nenhum ofereceu nem de longe “a majestade do Araguaia”:

[...] suas águas estendem-se na largura de 500 braças; essa massa gigantesca desce toda por igual ao longo do enorme leito, sem se ver uma torrente mais apressada em seu veio, de modo que parece antes um corpo sólido e orgânico, do que uma porção líquida. Há na grandeza dessas águas uma calma tão serena, como aquela que se observa no oceano visto ao longe. O Araguaia corre ordinariamente entre praias de areia fina além das quais crescem zonas de mato, que o acompanham de uma e outra margem, as quais, para quem está dentro do rio, semeiam orlas de junco, tão grande é a distância. Aqui o deserto é de uma majestade tão imponente, que assombra e abate o espírito. Para qualquer parte que lancemos os olhos, enxergam-se planícies sem fim, que se vão tornando cada vez mais azuladas, até que de todo se confundem com o céu. O menor obstáculo, o mais insignificante outeiro não encrespa a superfície da terra: tudo é vasto, majestoso é melancólico como o infinito. (MAGALHÃES, 1974, p. 94)

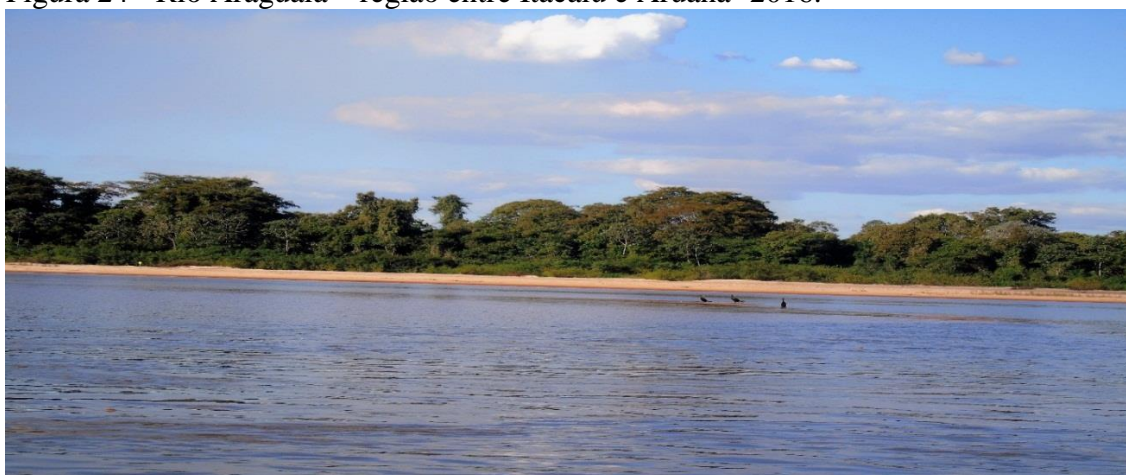
Couto de Magalhães admirava a natureza selvagem do Araguaia e a paisagem que se revelava. No relato, ora seu espírito vagueava naquela imensidão de mistérios e seu pensamento se perdia admirando o voo dos pássaros, outrora era o silêncio absoluto o que “apertava-lhe o coração”. Chegou a perguntar-se: “que encerrarão estes desertos”? “Florestas virgens, ermas campinas, paludes, serras, rios caudalosos”. Conclui seu pensamento afirmando que “Deus correu um véu sobre uma das obras mais grandiosas de sua criação”. E pergunta-se, quando seria exposta a todos, tamanha beleza? Ele próprio responde que “só Deus sabe” (MAGALHÃES, 1974, p. 95). O Araguaia para ele devia ser povoado e produtivo, mas também preservado o belo. Para Melo (200, p. 9), neste período, havia uma ambiguidade no que se refere a preservar e modernizar, mas Thomas (2010), ao contrário, é taxativo em dizer que “somente quando a flora e a fauna já foram dizimadas é que passam a ter o nosso gosto e apreço”. Quanto ao caso da contemplação da paisagem do Araguaia, a literatura e os escritos deixados pelos que lá estiveram, também ajudaram a compreender a inversão de valores atribuídos ao rio, ou seja, de selvagem à doçura de belas paisagens.

Segundo Bachelard (1997, p. 18), o poder da imaginação poética inventa mais que coisas: inventa vida nova, inventa mente nova, abre olhos para novos tipos de visões. Dizemos isso na perspectiva do rio Araguaia “nascer de suas paisagens”, de novos olhares e experiências vivenciadas ou imaginadas que lhes conferem sentido das realidades históricas e poéticas, pois as visões poéticas se dão antes mesmo das experiências vividas. O autor acrescenta que, ela, a poesia, nos permitiu tomar gosto por nosso destino íntimo e nos dá uma “impressão de

juventude ou de rejuvenescimento” ao nos restituir ininterruptamente à faculdade de nos maravilhamos e ainda que [...] “o pitoresco tolhe ao mesmo tempo as forças mitológicas e as forças poéticas” (BACHELARD, 1997, p. 19).

Nesta pesquisa, o diálogo com a literatura traz contribuições importantes pelo fato da ficção sobre o Araguaia e sua representação aparecerem com frequência nas imagens literárias e poéticas. Desse modo, buscamos perceber como a representação da paisagem da região Araguaiana foi configurada por meio da literatura, poesia, música e sensibilidades que aproximaram o desejo das pessoas de estarem em contato com a natureza do rio.

Figura 24 - Rio Araguaia – região entre Itacaiú e Aruanã- 2016.



Fonte: Carla Edieni.

Dentre muitos admiradores que representam a paisagem das belezas e encantos pelo Araguaia, está Frei Jacintho Lacomme³⁹ que deixou transparecer a grande paixão e apreço pela paisagem do rio Araguaia em 1917, ao dizer:

Da sua beleza encantadora, que é que diremos senão que o Araguaia pode rivalizar com os rios mais formosos do mundo inteiro? Se há no mundo um rio formoso, diremos com Escragnolle Taunay falando no Aquidauana de Mato-Grosso, e com mais razão, certamente é o rio Araguaia. Quem o contempla, como nós o contemplamos tantas vezes, volvendo com uma majestade regia as suas águas, ora plácidas como um lago tranquilo, ora agitadas e convulsionadas como verdadeiramente massas oceânicas, por mil meandros ao longo de praias extensas e lindíssimas, de areias alvíssimas como as areias do mar, ou de ilhas verdejantes e perfumadas, afagando as suas ribas sombreadas por magníficas florestas virgens, orladas de altos e esbeltos juncos ou ondulantes e delicada relva; aqui abundantes fontes de cloreto de sódio nas quase completamente inapropriadas salinas de S. José; ali madeiras raras e preciosíssimas perdidas naquelas indescritíveis selvas; mais longe, campinas virentes onde pastam manadas de veados. (LACOMME, 1917, p. 20)

³⁹ Esse religioso participou do processo de reforma da igreja que ocorreu na diocese de Goiás, a partir da instalação da Ordem Dominicana francesa no Brasil central (1882). Frei Jacintho Lacomme foi mestre da Ordem dos Dominicanos no Brasil em 1904 e idealizador do convento de Formosa (GO) em 1905. Escreveu um fascículo biográfico para a Memória Dominicana – um periódico semestral publicado no Brasil a partir do final da década de 1980 e na década de 1990 (CAIXETA, 2013, p. 128).

O sertanista Hermano Ribeiro da Silva⁴⁰ se colocou como um admirador dos sertões, ao passar pelo Araguaia em 1932. Escreveu o diário de memória *Nos Sertões do Araguaia*, em que ficam evidentes o itinerário e o cotidiano da sua expedição e a relação dele com o rio, que denomina de *majestoso e histórico*. Em sua narrativa, destacou um conjunto de representações que constituem a paisagem do lugar, especialmente quando se estabeleceu uma privilegiada relação com a natureza e com quem nela vivia. Seu olhar sobre o espaço *vazio* retratou uma natureza onde imperava a barbárie do “homem primitivo”, mas também a beleza de uma fauna e flora exuberantes da região central do Brasil. Ele descreve o Araguaia como um cenário de bela paisagem relatando que: “A limpidez do azul puríssimo do firmamento casa-se com a cor das mansas águas, distendidas entre orlas de infinitas e alvas praias de areia” (SILVA, 1948, p. 51). Completa que suas vistas se extasiam na “serena majestade dos panoramas hieráticos”, e que o Araguaia continua a ser uma região lendária, enredada de mistérios.

José Godoy Garcia, problematizador das angústias urbanas e admirador da natureza, sublima a vida feita de elementos como o sol, a chuva, a mulher, a estrada, a terra, os pássaros, árvores e rios. Para este poeta, a beleza que o homem constrói é efêmera, eterna é a natureza em sua infinita e jamais cumprida a perfeição. Olha para a natureza do rio Araguaia e afirma que, “toda arte que tem o mundo tem água”. Em seu livro *Araguaia Mansidão*, o rio reflete a saga da vida humana que acompanha o passar do tempo e suas transformações nas margens do rio. Em um trecho do poema *A minha saga do rio Araguaia* o autor diz:

O Araguaia desce as mil léguas de seu silêncio
 Às suas margens, o homem.
 A ruína do homem, as suas margens.
 É um rio silencioso. Rio solidário.
 Um rio que se embebeu dos anos da vida humana, às suas margens.
 Água grande
 Água pequena
 - Araguaia mansidão.
 (GARCIA, 1972, p. 87)

Em *Araguaia Mansidão* (1972), O autor versa uma poesia conectada com a modernidade, mas seu conteúdo está ligado às questões sociais que assolaram o país na década de 1970.

⁴⁰ Hermano Ribeiro da Silva era paulista, jornalista de profissão, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e do Museu Paulista. Sobre sua bibliografia nos *sertões do Araguaia*, Durval Rosa Borges o descreveu como um dos maiores amantes do Araguaia e acrescentou: “talvez tenha sido Hermano Ribeiro da Silva o primeiro repórter a tentar relacionar todo o percurso do rio Araguaia, a maior parte por experiência própria” (BORGES, 1987, p. 125).

Figura 25 - Andorinhas na região de Itacaiú 2016.



Fonte: Carla Edieni

Outro admirador da paisagem do Araguaia é o pernambucano Durval Rosa Borges⁴¹. Escreveu o livro *Rio Araguaia corpo e alma* (1978) – “quase mais arte que ciência” - ressalta Gilberto Freire em seu prefácio. Nele, Borges (1978), descreve de forma poética e informativa, a geografia, os indígenas, as aves, animais do Cerrado e vilarejos e ribeirinhos. Além disso, descreve os fenômenos das águas, a navegabilidade, a riqueza das matas, e em muitos momentos relatou a exuberância da fauna e flora que margeiam o rio.

As andorinhas mintam uma festa à parte no Rio Araguaia. Nas sedes das fazendas e nas altas torres de rádio os bandos costumam pousar, inquietas no bater cicante das asas, formando rebuliços escuros que de repente se mudam para seus rumos, à beira do rio. É nele que se concentram um número pasmoso – mais de 10.000 – baixando nas maiores praias e nelas formando grupos negros que de longe simulam manchas na escuridão. Somente quando o viajante se aproxima a visão se reparte em milhares de pontos e se identifica, mas o espetáculo continua, pois, os bandos pousam em pequenas árvores das margens ou no meio da ilha, fazendo pender os galhos sob tamanho peso [...] O entardecer do rio Araguaia, na época dos dias claros, nunca é repetição de outro dia, as *nuances* de cores e de gradientes, e silhuetas recortadas na aura avermelhada, são pinceladas que revolvendo o céu pintam sempre nova composição. As manhãs repetem as tardes em contraponto e no passar de minutos os dias bem-nascidos dissipam finas camadas de orvalho nos varjões, aquecem a suavidade da temperatura que propiciou a noite e sopram de leve, brisa imponderável que somente se sente na sombra das margens. É nessa hora que das margens se ouve confuso vozerio, entrecortado e rouco, ora como linguagem articulada, ora como zoeira de decibéis. O conhecedor da mata ou a vista bem aplicada levarão à identificação: são os bugius, macacos de vulto, negros guaribas que festivamente se reencontram e começam a catar seus frutos, amêndoas e castanhas, tarefas do dia inteiro. (BORGES, 1987, p. 32-33)

⁴¹ Estudou geografia, mas tornou-se médico de profissão. Exerceu a carreira na cidade de São Paulo. Para ele a escrita do livro *Rio Araguaia- Corpo e Alma* representou o amadurecimento na observação do mais interessante rio nacional. (BORGES, 1987).

Em uma linguagem pessoal e literária, relembra inclusive, as expedições de outros admiradores e exploradores da região araguaiana, como Couto de Magalhães, Rondon e Hermano Ribeiro da Silva. Sua relação com o Araguaia é de tamanha admiração, destacando suas múltiplas imagens, tendo como base as experiências vividas.

O rio da geografia, da história, dos contos e poesias, é também o rio da música. Para Marcos Napolitano (2002, p. 8), “A música, sobretudo a chamada “música popular”, ocupa no Brasil um lugar privilegiado na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional”. Sobretudo, porque a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais. Para completar, “ela conseguiu, ao menos nos últimos quarenta anos, atingir um grau de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental” (NAPOLITANO, 2002, p. 8).

Seguindo a trajetória de ampliar os elementos que dão sentido e representação ao Araguaia, encontramos, na música, uma vertente que canaliza a beleza de suas paisagens na poesia transformada em melodia. Por isso, destacamos alguns intérpretes das músicas que tratam do rio Araguaia, e levam através da melodia o imaginário dos encantos do rio a lugares que ultrapassaram as barreiras do estado de Goiás, tais como: Tião Carreiro e Pardinho com a famosa *travessia do Araguaia* (1975); Irmãs Freitas, com a música *canoeira do Araguaia* (1978); *meu rio Araguaia* de João Nitto e Marivan; Marcelo Barra - *meu Araguaia* (1981); e mais recentemente, interpretada por Amauri Garcia, a música *jeito goiano* (2013), utilizada em propaganda do governo de Goiás. Essa música enaltece a cultura e identidade goiana, além de destacar as várias belezas do estado, entre elas o rio Araguaia.

Nosso rio Araguaia é minha segunda casa
Olho pro seu sol poente
Vermelho que nem a brasa
Sou goiano de corpo e alma
Sou de cultivar a calma
Pescando na água rasa
(GARCIA; AUGUSTO; CARNEIRO, 2013).

Para Gratão (2007, p. 100), o valor moral e estético das músicas conferidas ao Araguaia, flui das falas, dos gestos, do coração, nos tons de voz e no jeito de olhar para o rio. Para esta autora, o rio é pura poesia que se “revela na voz do músico, do índio, do poeta, do missionário... cada personagem... revelando os elos afetivos com esse lugar”.

As concepções e os destaques da beleza do Araguaia são modelos de observação e interpretação da paisagem, e fornecem um rico material para compreensão do processo histórico

de formação do lazer na natureza, e esses modelos, apesar de inegáveis transformações, seguem desde então, basicamente a mesma tendência. Atualmente, a apropriação e ocupação desses lugares ultrapassam as motivações iniciais, agora imaginados para os dias de ócio ou férias, isto porque a natureza já apreendida, “autoriza” a ocupação de seus ambientes. A beleza e o amor despertados pelo Araguaia trouxeram a noção de sua paisagem, não pelas pinturas artísticas como as paisagens do Rio de Janeiro e europeias, mas sim pelas literaturas de viagens que classificaram e perceberam os cenários naturais que envolveram o Araguaia inicialmente. Em seguida, a representação do rio se manifestará por meio da poesia, música, e mídia televisiva.

Segundo Dias (2013, p. 62) “a insistente repetição de determinado esquema discursivo e econômico das trocas linguísticas acabam por transformar a representação em realidade”, fator capaz de construir um espaço social e simbólico. É o caso do rio Araguaia, uma região transformada ao longo do tempo pela exploração econômica, agricultura, pecuária e turismo.

Diante dessas análises, pensamos que apesar de ter sido descrito e sublimado, enquanto natureza na literatura e relatos de viagens por sua exuberante beleza natural, o Araguaia não foi utilizado de modo sistemático, com políticas de incentivo ao turismo para fins de lazer no século XIX e início do XX. Nesta fase, os indígenas e posteriormente os ribeirinhos o utilizavam para fins de diversão, mobilidade e pesca. Mas a representação descrita pelos viajantes e poetas enaltecera sua beleza de tal modo que foram capazes de contribuir e formar os primórdios para a apropriação do espaço no sentido de diversão, descanso e lazer.

A reinvenção, no modo de apreciar o ambiente natural do rio Araguaia, nasceu dos relatos de suas paisagens, da ressignificação do valor conferido a ele, por meio das experiências vividas e inventadas, transformadas em poesias ao longo dos anos. O lazer na natureza araguaiana seguiu uma tendência que vinha ocorrendo em outras partes do Brasil e do mundo.

3.2 A PRAIA: UMA DISTÂNCIA TEMPORAL E IMAGÉTICA DO RIO ARAGUAIA

Como a intenção desta pesquisa não é somente explicar o presente, mas também reconstruir um mundo mental anterior ao uso das praias para o lazer, buscamos compreender, pela lente do historiador francês, Alain Corbin (1989), como a arquitetura do mar e a infraestrutura dos territórios consolidados pela produção de praias despertaram o desejo social de frequentá-las. A fim de interpretar como ocorre a mudança de olhar em direção a um potencial turístico sobre as praias do rio Araguaia que passaram a ganhar status de *praia dos goianos* na atualidade, procuramos expor alguns pressupostos que fundamentaram as

percepções e os raciocínios do uso delas no início da época moderna na Europa e na contemporaneidade no Brasil. Segundo Bachelard (1997, p. 22), as águas, ainda que naturais, não cativam a princípio, “não despertam em nós uma emoção profunda, como fazem certas imagens, embora igualmente comuns, do fogo e da terra. Como as águas são fugidias, transmitem apenas uma impressão igualmente fugidia”. Para o autor, é o pensamento do homem enquanto imaginação, o fator para desenvolver a apreciação e valorização da água, neste caso, dos rios lagos e mares.

A investigação sobre os usos das praias é uma tentativa de delinear as implicações do relacionamento do homem com a natureza. Seus limites não se restringem somente à região do rio Araguaia, no estado de Goiás, pois, assim como o processo para consolidação social do uso das areias do rio Araguaia, para fins de lazer instituído ou voluntário, ocorreu de forma lenta e singular, o próprio interesse pelos espaços de praias do mar também o foi. De acordo com Corbin (1989), o interesse pelas praias do mar emergiu durante o século XVIII e mais visivelmente no século XIX, quando os discursos médicos se voltaram para a orientação sobre as benesses do banho de mar para a saúde, iniciados na Europa.

Em *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*, Corbin (1989, p. 11) relata que “a época clássica, com raras exceções, ignora o encanto das praias de mar, a emoção do banhista que enfrenta as ondas, os prazeres da vilegiatura marítima”. Isso porque, uma gama de imagens repulsivas criadas a partir de lendas marinhas, e seus monstros delineou o caráter demoníaco do mar que se concretizaram no imaginário por meio da literatura religiosa. A interpretação negativa mais pertinente desse imaginário remete particularmente ao dilúvio, presente no texto bíblico, nos livros de *Gênese*, encontrados tanto nos *salmos* como em *Jó*. No transcorrer do tempo, as características e os aspectos diluvianos também pautaram e reforçaram a ideia de mar tenebroso para além da religião, por meio das ciências e da arte que intensificaram os sinais claros do dilúvio bíblico. Na descrição dos textos da Grécia antiga, também são vários os relatos que retratam as cenas marinhas interpretadas por monstros e deuses mitológicos, “lugar de naufrágios, dos lamentos nostálgicos e também palco privilegiado dos adeuses e dos gemidos dilacerantes” (CORBIN, 1989, p. 23). Entre os gregos, o mar servia para além da morada dos deuses, à oceanografia para fins de navegação de sua costa. Notadamente as imagens repulsivas do mar “se enraízam num sistema de representações anterior à emergência do desejo da beira-mar” (CORBIN, 1989, p. 28).

Pouco a pouco, a contar da Renascença, a gênese de novas leituras e das novas práticas da paisagem litorânea entre 1660 e 1750, implicou perceber previamente a mudança em relação

à representação do mar e à exaltação das praias, desencadeadas por três fatores: “a Poesia Barroca por meio dos *cantos idílicos dos profetas* da teologia natural⁴², a exaltação das praias fecundas da Holanda, abençoada por Deus e a moda de viagem clássica às margens da Baía de Nápoles” (CORBIN, 1989, p. 29). Dentre as possibilidades de representação, destacamos a praia de Scheveningen, na Holanda.

Figura 26 - The Beach at Scheveningen 1658, Oil on canvas Staatliche Museen, Kassel/Adriaen's van del Velde.



Fonte: <http://www.wga.hu/frames-e.html?/html/v/velde/adriaen/beachsch.html>

É certo que jamais houve uma época, por mais rude e inculta que fosse, em que as pessoas não tenham admirado a paisagem de alguma forma. No entanto, a apreciação do cenário rural foi algo que dependeu do conhecimento prévio e dependia do atrativo do cenário campestre europeu retratado pelas pinturas paisagísticas. Thomas (2010, p. 375) diz que na realidade, a cena era chamada de “paisagem”, por recordar uma vista pintada; era pitoresca porque se parecia com uma pintura. Conforme este autor, desde pelo menos a década de 1680 havia um mercado estabelecido de pinturas de “vistas” para serem penduradas nas paredes das casas de classe média [...] de início, a maioria delas provinha da Holanda ou da Itália”.

A viagem à Holanda⁴³ despertou nos europeus – especialmente, ingleses e franceses - a admiração pelo oceano e o desejo de passear por suas praias, o atrativo da paisagem lembrava

⁴² Na França é chamada de teologia natural e, na Inglaterra, de físico-teologia. É o surgimento de uma fratura entre os sistemas populares de apreciação da natureza e as concepções de sábios religiosos, que lançam sobre o mundo exterior um novo olhar. Segundo Corbin (1989), a teologia natural, com efeito, implica uma educação do olhar e opera com sucesso a dissolução das imagens repulsivas inicialmente evocadas, mas também pretende fazer da observação do mundo natural hino à grandeza divina (CORBIN, 1989, p. 34-35).

⁴³ Na Holanda, o turista descobre uma paisagem graciosa que se ajusta ao código da estética clássica. Convém não esquecer que os paisagistas holandeses celebram inicialmente a beleza dos campos, dos bosques, rios e canais, antes de se voltarem para a do litoral marítimo (CORBIN, 1989, p. 46).

ao apreciador que a vista era pitoresca, assim como aquelas retratadas em uma tela. O turista do século XVIII ia a Scheveningen, antes de tudo para mergulhar numa dessas “cenas de praia”, representada nas telas, imagem que via em visitas anteriores nos museus, pois a gravura marcava em seu espírito o desejo de estar à beira mar. Antes, porém, devemos perceber que a pintura holandesa de marinhas, de sua criação no final do século XVI, e depois, a partir de 1665, levava pintores que acompanhavam as esquadras de guerra e desenhavam as batalhas ao vivo, registravam acontecimentos que têm mais a ver com a guerra do que com as praias, seus quadros enalteciam o perigo e excluía a linha da costa. Corbin (1989, p. 46) afirma que, “paradoxalmente, a pintura holandesa e a prática da viagem às Províncias Unidas contribuíram, no entanto, para a aprendizagem do olhar dirigido às praias do mar”, e a viagem à Holanda foi um modo de ensinar a apreciação coletiva do espetáculo do mar.

A princípio, a poesia e a literatura e especialmente [...]“os pintores e gravuristas flamengos, e depois holandeses, propõem-lhe um modelo de apreciação das dunas, da areia, da praia e das perspectivas costeiras” (CORBIN, 1989, p. 49). Nestas obras evocavam estar longe de se esgotar o desejo de viagem às praias holandesas por uma gama de viajantes oriundos da nobreza que difundiam a imagem de suas experiências por meio dos relatos de viagens que caracterizavam por meio do seu texto, a beleza da paisagem apreendida. Assim, o relato transforma a paisagem em local onde o novo viajante vai também querer estar e experimentar a experiência de que fala o autor anterior.

Segundo Ramos (2009, p. 36), “o brilho lançado no mar vindo do nascer do sol, as tempestades marinhas, o movimento das marés, o canto dos pássaros, o recorte da costa, com suas falésias, as largas faixas de areia, as pedras, as reentrâncias e as enseadas” possibilitaram associar a vida humana, de alguma forma, às paisagens à beira mar como criação social da admiração pela praia. Todos os códigos foram lançados para a apreciação da praia: a poesia, a literatura, as pinturas, os relatos de viagens e a boa educação, mas nada se compara ao discurso médico como impulsionador da importância do contato com a natureza para fins de saúde e sutil terapêutica da alma. Corbin (1989) mostra em sua análise que os banhos de mar⁴⁴ fazem parte das táticas lutas contra a melancolia – definida nos séculos XVI e XVII como doença da alma e do corpo.

O afluxo de *curistas* às praias de mar, que se inicia por volta de 1750, visa aliviar uma angústia antiga; faz parte das táticas de luta contra a melancolia e o spleen, mas

⁴⁴ Os banhos de mar foram cooptados pelo modelo franco-britânico e isso significa reconhecer, que o modelo aristocrático originário da Inglaterra e da França dos séculos XVII e XVIII acabou por determinar em todo o continente europeu, os códigos de conduta e apreciação das praias. Sua suposta data de invenção data o ano de 1750 (CORBIN, 1989, p. 95).

responde também ao desejo de acalmar as novas ansiedades, que, ao longo do século XVIII, se propagam e se revezam no interior das classes dominantes. É exatamente o que faz o abundante discurso médico consagrado às virtudes da água fria do mar e, sobretudo, às vantagens do contato com as ondas e da vilegiatura costeira. Médicos e higienistas exprimem o receio e o desejo juntamente com o conhecimento científico; seu discurso produz, assume ou codifica práticas que, mais tarde, haverão de escapar a seu controle. (CORBIN, 1989, p.69)

O historiador francês examina as colocações de Burton⁴⁵ que aconselha uma série de práticas como, jogos, pesca e outras recreações que integra a alegria e vigor a uma terapêutica. Admite a circulação social das práticas, juntamente ao banho de mar ou de rio que “até então era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação”. Corbin suspeita ter sido favorecida à época de Burton a emergência do banho de mar terapêutico e relaciona ao menos na origem e na constituição do que hoje conhecemos como banho de mar.

Se no século XVIII o banho de mar era prescrito para cura da melancolia (depressão), no século XIX sua prescrição era indicada, também, para cura de vários males, o que possibilitou um novo universo de prazeres e diversão para homens e mulheres. No ambiente de praia, Corbin descreve que as moças ficavam com os tornozelos a mostra, cabelos soltos e quadris desenhados pelas vestes. Já para os homens, “a prática que se convencionou chamar de natação”, independente da prescrição médica, salienta Corbin (1989, p. 90). É importante lembrar que nas praias europeias do século XVIII não se ficava ao sabor do sol, mas caminhavam e conversavam muito. Na praia moderna, o convívio social e a arquitetura do mar vão possibilitar de vez a consolidação desses espaços de fruição. Em relação ao Araguaia, frequentá-lo para fins de lazer, reunir-se com familiares e amigos para conversas descontraídas, tornou-se uma das principais atividades das temporadas de férias, afirmaram os frequentadores dos acampamentos⁴⁶. Nas praias do rio, constantemente aparece na fala dos banhistas, aspectos que representam um fim terapêutico, tais como, paz de espírito, *anti-stress* e reconforto, como se voltassem para suas cidades de origem com suas energias revigoradas.

3.2.1 A fruição das praias no imaginário brasileiro e seus reflexos na praia do Cerrado

No Brasil, os banhos de mar e de rio faziam parte do costume dos povos indígenas e foi percebido pelos primeiros colonizadores, vindos do *Velho Mundo* em busca das riquezas da

⁴⁵ Robert Burton em 1621 publicou *História da melancolia*, que exerceu uma enorme influência sobre o comportamento dos aristocratas britânicos. Burton aconselha a viagem, temporadas alternadas na cidade ou no campo e reconhece que o litoral proporciona um clima salutar, mas não pensa ainda em fazer dele um lugar de passeio ou vilegiatura. (CORBIN, 1989, p. 71).

⁴⁶ Um questionário foi aplicado em alguns acampamentos no rio Araguaia na região entre Itacaiú e Aruanã, nos períodos de julho de 2015 e julho de 2016, com objetivo de compreender a representação que os sujeitos fazem sobre o rio atualmente.

terra recém descoberta. Os vestígios da alegria dos povos nativos marcaram os escritos dos viajantes e cronistas da época, sempre divididos entre o fascínio e a censura dos costumes de seus habitantes. A cultura da praia e o começo da produção dos espaços praias no Brasil datam do século XIX, sendo mais predominante no Rio de Janeiro. Para os primeiros portugueses, a Orla Marítima do Rio de Janeiro não passava de um local onde ficavam os embarcadores de mercadoria, servindo para a observação da costa e no máximo para a contemplação da natureza.

O uso das praias do mar como área de lazer foi uma conquista bastante lenta e dependeu de uma forte mudança de hábitos por parte da população. Influenciada, sobretudo, pelas virtudes terapêuticas anunciadas pelos médicos europeus e acentuadas por Dom João IV que “Certa vez, foi picado por um carrapato na fazenda de Santa Cruz, onde passava o verão. O ferimento do monarca inflamou e causou febre, os médicos recomendaram-lhe banho de mar” (GOMES, 2009, p. 152). Para reproduzir a prática em território brasileiro, o príncipe adquire uma quinta no Rio de Janeiro, nas proximidades do Palácio São Cristóvão, na Praia do Caju, onde o mar era limpo e cristalino e as areias brancas. O monarca mandou construir uma caixa de madeira, como se fosse uma banheira portátil com dois varões transversais e furos laterais, sustentada por escravos por onde a água podia entrar. O “rei permanecia ali dentro por alguns minutos para que o iodo marinho ajudasse a cicatrizar a ferida” (GOMES, 2009, p. 152).

Somente no século XX os banhos de mar e a fruição das praias vão se consolidar no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, por ser a primeira cidade a reproduzir a moda europeia e a polarizar tais costumes para o resto do país. O modelo se intensificou em grande parte da orla brasileira e a utilização desse espaço aumentou ao longo desse século, de modo que todas as capitais de Estados litorâneos cresceram abruptamente e em larga escala. A historiadora Claudia Braga Gaspar, em seu livro *Orla Carioca: História e cultura* (2004) faz um resgate sobre a temática, com base em documentos oficiais, iconografias e outras fontes bibliográficas, descobrindo que apesar de Dom João IV (por volta de 1810) e o inglês William Gore Ousley⁴⁷ (na década de 1830), terem importado essa prática ainda na primeira década do século XIX, durante o Segundo Reinado, os banhos de mar eram utilizados apenas para fins de saúde. A fruição da praia só foi consolidada enquanto local de lazer, no Rio de Janeiro, a partir de 1950 e a exposição ao sol em trajes de banho como o biquíni teve que esperar até os anos de 1970. Pois, em 1960 “[...] no governo de Jânio Quadros, um decreto-lei do presidente tentaria proibir o biquíni em nome da moral e dos costumes praianos” (GASPAR, 2004, p. 46).

⁴⁷ Consta no livro *O Rio de Janeiro de Antanho*, de Affonso Escragnolle Taunay apenas uma descrição desse ilustre visitante que aqui esteve na década de 1830 e banhou-se na praia de Botafogo (GASPAR, 2004, p. 32).

No Rio de Janeiro, os esportes praianos surgiram “a reboque” dos banhos de mar, já no final do século XIX surgiram os clubes de regatas - o preferido, depois a natação, “dali por diante, os esportes ao ar livre passaram a ser os sinais de vitalidade pessoal e modernização” enquanto *surf*, frescobol, futebol, o vôlei e a pesca submarina vão aos poucos conquistando espaço à beira mar e assim chegamos ao século XX.

Quando a praia parece aberta a todo tipo de esporte e versões de si mesma, introduz a sua representação para a orla de outras capitais inclusive para o Araguaia, a praia do Cerrado. No período de férias, todos os elementos e símbolos da cultura litorânea se encontram nas margens do rio. A reprodução não deixa dúvida, o rio deu praia. A Caminhada Ecológica⁴⁸ passou a desenvolver o papel de embaixatriz da abertura de temporada de férias no Araguaia, muito embora seu discurso seja de preservação ambiental.

Figura 27 - Caminhada ecológica.



Fonte: O Popular, 2016.

A caminhada acontece com o apoio do grupo Jaime Câmara, O popular, Governo do Estado, Universidade Federal de Goiás e empresas privadas. Ocorre todos os anos no mês de julho e percorre pontos e cidades turísticas, saindo de Goiânia e terminando num banho de rio, no porto de Aruanã, cidade idealizada como portão de entrada das praias, como mostram as imagens seguintes.

⁴⁸ A Caminhada Ecológica surge em 1990, iniciada por Antônio Firmino de Lima (o seu Donca). Posteriormente a caminhada tomou forma de projeto institucional, apropriada pelo jornal *O Popular* de Goiás, que se tornou o maior evento do gênero na América Latina. Segundo as informações do site da Caminhada Ecológica, hoje ela “se constitui num verdadeiro grito de alerta pela natureza, em especial, pelo Rio Araguaia e o Cerrado brasileiro” (CAMINHADA ECOLÓGICA, 2016). <http://www.caminhadaeco.com.br/historico/>

Figura 28 - Jet sky no porto de Aruanã 2010.



Fonte: Freitas Nasser “sem data”.

Figura 29 - Figura campeonato de caiaque/ Itacaiú- 2015.



Fonte: Carla Edieni.

Figura 30 - Acampantes jogam vôlei em fim de tarde no Araguaia. Região de Itacaiú /2016.



Fonte: Carla Edieni.

Figura 31 - Pesca esportiva no Araguaia.



Fonte: G1.globo.com (2015).

Figura 32 - Temporada de praia em Aruanã(GO) / Figura 33 - Copacabana, Rio de Janeiro 2016.



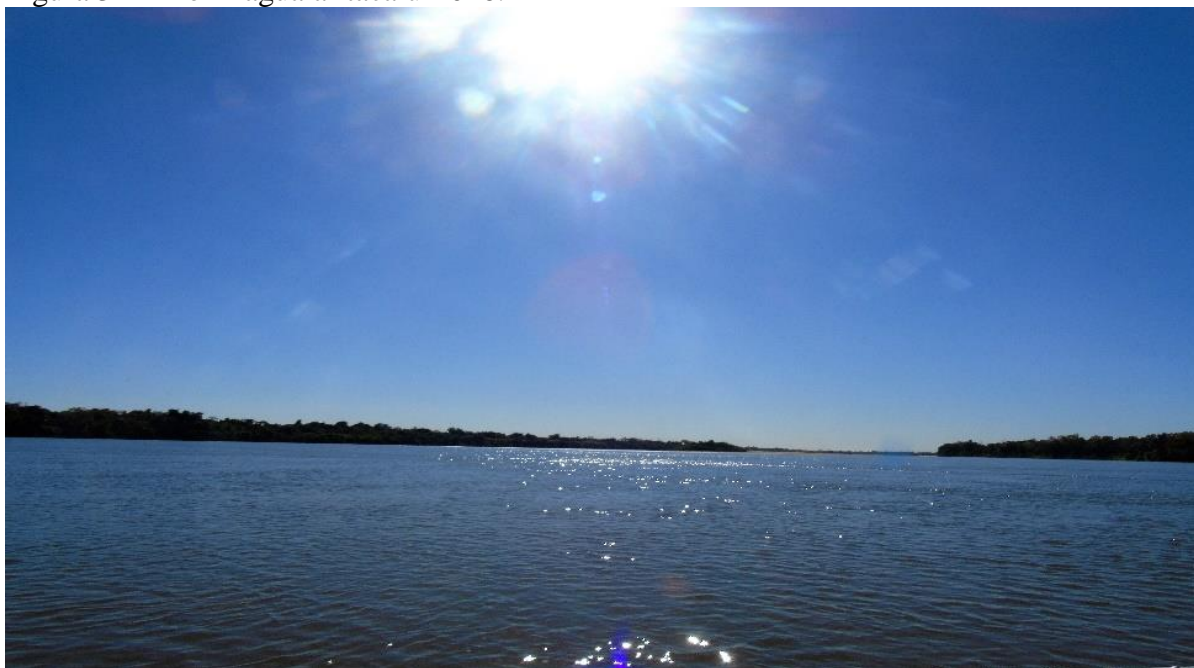
Fonte: ohoje.com in: www.google.com.br/search



Fonte: Agência Brasil.

Esse padrão de convívio à beira mar, tornou-se um fomento para a utilização das praias do Araguaia em situação tardia. No entanto, peculiar, dada a circunstância de ser um rio e não mar, mas anunciada igualmente como praia e lugar de lazer. Assim, suas diferenças são marcadas menos pelo uso, do que por suas feições naturais, sendo que o elemento mais importante, capaz de fazer uma ligação do rio Araguaia com as praias do mar é a água.

Figura 34 - Rio Araguaia Itacaiú-2016.



Fonte: Carla Edieni.

No livro, *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria* de Gaston Bachelard (1997) a água é apresentada como um símbolo psicológico. Segundo sua reflexão [...] “A água é objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza”. A água é essencial, pois ela marca o inconsciente de tal modo que fica impregnada de forma mitológica por meio das obras poéticas. Bachelard (1997) defende que a água aparece como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz. Mais que nenhum outro elemento, talvez a água seja uma realidade poética completa, uma poética da água, “apesar da variedade de seus espetáculos, tem a garantia de uma unidade. A água sugere ao poeta uma obrigação nova: a unidade de elemento. Na falta dessa unidade, a imaginação material” (BACHELARD, 1997, p. 17).

Em Goiás, talvez o que exista de mais autêntico no uso de banhos terapêuticos esteja relacionado a Caldas Novas⁴⁹, em que mitos e lendas povoam o imaginário dos primeiros

⁴⁹ Município localizado no sudeste goiano, a 174 km de Goiânia. Uma das hipóteses para a origem das águas quentes em Caldas Novas remete a 600 milhões de anos, quando um vulcão, hoje extinto, ainda expelia lavas

desbravadores e viajantes que por lá passaram. O francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua *Viagem à Província de Goiás* em 1819, antes mesmo de conhecer o local pessoalmente, ressalta que estava prestes a visitar as águas minerais conhecidas por Caldas Novas e Caldas Velhas, “cujas qualidades eram decantadas, principalmente para o tratamento de doenças da pele”. Saint-Hilaire relata que foi Martinho Coelho que descobriu, em 1777, as águas termais de Caldas Novas, mas elas permaneceram desconhecidas durante muitos anos e somente depois das viagens feitas pelo Capitão-geral Fernando Delgado para ali se tratar, é que as pessoas começaram a frequentá-las.

[...] Essas águas gozam de grande fama em Goiás, no tratamento de moléstias de pele e de vários tipos de males. Quando por ali passei havia uma dezena de enfermos banhando-se em Caldas Novas, todos pertencentes a famílias pobres de Meia Ponte, Santa Luzia e Bom Fim. Às vezes, porém, costumam aparecer ali doentes de Mato Grosso e até mesmo do Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 114)

As fontes termais descritas por Saint-Hilaire foram consideradas “milagrosas” por serem procuradas por vários doentes dos mais longínquos rincões em busca de cura. Outro viajante europeu, o conde de Castelnau – naturalista inglês, a serviço da França – em *Viagem a Caldas Novas* chegou a afirmar que, “O Sr. Dr. Faivre publicou em 1844, no Rio de Janeiro, uma análise muito interessante destas águas, tão célebres no país, como capaz de curar a lepra” (CASTELNAU, 1982, p. 31). Devemos observar aqui o sentido de limpeza da alma e naturalmente da cura do corpo, como vinha ocorrendo na Europa com os banhos de mar. No entanto, assim como ocorreu com as praias do litoral e as praias do Araguaia, a cidade de Caldas Novas passou por um processo de transformação adequado ao turismo a partir dos anos 1970.

A praia seria então, a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade. Se a atração inicial pelos banhos de mar no Rio de Janeiro foi exercida em virtude da saúde do corpo e da mente, no rio Araguaia a atração foi também por conta da pesca, considerada uma “terapia salutar para os bons amantes deste prazer” (LEÃO⁵⁰, 2004, p. 23). A pesca no Araguaia, vista como esporte, deu origem a diversas outras atividades que remetem o uso do rio como praia. Especialmente a prática cultural de acampar, pois sua característica predominante servirá para

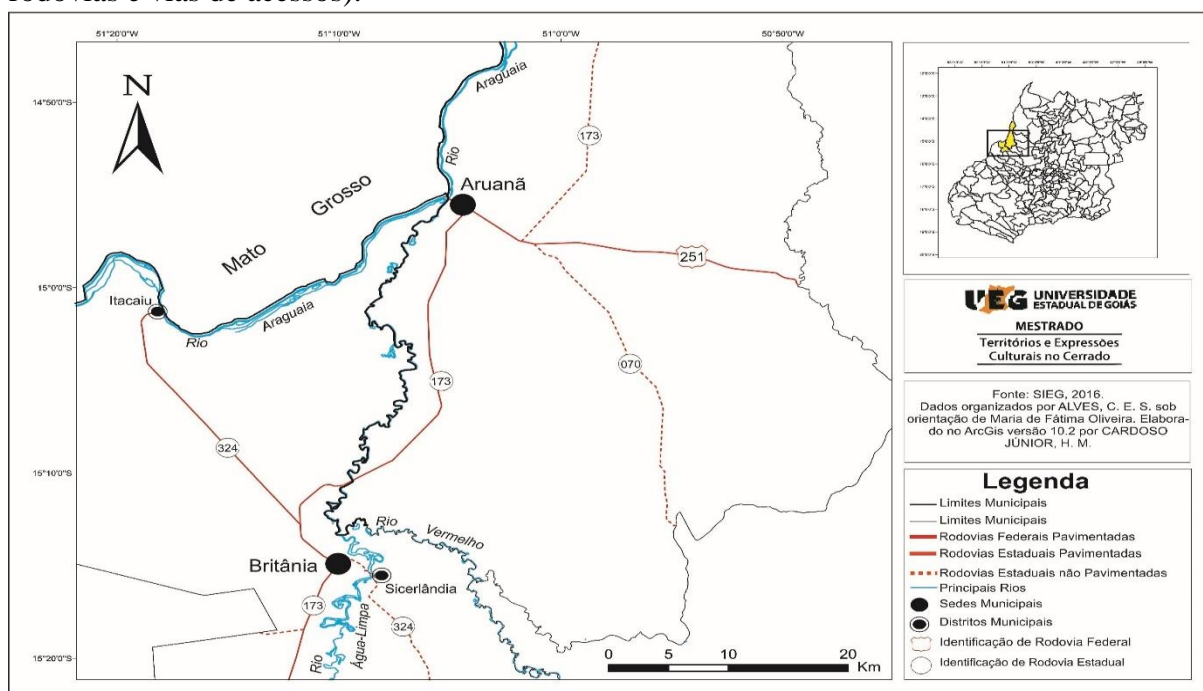
cinzas e muitos gases. Com o passar do tempo, erosões e fortes chuvas teriam soterrado a borda e o grande calor e pressão internos teriam produzido rochas duras na base da montanha, e através delas seria expelido vapor d’água. Em 2000 os estudos feitos pelo Instituto de Geociências da universidade de Brasília apontaram a inexistência de rochas vulcânicas — os estudos isotópicos e termométricos concluíram que as águas termais provêm de águas de chuva que são levadas a uma profundidade da ordem de 1000 a 1500 m, aquecidas pelo grau geotérmico e ascendem através das rochas metamórficas pré-cambrianas (SOUSA, 2011, p. 13-14).

⁵⁰ Felisdeu Leão escreveu o livro intitulado “canoeiros do Araguaia” onde narra histórias vividas nas águas do rio Araguaia. Afirma ser frequentador do rio, desde a década de 1970, e relata em sua literatura que todos os anos reunia a família e amigos para acampar nas margens do rio. Ao todo o autor afirma ter levado mais de 50 famílias para pescar e apreciar as belas praias do Araguaia (LEÃO, 2004).

implementação de programas regionais de turismo empreendidos pelo governo nas décadas de 1980 e 1990, na esfera estadual com o governo de Iris Resende, como analisado no tópico seguinte.

3.3 RIO ARAGUAIA: UM PROTAGONISTA NA MÍDIA

Figura 35 - Mapa de localização da pesquisa de campo – entre Itacaiú- e Aruanã (principais rodovias e vias de acessos).



Fonte: IBGE 2016.

Compreender como a mídia influenciou e influencia o público, na decisão de frequentar o rio Araguaia como área de lazer, é o nosso objetivo, nesta parte da pesquisa, lembrando que os meios de comunicação se desenvolveram dentro de um ambiente mercadológico e de produção industrial capaz de acelerar o consumo de mercadorias, produtos e serviços. Para a discussão da influência da mídia no incentivo ao uso das praias do Araguaia como áreas de lazer, recorreremos às ideias de Tânia Regina de Luca, por contribuir e problematizar as implicações do uso dos jornais impressos na pesquisa histórica.

Buscamos ainda, Pierre Bourdieu (1997), em seu livro *Sobre a televisão* para mostrar os mecanismos e discursos exibidos na TV – segundo seus argumentos a mídia “expõe um perigo às diferentes esferas de produção cultural”. Para complementar, também recorreremos ao jornalista Eugênio Bucci (1997), por tratar em seu livro *Brasil em tempo de TV*, de uma análise de parte da nossa história por meio das “mercadorias culturais”, quando sustenta que o espaço

público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. O autor afirma que dentro desses limites, impostos pela mídia, “o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. Diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos esportivos, choram unidos nas tragédias, [...] divertem-se e se emocionam” (BUCCI, 1997, p. 11). Portanto, sua interpretação e crítica ao jornalismo é uma importante contribuição para mostrar como a mídia e o jornalismo contribuíram para formar a opinião que transformou o rio em praia do Cerrado.

Ao tratar do jornal impresso, a historiadora Tania de Luca (2005) confirma que até 1970, a utilização de periódicos impressos como fontes de pesquisas, por parte da historiografia brasileira, foi vista com desconfiança. Contudo, o crescimento significativo do seu uso como fonte na pesquisa de vários objetos trouxe contribuições para as novas pesquisas. Neste estudo, seu uso foi importante, pelo fato de ser uma das principais fontes históricas a retratar o rio como praia dos goianos. Suas manchetes propagam o rio pela mídia impressa, em um momento decisivo da apropriação do seu espaço para o lazer. Muito embora ponderamos que nem sempre a independência e exatidão dominem o conteúdo editorial, por ser caracterizado frequentemente como tendencioso.

O jornal *O Popular*⁵¹ é destacado, nesta pesquisa, por ser um dos principais veículos de comunicação de massa com grande representatividade e por se tratar do jornal impresso de maior circulação na capital e no interior do Estado. Sendo assim, demandou uma investigação amparada, sobretudo, por pesquisa documental, por ser necessário levantamento e análise das reportagens sobre o lazer no Araguaia publicadas a partir dos anos de 1990.

Com base na análise das reportagens, verificamos qual a contribuição da mídia para transformar o rio em praia, ou seja, conferir se suas informações contribuíram e influenciaram os agentes por meio de suas manchetes valendo-se da função social da comunicação. Visto que, a maioria dos fatos não remete necessariamente à realidade, no entanto, ganha consistência e repercussão gerados pela opinião pública. Entendemos que o veículo escolhido possui categorias de totalidade, mediação e alienação presentes nas relações sociais construídas com base em fatores políticos, econômicos e culturais.

⁵¹ Jornal pertencente ao grupo Jaime Câmara- empresa de comunicação atuante nos Estados de Goiás e Tocantins (opopular.com.br).

Figura 36 - Jornal O Popular anuncia que o rio - praia - já é do turista em 1996.



Fonte: O Popular 1996

Figura 37 - Em 2003 o Jornal O popular vincula na mesma página lazer e preservação ambiental.



Fonte: Jornal O Popular

Figura 38 - O Popular 1996 noticia a falta de preservação do Araguaia, belezas naturais e investimento no turismo.



Fonte: Jornal O Popular 1996.

No jornal acima pesquisado, observamos que, desde suas primeiras referências ao Araguaia, ele apresenta uma espécie de dualidade ao noticiá-lo. Constantemente em suas matérias é destacada a relação reconfigurada do homem com o rio em uma espécie de dicotomia, ora um chamamento para o lazer no ambiente transformado e artificializado, ora atribuindo culpa aos homens pelos constantes problemas ambientais.

Para Borges (2013, p. 35), as análises jornalísticas ambientais, além de rasas, recaem em abordagens sensacionalistas que noticiam ações individualizadas e não questionam ou abordam o cerne da problemática, alicerçado na razão desenvolvimentista. A escolha de um jornal como objeto de estudo, justifica-se, justamente por entender-se que a imprensa é fundamentalmente um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”. Luca 2005 (p. 118) garante não se tratar simplesmente de um “transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”. A mídia, neste sentido, seria um reforçador do imaginário das novas relações e significados atribuídos ao objeto, neste caso o rio Araguaia.

Segundo a geografa Rosana Maria R. Borges, no jornalismo, a imagem é mais do que um recurso: é um aporte que constata, confirma, estabelece vínculos com o leitor, traz para ele os acontecimentos, o cenário ou alguma forma de ação que foi abordada no decorrer do texto. “Ela é tão importante que fundou uma ênfase da formação profissional e um campo de atuação: o fotojornalismo” (BORGES, 2013, p. 29).

A significação dada ao rio Araguaia pelos veículos que o noticiam lhe atribuem valores material e simbólico na forma que ele é apropriado na atualidade – ou seja, como praia e lugar de lazer, de tal modo que a mídia fortalece um viés hegemônico que direciona a forma de enxergá-lo e, portanto, influencia na formação das representações e dinâmicas da apropriação. Borges (2013, p.102) reitera que no mundo contemporâneo, isso se desdobra em tensões e contradições, especialmente porque a configuração mundial que se vê na atualidade é marcada por “migrações de culturas e fluxos comunicacionais que promovem dissonâncias entre o que é globalmente difundido, e o que é localmente experienciado e relacionado ao presencial”. Segundo esta análise, as experiências passam a ocorrer consoante aos conteúdos mediados pelos meios de comunicação e suas interações.

Atualmente o Araguaia vive uma hibridez cultural, mistura cultura goiana, ou seja, os banhos de rio com a cultura dos banhos de mar. Peter Burke (2008) exemplifica, por meio dos

artefatos híbridos, que é possível perceber características de inovação, efeitos equivalentes e assimilações, existe uma total recusa à imitação pura e simples (BURKE, 2008, p. 27-28).

Os banhos de rio estão no imaginário dos brasileiros e permeia as memórias de infância dos goianos, José Mendonça Teles ao referir-se aos seus banhos no rio Meia Ponte, disse: “Há sempre um rio correndo na minha memória”. Em um de seus mais famosos poemas, *ser goiano*, Teles (2010) afirma que “o goiano histórico sabe que o Araguaia não passa de um “corgo”, tal a familiaridade com os rios” (TELES, 2010, p. 1).

As interações mediadas pelos jornais ajudaram a formar a hibridez na forma de apropriação do Araguaia para o lazer, mas o gosto pelo banho de rio já fazia parte da cultura goiana. O rio experimenta um novo impacto de um moderno simbolismo, uma auto formação está sendo associada àquilo que havia antes, o acesso das pessoas aos locais de lazer agora se distancia da sua vida cotidiana e a representatividade mostrada nos jornais, cada vez mais apresenta ao leitor o rio como a praia do Cerrado.

Segundo o jornal *O Popular* (2016), somente em Aruanã, recebeu-se em média 300 mil turistas na temporada de férias. Em Itacaiú, o Corpo de Bombeiros (2016) confirmou que em 2015 passaram cerca de 10 mil pessoas naquele porto. O Araguaia passou a receber mais turistas desejosos de lazer na natureza, não somente a natureza para fins de contemplação e pescaria, mas sua procura se dá em virtude da apropriação de suas praias, pelos acampamentos festivos e alegres, regados a cervejas, jogos e esportes, bares, lanchonetes, brinquedos náuticos, shows, rede hoteleira e badalações que agitam as principais cidades e povoados de acesso ao rio como: Aragarças, Aruanã, Britânia Bandeirante e Luís Alves. O drama debatido em favor da preservação é ocultado pelas chamadas ao lazer e desenvolvimento do turismo como mostram as páginas abaixo.

Figura 39 - As manchetes destacam, preservação, esportes náuticos e os acampamentos nas praias no Araguaia- 1996.



Fonte: Jornal *O Popular* (pasta 367).

Figura 40 - Jornal O Popular mostra a expectativa de visitantes na temporada “rota sol” 2003.



Fonte: Jornal *O Popular* (pasta 379).

As manchetes do jornal *O popular*, em diferentes períodos, faz chamadas parecidas, anunciam o Araguaia como a “rota do sol”. Afirmam que apesar das baixas temperaturas, “milhares” de goianos se preparam para aproveitar até o fim do mês de julho, um inverno de dias quentes e noites frias, nos milhares de quilômetros de praias de areia branca do vale do Araguaia, de água doce e lendas como a do boto-cor-de-rosa, O “mar dos goianos”, frisa o texto. Para o leitor do jornal, anualmente ao se aproximarem as férias de julho, e durante esse período, a importância atribuída pelo jornal ao Araguaia é uma constância. O leitor recebe sutilmente palavras de ordem do jornal para a temporada no Araguaia, tais como: “arrume as malas”, “venha conosco”, “programe-se, “fique por dentro” etc. Ao propor o Araguaia como lugar de férias e lazer, a comunicação se condensa em sistema social, e dispõe estratégias racionais para inserir os indivíduos no contexto coletivo da praia dos goianos, oferecendo-lhes assim, sentidos e identidades.

Segundo Umbelino Filho (2013), mestre em comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), há na mensagem um conjunto de informações presentes e ausentes “isso significa que o texto funciona como um quadro de presenças e ausências que, se observa de longe, deixa entrever em sua estrutura os perfis de um autor e de um leitor”. No texto escrito jornalístico, existe o *leitor ideal* ou a imagem do público, geralmente “é um sistema simbólico que precede o texto, o argumento, o discurso, e se encontram na construção social da realidade” (UMBELINO FILHO, 2013, p. 39). De acordo com seu argumento, em outras palavras, o jornal

exerce um papel seletivo e executa uma sedutora expectativa nos leitores, por vezes pelo que “diz quanto para o que não diz”.

Entendemos então a partir da premissa de que as construções jornalísticas de realidade sobre o rio Araguaia são socialmente ideológicas, que embora a imagem construída seja formada no âmbito individual, só se consolida quando encontra a coletividade, “[...] nesse sentido, as construções do real encontram convergência social na estrutura que se convencionou chamar de *identidade*” (UMBELINO FILHO, 2013, p. 52). Na atualidade, a goianidade que vai de encontro ao Araguaia seria então, a construção de si mesma vinculada à construção de um outro, e que só se torna legítima e real porque nunca ocorre isoladamente, mas sempre em conjunto. Em Hall (2014, p. 24), a identidade seria uma construção de si mesma, “algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre sendo formada”[..].

Concordando com Bucci, Pimentel (2012, p. 30) diz que “é através da televisão que o brasileiro vai se vendo, construindo e reconstruindo o Brasil. O caráter universal da transmissão da TV, impôs um jeito genérico de ser brasileiro representado através das telenovelas e do jornalismo”. No caso brasileiro, isso ocorreu primeiro com as novelas e mais recentemente com o telejornalismo. É pertinente então dizer que é pela TV, que parte considerável da população brasileira é informada dos acontecimentos que envolvem sua cidade, Estado, País e o mundo. Nessa perspectiva, a relação do consumo, como um processo sociocultural, ocorre pela apropriação e uso de produtos, assim como bens simbólicos – comportamentos e assimilação - mediados pelos meios de comunicação em um processo de valorização. A televisão funciona como um meio de aproximação da publicidade com a sociedade, influenciando nos hábitos e valores do telespectador. Por sua vez, a telenovela, por alcançar alto índice de audiência, recebe lugar de destaque na programação e tem papel importante ao ditar moda e influenciar o comportamento das pessoas. “[...] A televisão dos anos 50 pretendia-se cultural e de certa maneira servia-se de seu monopólio para impor a todo mundo produtos com pretensão cultural etc.” (BOURDIEU, 1997, p. 68). Formar os gostos do grande público tornou-se uma missão, e segundo Bourdieu (1997), era uma espécie de *talk-show*, fatias de vida, exposições cruas de experiências vividas.

A partir da década de 1990, a televisão brasileira passou a assumir um papel mais importante que o rádio e o próprio jornal impresso, “a partir dessa década a representação do real tornou-se mais importante que o próprio real” (PIMENTEL, 2012, p. 62). Em se tratando

da representação do rio Araguaia, a década de 1990 deu mais visibilidade nacional a ele por meio da novela *O Rei do Gado*⁵², escrita por Benedito Ruy Barbosa. A produção da novela foi dividida em duas fases: a primeira – nos primeiros capítulos da novela- mostrou o declínio do ciclo do café e a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial; a segunda fase mostrou a modernização e a riqueza do interior paulista por meio da cidade de Ribeirão Preto- SP. A capital São Paulo e a região do Araguaia serviram de cenário para a trama da novela que trazia como *pano de fundo* a questão latifundiária e a reforma agrária no Brasil. Nesta representação, o Araguaia foi colocado como um lugar de refúgio para “o rei do gado”, Bruno Mezenga, personagem do ator Antônio Fagundes. A representação do rico fazendeiro de Ribeirão Preto- SP, era uma ostentação da riqueza. Na trama, sua visitação à fazenda do Araguaia se dava por meio de um jatinho e um *mar de cabeças de gado* aparecia concorrendo com a bela paisagem do rio. Natureza e agronegócio dominavam a cena do horário nobre da rede globo em 1996. Sobre esse aspecto, uma fala chama a atenção na cena nº 68, quando o rei do gado chegou à fazenda do Araguaia e perguntou como estavam as coisas por lá. Zé do Araguaia, personagem de Stenio Garcia, representante de uma vida simples, com características de ribeirinho do Araguaia responde: “Os boi continua tudo vivo e o rio continua no mesmo lugar...” dando ênfase a sua paixão pelo rio. Em relação à questão indígena, a novela apenas tocou muito sutilmente no assunto por meio do interprete Pedro Gabriel – indiozinho uerê. Na trama Zé do Araguaia e Donana, personagem de Bete Mendes, tinham a responsabilidade de representar o clima bucólico da vida rural e ribeirinha da região central do Brasil.

Figura 41 - Cena de Patrícia Pillar no rio Araguaia na novela O rei do gado - 1996.



Fonte: google.com.br

⁵² É uma novela brasileira produzida pela rede globo e exibida no horário das 20 horas entre 17 de junho de 1996 e 14 de fevereiro de 1997. (GLOBO.COM, 2016).

As cidades de Aruanã e Luiz Alves em Goiás foram utilizadas como polos de produção da novela, e as paisagens da região do Araguaia onde ficava uma das fazendas do personagem de Antônio Fagundes, era uma área formada por ecossistema típico do pantanal, da floresta amazônica e do Cerrado goiano, palco que abrigava extensa diversidade da flora e fauna, divergindo com a criação de gado. A novela exibida entre 17 de junho de 1996 e 14 de fevereiro de 1997 atingiu um grande índice de audiência (MEMÓRIA GLOBO, 2016).

Em 2009, o Araguaia aparece em rede nacional novamente como matéria especial no telejornal *Jornal Hoje* da rede Globo, no dia 24 de julho, no quadro *Tô de folga*⁵³, como um dos destinos que não pode faltar na agenda das pessoas que pretendem viajar nas férias de julho. Na chamada do jornal, o apresentador Evaristo Costa anuncia que o telespectador “vai conhecer o rio Araguaia na bacia amazônica, um passeio ideal para quem gosta de floresta, bicho, índio e pescaria”.

Figura 42 - Aruanã temporada de férias 2016.



Fonte: Carla Edieni.

A reportagem foi feita pela afiliada da Rede Globo – TV Anhanguera- nela a jornalista Lila Nascimento, deu um roteiro de como chegar a Aruanã pelas principais rodovias do estado de Goiás, partindo de Goiânia. O argumento da matéria mostrou que a região passou a atrair gente de todo o mundo, por ser um cartão postal do Brasil, exibiu as belas praias, serviços de barqueiros para a prática de pesca, os acampamentos como as opções mais procuradas para hospedagens, pousadas e restaurantes na cidade. Segundo a reportagem, a cidade de Aruanã

⁵³ O quadro *Tô de folga* é fixo e vai ao ar semanalmente, as sextas feiras no Jornal Hoje. Ele apresenta destinos turísticos para quem está de férias ou vai descansar no final de semana. Mostra reportagem de todo o país e ainda de localidades no exterior. A reportagem é feita pelas equipes das emissoras afiliadas ou correspondentes internacionais da Rede Globo. (PIMENTEL, 2012, p.72).

recebe cerca de 300 mil turistas nesta época do ano. Nos anos posteriores, essa mesma forma de apresentar o rio como área de lazer mostrada no JH, tornou-se frequente nas emissoras locais, especialmente na TV Serra Dourada- SBT e TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Goiás.

Não por acaso outra telenovela brasileira estava dando seus primeiros passos de encontro ao rio neste período. Tratava-se de uma representação ficcional que daria grande visibilidade ao rio como área de lazer, *Araguaia*⁵⁴, exibida no horário das 18 horas, entre 27 de setembro de 2010 e 8 de abril de 2011 pela rede Globo, escrita por Walter Negrão, Jackie Vellego, Renato Modesto, Júlio Fischer, Alessandro Marson e Fausto Galvão. Assim como *O rei do gado*, a novela *Araguaia* foi dividida em duas fases. A primeira trouxe como pano de fundo a Revolução Farroupilha, a questão dos indígenas – por meio da tribo fictícia *Karuê* e também retratou as mulheres estancieiras durante a guerra no Rio Grande do Sul em 1845. A segunda fase – na atualidade- envolveu o cenário de beleza e complexidade do rio Araguaia à uma maldição indígena, o turismo e a criação de gado nas margens do rio.

A novela *Araguaia* levou o rio a uma experiência estratégica ao exibir seu ambiente de beleza “para tanto, desconvenacionaliza a categoria ficcional do espaço, ao explorá-la. Os lugares por onde transitam as personagens, mais do que pano de fundo para ações propulsoras de um intrincado enredo, funciona, por um lado como alicerces” (NUÑES, 2010, p. 13). Neste caso, a novela adquiriu materialidade representando as relações sociais no interior do Brasil. Sua construção, aspectos e os dados evocados confirmam a ideia de que “o espaço é, em si, uma abstração das realidades em que nos movemos” (NUÑES, 2010, p. 13).

Figura 43 - Logomarca da novela Araguaia / Figura 44 - Ator Murilo Rosa em cena nas margens do Araguaia- 2010.



Fonte: memoriaglobo.globo.com/

⁵⁴ Foi indicada ao *Emmy* Internacional de melhor telenovela em 2011. Contou com a participação de atores como Lima Duarte, Murilo Rosa, Cléo Pires, Milena Toscano, Júlia Lemmertz, Laura Cardoso entre outros.

Na trama desta novela, novamente a exploração do rio é colocada em questão, mas ao contrário da novela *O rei do gado*, que fazia do rio Araguaia um atrativo para a criação de gado, na novela *Araguaia* essa atividade foi criticada por meio da figura do personagem Max-interpretado por Lima Duarte - que nascido no Rio Grande do Sul, instalou-se no Araguaia nos anos de 1960 atraído pela riqueza do garimpo de cristal, e enriqueceu explorando o garimpo e os garimpeiros. Nos anos de 1970, voltou seus interesses para o corte de madeira ampliando sua fortuna às custas de um desmatamento progressivo e clandestino. Depois, começou a criação de gado e já, nas primeiras cenas, mostrou o atrito da atividade em relação ao turismo por divergir com interesses próprios. A novela deu bastante ênfase aos acampamentos e o lazer no Araguaia, exibiu corpos bronzeados, paisagens e belas mulheres em uma espécie de convite à praia dos goianos e ao turismo na região.

Uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar a todo mundo, dos quais se pode dizer que são *omnibus* – isto é, para todo. Os fatos-ônibus são fatos que, como se diz, não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante. As notícias de variedades consistem nessa espécie elementar, rudimentar, da informação que é muito importante porque interessa a todo mundo sem ter consequências. (BOURDIEU, 1997, p. 23)

Para formar consenso de que o Araguaia é um lugar de lazer, o início das gravações da novela *Araguaia*, um Globo Repórter⁵⁵ foi ao ar em 17/09/2010. Nele, o jornalista Alberto Gaspar inicia sua fala dizendo que o rio Araguaia “é uma região menos conhecida e mais fascinantes do Brasil”, as imagens capitadas mostram a riqueza da fauna e flora do rio, suas belezas e seus problemas ambientais. A análise deste documentário mostra o percurso do rio desde sua nascente em Mineiros-GO até à ilha do Bananal, relacionando a beleza da paisagem, problemas de erosão, irrigação da lavoura, preservação, indígenas Javaé e Karajá e Xerente – da ilha do Bananal, o trabalho dos biólogos e o turismo de Aruanã. Segundo a reportagem, o Araguaia possui singularidades tão marcantes que sua imagem e beleza não vão sair tão cedo da lembrança daquela equipe de produção. “[...]ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o *efeito de real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização” (BOURDIEU, 1997, p. 28). Neste caso o Globo Repórter, assim como outras reportagens semelhantes, fez parte de um chamamento para maior visibilidade da região araguaiana.

⁵⁵ Globo Repórter é um programa jornalístico semanal brasileiro produzido e apresentado pela Rede Globo que vai ao ar nas noites de sextas-feiras, atualmente apresentado por Sérgio Chapelin e Glória Maria (GLOBO.COM, 2016).

Na mídia local, uma das maiores formas de visibilidade televisiva dada ao Araguaia ocorreu por uma propaganda do supermercado Marcos⁵⁶ que marcou e influenciou o imaginário de uma geração de goianos. Nesta publicidade, o discurso de preservação é incorporado ao lazer e à apropriação da paisagem nas margens do rio. Atrativa, cativou principalmente as crianças, devido à melodia da música e os personagens bichos que a interpretavam. A partir de então, a imagem do supermercado ficou vinculada à preservação e conscientização ambiental do rio.

Figura 45 - Propaganda televisiva do supermercado Marcos -2003 a 2011.



Fonte: Valderi Francisco da Silva.

Esta campanha surgiu em 2003 como propaganda local. Sua influência permanece na mente das pessoas até os dias atuais. A leitura que se faz a seu respeito é melancólica e saudosista, ela tornou-se um dos símbolos do rio Araguaia de maior visibilidade no Estado de Goiás, na primeira década dos anos 2000. Sua aparição na TV tornou-se um logotipo, uma espécie de ligação entre o supermercado Marcos e as férias no Araguaia. A estratégia foi aumentar as vendas juntamente com a conscientização ecológica com o ideal de preservação do maior símbolo natural do Estado, o Araguaia. Veja abaixo a letra da música (2003-2011):

Chegou o mês, vai começar tudo outra vez
 O bicho homem vem com sua traia, para sujar
 O nosso Araguaia.
 Não jogue lixo na nossa casa, essa beleza é para todo mundo.
 Oh, oh, oh bicho homem vê se não arrasa. (YOU TUBE, 2016).

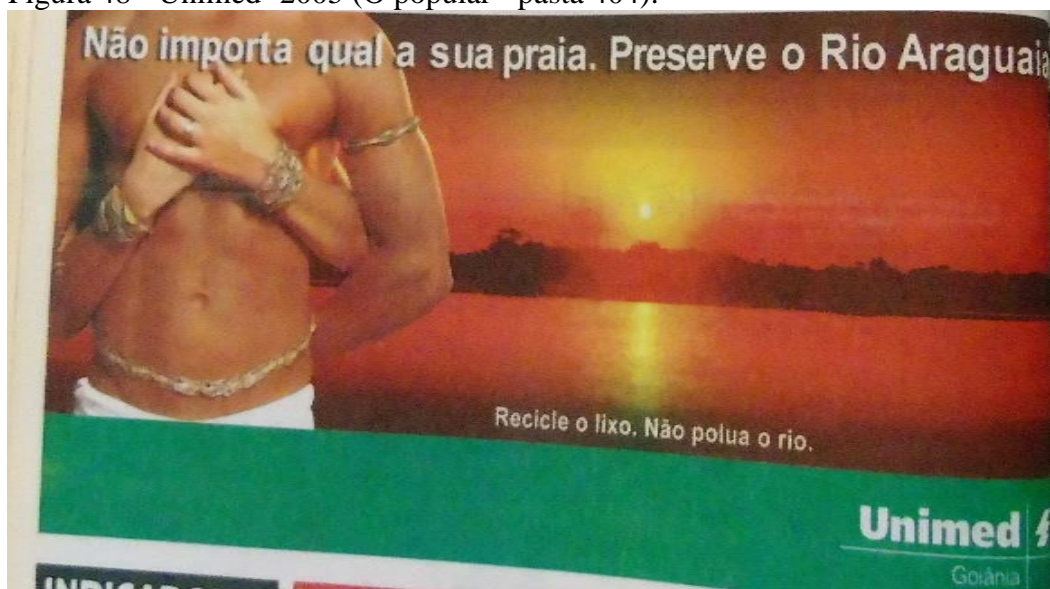
⁵⁶ A rede de supermercados Marcos, empresa genuinamente goiana iniciou suas atividades comerciais no ano de 1970 no setor fama em Goiânia. Em um momento que Goiás vivia um processo de modernização, o auto-serviço agradava cada vez mais o goianiense, uma vez que o serviço já era oferecido no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura 47 - Anúncio Bom Preço Auto Peças.



Fonte: Jornal *O Popular* (2005).

Figura 48 - Unimed- 2005 (O popular - pasta 404).



Fonte: Jornal *O Popular* (pasta 404).

Figura 49 - Embarcação Unimed- Aruanã- 2016.



Fonte: Carla Edieni

O Supermercado Marcos apenas abriu uma fresta para uma infinidade de outras redes se utilizarem do Araguaia, a fim de vincular o lazer ao consumo de seus produtos, dentre eles destacamos, o supermercado Bretas⁵⁷, Hiper Moreira⁵⁸, Carrefour, farmácia artesanal e Unimed, além do ramo de cervejarias que utiliza a imagem das praias do rio para promoverem seus produtos, assim como ocorre nas praias do litoral brasileiro.

Em relação às análises das representações a respeito do Araguaia como exibição de sua presença pública apreendidas pelos jornalistas e pela mídia televisiva de modo geral, nos faz refletir sobre a afirmação de Bourdieu (1997, p. 17), ao dizer que a TV “se tornou hoje uma espécie de espelho de Narciso, um lugar de exibição”. Por outro lado, ao mostrar que aquilo que é representado como exposição pública, como o rio Araguaia, por exemplo, torna-se “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”. (CHARTIER, 1998, p. 20).

Portanto, a mídia e a sua interpretação a respeito do rio induzem os indivíduos a frequentarem o Araguaia como forma de lazer. O fato é que há um vasto conjunto de aspectos sociais, culturais e institucionais representados pela música, relatos, literatura e mídia, que se reconstituem em atos concretos realizados naquele espaço imaginado e apropriado por uma variedade de compreensão capaz de transformá-lo na praia dos goianos.

⁵⁷ A rede de supermercado Bretas – Goiás – também lançou uma propaganda musical fazendo referência à temporada no Araguaia – “Bretas uma temporada de preços baixos com ofertas para preservar a sua economia”. (BRETAS 2016).

⁵⁸ Na mesma linha da propaganda do supermercado Marcos a campanha televisiva do Hiper Moreira 2015 faz um apelo à preservação ambiental: – “Nessas férias fique esperto. Não faça nossa praia de lixeira, você cuida do Araguaia ao lado do Hiper Moreira”. (HIPER MOREIRA, 2015). Em 2016 a propaganda do Hiper Moreira não faz campanha no sentido de preservação ambiental, mas liga o consumo em suas lojas à viagem de férias, tendo o rio Araguaia como destino certo. A letra da vinheta musical diz: – A mala já está pronta e a família empolgada, mas antes de pegar a estrada uma parada no Hiper Moreira. Com seu carro revisado, um lanchinho para o caminho. O Araguaia está chegando e suas férias já vão começar. E fecha a mala e pega a estrada vamos para o Araguaia, um descanso para a carteira e uma parada no Hiper Moreira (HIPER MOREIRA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa intitulada “Rio Araguaia: de Utopia de salvação à praia dos goianos” que ora chega ao fim, teve como proposta investigar as formas de usos do rio Araguaia, partindo do pressuposto de que no século XIX, o rio foi sonhado e apropriado para a navegação, em contraste com a mudança de perspectiva na segunda metade do século XX, em que o rio passa a ser utilizado para práticas de lazer em suas praias, como elemento de transformações no imaginário, associado à modernidade.

Percebemos que a região do rio Araguaia está muito presente na historiografia goiana no que se refere a temas como lugar de relações interétnicas, expansão agropecuária e navegação, por isso, os destaques do primeiro capítulo para os projetos dos aldeamentos, dos presídios, e para a navegação a vapor, especialmente para o feito de Couto Magalhães que tornou possível o empreendimento da navegação no rio. Ficou evidente que mesmo não alcançando sucesso, devido aos obstáculos naturais, mas, igualmente importante, a navegação fez surgir o embrião de cidades futuras, pois, o rio é símbolo de pertencimento para o indígena Karajá, caminho, via de transporte de mercadorias e pessoas, suporte das populações que buscavam suas margens para viver e alimentar sonhos de riquezas, fatores importantes tanto para Goiás, quanto para o Mato Grosso, Tocantins, Pará e conseqüentemente para o Brasil.

Instigante para nós foi também a investigação empreendida, no segundo capítulo, sobre a questão da modernização em Goiás no século XX, e que por muitas vezes nos perguntamos, quais eram as expectativas para essa região nesse processo nos primeiros cinquenta anos do referido século? Por isso, afirmamos que essas expectativas estavam relacionadas com a chegada da estrada de ferro, a construção de Goiânia, a Marcha para o Oeste e a transferência da capital federal para o interior do país, primeiros fundamentos capazes de concretizar a urbanização e industrialização das cidades goianas que se atentou para o rio como um ideal de consumo, visto atualmente como lazer e retorno ao contato com a natureza, em contradição ao estilo de vida adotado nas grandes e médias cidades. O reflexo de tudo isso contribuiu para transformar o rio Araguaia em praia, modernizou as embarcações, incrementou o turismo e *ilhou* ainda mais os Karajá de Aruanã.

No terceiro e último capítulo, mostramos que as representações conferidas ao Araguaia como praia dos goianos, se deram por meio da mudança no imaginário e das novas práticas diante da natureza - algo que surgiu nos moldes europeus, chegou nas praias cariocas e na praia

do Cerrado. A natureza do Araguaia que outrora era vista como bela, mas melancólica, na contemporaneidade é vista como paisagem e lugar de lazer. Para compreender como se apresentaram essas transformações, buscamos na literatura, nos relatos, nas músicas, como se deu a inversão de valores na forma de apropriação do rio a partir desse imaginário poético.

Podemos afirmar que a mídia televisiva, a impressa, os vídeos e as propagandas influenciaram e ajudaram a mostrar o rio como produto de consumo, agindo como reforçadores do imaginário das novas relações e significados atribuídos ao rio como a “praia dos goianos”, um dos maiores símbolos na construção da identidade do povo goiano.

Sobre a força da construção midiática, constatamos que as novelas tiveram importante papel em atrair a atenção para o rio, ao mostrar fatos que são de natureza a interessar “todo mundo”, mas de modo tal que prevaleça a *face* do entretenimento. A telenovela *O rei do Gado* - sucesso de público, na década de 1990, mostrou o rio como grande potencial para a criação de gado aliado ao clima bucólico do homem sertanejo - pouco ou quase nada tocou nas questões ambientais. Em 2010, a novela *Araguaia*, intencionalmente mostrou a praia dos goianos, como lugar de lazer e contato com a natureza exuberante do Cerrado, para o Brasil e para o mundo. Essa novela na verdade, fez um convite ao turismo ecológico. Complementando as telenovelas, o formato de documentário em programas como o Globo Repórter relaciona a beleza natural das paisagens com questões ambientais e de preservação. Assim, podemos assinalar que a TV se tornou um lugar que representa, exhibe e divulga as riquezas naturais e possibilidades de lazer, capazes de despertar nos indivíduos o desejo de frequentar o rio como praia.

Portanto, o Araguaia é muito mais que um rio, é uma vasta região ao seu redor, uma parte considerável do Brasil. Seu cenário de belas praias foi também palco de desapropriação de terras indígenas, ocupação agropastoril e também palco de guerras no período da repressão militar. A industrialização e o modo de vida urbana do mundo globalizado deram ao rio um sentido de praia, tomando de empréstimos elementos do litoral. Na busca pela inserção no mundo globalizado, se refez na base da identidade dos goianos e assumiu características ambígua, na forma que os sujeitos se relacionam com seu espaço e a fragilidade de sua beleza. Pois, o mesmo rio que é praia, cercado de belas paisagens, divide-se em área de criação de gado, lavoura e cidades que crescem à sua margem, a vida ribeirinha. Desse modo a questão de preservação faz-se necessária para intermediar as diferentes relações que se dão em um mesmo lugar. O rio, este continua lá, em sua ambiguidade, pois até mesmo na forma que se apresenta no mapa esse rio que parece estar subindo, na verdade desce, como todo rio.

As músicas, os relatos, a literatura, as leis ambientais e as propagandas transformaram-se em suporte simbólico na constituição da imagem do rio Araguaia, e este se constituiu em identidade social dos goianos. Chegamos a essa constatação, também em virtude das transformações e especificidades advindas por meio dos projetos de modernização adaptados para Goiás. Afinal, rio e sociedade formam uma estratégia de jogo simbólico onde, combinados, resultam em lugar e personalidades que assumem características de um lazer moderno e tradicional, peculiar aos padrões definidos, no entanto, possível no que diz respeito aos muitos *brasis* que coexistem.

A pesquisa aqui apresentada não tem a pretensão de encerrar o debate sobre os assuntos e temas abordados, especialmente sobre as embarcações a motor que precisam ser melhor investigadas por ser um rico e relevante objeto de estudo nas questões que envolvem as atividades de lazer e a vida cotidiana dos que vivem em suas margens. Afinal, ninguém pesca no Araguaia, nem transporta sua “traia” para as praias, sem uma embarcação a motor. Questão que chamou nossa atenção por sua relevância.

Por fim, se esse estudo não foi de todo novo, trouxe, entretanto, uma abordagem diferente sobre o tema aqui analisado e pode contribuir para o conhecimento de aspectos relevantes da história regional.

REFERÊNCIAS

A INFORMAÇÃO GOYANA. Revista *CD-ROM AGEPEL*. (Coleção fac-símile) Goiânia, 2001.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=AGENCIA+BRASIL+MOSTRA+COPACABANA+CHEIA+2016&noj=1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwift7Wom5PUAhXJEZAKHYt6ACoQ_AUICygC&biw=1093&bih=510. Acesso em: 03/05/2015.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga, 1979.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de julho de 1862*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 13/11/2014.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O Sertão de Amaro Leite no século XIX*. 165 p. dissertação (mestrado interdisciplinar - TECCER) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2015.

AMADO, Janaina; GARCIA, Ledonias Franco. *Navegar é preciso: Grandes Descobrimentos Marítimos europeus*. São Paulo: Atual, 1989.

_____. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>>. Acesso em: 03/12/2016.

ANUÁRIO TURÍSTICO DE GOIÁS. Goiânia: Sebrae, 1995.

ARAGUAIA. *Propaganda do supermercado Marcos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i92g3x8RweY>. Acesso em: 21/10/2016.

ARANHA, Oswaldo. *Goiânia na opinião nacional*. In: *Goiânia documentada*. Org. Oscar Sabino Junior. São Paulo: Edigraf. 1960.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *O século XX em Goiás: o advento da modernização*. Orgs. Cristiano Alencar Arrais, Eliezer Cardoso de Oliveira, Tadeu Alencar Arrais. Goiânia: Câne Editorial, 2016.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Morar Metrópole, viver na praia ou no campo: A segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano*. Goiânia: editora UFG digital, 2013.

ASSIS, Antero Cicero de. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr Presidente da Província, em 1º de julho de 1873*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 19/12/2014.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. em 1 de junho de 1842*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 24/05/2014.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Yacarim Melgaço; PARANHOS, Mayara Caiado. *Turismo e os mitos das águas termais da serra de Caldas*. Revista Estudos v.41, Goiânia, 2014, p. 107-118.

BARRA, Marcelo. *Goiano de todo canto (Música)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VFromwij57k> Acesso em: 03/10/2016.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

_____. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco História do Distrito Federal*. 1ª edição, Brasília, solo Editora, 1994.

BORGES, Barsanufu Gomides. *O Despertar dos Dormentes: Estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*. Goiânia: Ed. Cegraf (UFG), 1990.

BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia, corpo e alma*. São Paulo: Ibrasa, São Paulo, 1987.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. *Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado*. 2013. 420 f. tese (doutorado em geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Espaço Social e Espaço Simbólico. O novo capital. Razões práticas: Sobre a teoria da Ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lúcia Machado- Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências sociais*. 6ª edição, Lisboa: Ed. Presença, 1990.

_____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 1997.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

_____. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIXETA, Vera Lúcia. *As “santas” Missões dominicanas em Goiás no final do século XIX*. Escritas vol. 5. n.1 p.127-144, 2013. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/artigo65-nova.pdf>>. Acesso em: 16/09/2016.

CAMINHADA ECOLÓGICA. Disponível em: www.opopular.com.br/.../no-caminho-até-aruanã-25-anos-de-história-da-caminhada. Acesso em: 12/12/2016.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 1ª reimpressão. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CARTA DA PROVÍNCIA DE GOYAZ. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/37147>>. Acesso em 07/03/2017.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia- século XIX*. 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2010.

_____. *Nas águas do Araguaia: A Navegação e a Hibridez Cultural*. Goiânia: Kelps, 2009.

CARVALHO, Gisélia Lima. *A política de turismo no estado de Goiás: Um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção*. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

_____. Viagem a Caldas Novas. In: *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Taylor (org). Goiânia: Oriente, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Coleção Memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1988.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*- Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

_____. *Goiás-Velho, Goiás-Novo: A construção de Goiânia e as utopias dos anos 30*. In: DF letras. Diário da Câmara Legislativa suplemento cultural. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília 1992.

CORBIN, Alain. *Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. trad: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Salatiel Soares. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/oswaldo-aranha-um-politico-que-nao-foi-sombra-de-getulio-vargas>. Acesso em: 26/04/2015.

COUDREAU, Henri (1897). *Voyage au Tocantins-Araguaia*. Disponível em: <http://biblio.etnolinguista.org/coudreau_araguaya>. Acesso em: 01/09/2016.

CREA. *A Engenharia em Goiás*. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiânia: CREA-GO, 2012.

CRESPO, Luiz Augusto. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da província, em 1 de setembro de 1878*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 19/12/2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*/ Org Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DECRETO nº 7378 de 1º de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 15/02/2017.

DIAS, Cleber. *Epopeias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779- 1838)*. Goiânia: Editora da UFG, 2013. 182 p.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

ESPIRITO SANTO, Felicíssimo do. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. vice-presidente, brigadeiro, em 7 de agosto de 1888*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 08/01/2015.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FEBVRE, Lucien, *1878-1956 O Reno: história, mitos e realidades*/ Lucien Febvre; tradução de Eliana Aguiar; apresentação de Peter Scöttler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Aroldo Márcio. *Pires do Rio: a consolidação de uma cidade ferroviária*. In: *As cidades dos sonhos/ organizadores*, Nars Fayad Chaul e Luis Sérgio Duarte da Silva. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

FGV. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedroludovico. Acesso em: 26/04/2016.

FREITAS NASSER. *Jet ski no Araguaia*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=freitas+nasser+fotos+do+rio+araguaia&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKewiAuOLglpPUAhVBj5AKHdzC58Q7AkILg&biw=1>. Acesso em: 20/01/2017.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba - Cidades – beiras: (1850- 1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

_____. *Rios e Cidades - Olhares da história e meio ambiente*. Org. Gandara / Coord. Eugênio Rezende de Carvalho. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

GARCIA, Amauri; AUGUSTO, Luiz; CARNEIRO, Hamilton. *Jeito Goiano*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-TrHXzPXE>. Acesso em: 07/03/2017.

GARCIA, José Godoy. *Araguaia Mansidão*. Goiânia: Oriente, 1972.

GARCIA, Ledonias Franco (1999). *Goyaz: Uma Província do Sertão: Entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. 213p. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1999.

GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca: história e cultura*. São Paulo: Metalivros, 2004.

GASTAL, Susana. Turismo na pós-Modernidade: agregando imaginários. In: *Turismo na pós-Modernidade (des)inquietações/ (orgs.)*. – Susana Gastal e Antônio Carlos Castro Giovanni. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLOBO REPÓRTER. *Araguaia selvagem*. Disponível em: g1.globo.com/globo-reporter/.../2010/.../araguaia-se-estende-por-quase-dois-mil-quil.>. Acesso em: 27/12/2016.

_____. *Hotel JK*. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/03/juscelino-kubitschek-construiu-hotel-internacional-na-ilha-do-bananal.html>. Acesso em: 13/07/2016.

GODOY, José Garcia. *Araguaia mansidão*. Goiânia: Oriente, 1972.

GOMES, Antônio Joaquim da Silva. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr., Presidente da Província, em 5 de junho de 1835*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 02/05/2014.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

GRATÃO, Lúcia Helena B. (À) *Luz da imaginação! “O Rio” se revela na voz dos personagens do lugar- Araguaia*. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/3567>. Acesso em: 13/08/2015.

GUIA TURÍSTICO, Histórico e Cultural do Estado de Goiás. 1ª ed. Goiânia: Agetur, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. São Paulo: LP & A, 2004.

HINO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/simbolos/hino>. Acesso em: 28/10/2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *A visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e descolonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira 2ª ed. 1996.

IANNONE, Carlos Alberto. In: MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974.

IBGE. Baliza, *cidade do Estado de Goiás*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmn=520310&search=baliz> Acesso em: 29/09/2016.

INSTITUTO MAURO BORGES. *Gerência de Sistematização e Disseminação de Informação Socioeconômicas*. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/Godados/2013/01-tab01.htm>. Acesso em: 20/02/2017.

IPHAN. *Bonecas Karajá: Novo Patrimônio Cultural Brasileiro*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1190/bonecas-karaja-novo-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 26/02/2017.

JARDIM, José Rodrigues, *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 5 de junho de 1835*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>. Acesso em: 02/05/2014.

JORNAL O HOJE.COM. *Temporada de férias em Aruanã*. Disponível em: www.google.com.br/search. Acesso em: 07/01/2017.

JORNAL OPÇÃO. *Oswaldo Aranha: um político que não foi sombra de Getúlio Vargas*. Ed. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/oswaldo-aranha-um-politico-que-nao-foi-sombra-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 16/10/2016.

JORNAL, O POPULAR. *Araguaia: temporada entra na reta final*. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/araguaia-temporada-entra-na-reta-final-1.1121275>>. Acesso em: 09/03/2017.

_____. *Arquivo nº 367, Arquivo histórico de Goiás*. Julho – agosto, 1996.

_____. *Arquivo nº 376, Arquivo histórico de Goiás*. Julho 2003.

_____. *Arquivo nº 405- A, Arquivo histórico de Goiás*. Julho 2005.

_____. *Arquivo nº 494- A/494-B, Arquivo histórico de Goiás*. Julho 2010.

KARASCH, Mary. *Catequese e Cativo político indígenista em Goiás: 1780-1889*. Disponível em: *História dos índios no Brasil/ Org Manuela Carneiro da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: contraponto / PUC, 2006.

LACOMME, Jacintho. *Memória dominicana*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n, 3, Goiânia, 1917.

LEÃO, Felisdeu. *Canoeiros do Araguaia: vagueando pelos rios brasileiros*. Baurú: editora própria, 2004.

LEI COMPLEMENTAR nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999 (Goiás, 2002). Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2318. Acesso em: 02/02/2017.

LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

LIMA FILHO, M. Ferreira. *Hetohoky um rito Karajá*. Goiânia: ED. UCG, 1994.

_____. *Karajá de Aruanã*. In: *Índios de Goiás. Uma perspectiva histórico-cultural*. Moura, Marlene Castro Ossami (org). Goiânia: ed. Da UCG/Ed Vieira/ Ed. Kelps, 2006.

LIMA FILHO, M. Ferreira. *O (Des)encanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: Ed da UCG, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMA, Valdivino Borges de. *A espacialidade da indústria em Goiás: “A nova marcha para o oeste” - o exemplo de Catalão*. Tese (doutorado em geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2015.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Fontes históricas/ Carla Bassanezi Pinski (org). – São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Eduardo Olímpio. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 01 de maio de 1850*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 08/11/2014.

MACHADO, Laís Aparecida. *Uma cidade no sertão*. In: *Formas e tempos da cidade/ org. Manoel Ferreira Lima Filho e Laís Aparecida Machado*. Goiânia: Câne Editorial, Ed. UCG, 2007.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX*. In: *Revista Estudos Históricos*, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2115/1254>>. Acesso em: 22/03/2016.

MACIEL, Dulce Portilho. *A Rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil: entre Goiás e Belém do Pará – 1846/1967*. In: *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil / Alcides Gollarti Filho, Paulo Roberto Cimó Queiroz (organizadores)*. – Dourados: Ed. UFGD, 2011.

MAGALHÃES, José Vieira de. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de junho de 1863*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 25/11/2014.

_____. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974.

MAIA, Valter Estácio. *Desenvolvimento econômico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2005.

MAPA TURÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: www.observatoriodoturismo.tur.br. Acesso em: 11/01/2017.

MARIANI, Francisco. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de junho de 1853*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 22/11/2014.

MARTINS, Tattiussa. Entre a cidade sonhada e a cidade real. In: *Formas e tempos da cidade/org*. Manoel Ferreira Lima Filho e Laís Aparecida Machado. – Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MASCARENHAS, José de Assis. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Presidente da Província, em 01 de outubro de 1839*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 10/05/2014.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás. Em 1 de junho de 1845*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 12/07/2014.

MELO, Jonas Israel de Sousa. *O Rio Araguaia: Povoamento e mudanças na paisagem (1513-1967)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

MENDES, Daniel de Jesus; FERNANDES, Gilberto Junior; KURAMOTO LUIS, Kelly Cristina (2008). *Branding: Como os clientes percebem a marca Marcos do segmento supermercado*. Monografia (administração em Marketing) - faculdade Alves Faria, Goiânia.

MONTESQUIEU, *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. da província, em 3 de novembro de 1881*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 08/01/2015.

MORUS, Thomas. *Utopia I Thomas More*; Prefácio: João Almino; Tradução: Ana de Melo Franco. Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, - Brasília 2004.

MÚSICA. *Araguaia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i92g3x8RweY>. Acesso em: 01/03/2017.

MÚSICA. *Canoeira do Araguaia*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mw7v9OutbTY>>. Acesso em: 01/03/2017.

MÚSICA. *Travessia do Araguaia*. Disponível em: http://www.recantocaipira.com.br/duplas/tiao_carreiro_pardinho/tiao_carreiro_pardinho.html. Acesso em: 01/03/2017.

MUZEU ZOROATRO ARTIAGA. *Peças do Vapor Colombo*. Goiânia, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NOTA DE 1.000,00 (MIL CRUZEIROS) 1990. *Estampa Candido Rondon e indígenas Karajá*. Disponível em: <http://www.fatosdesconhecidos.com.br/como-eram-as-antigas-notas-de-cruzeiro/>. Acesso em: 16/02/2017.

NOVELA ARAGUAIA. *Ator Murilo Rosa- em cena nas margens do Araguaia-* 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?noj=1&biw=1093&bih=510&tbm=isch&sa=1&q=memoria+globo+araguaia&oq=memoria+globo+araguaia>. Acesso em: 10/01/2017.

_____. *Logomarca da novela Araguaia*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?noj=1&biw=1093&bih=510&tbm=isch&sa=1&q=memoria+globo+araguaia&oq=memoria+globo+araguaia>. Acesso em: 10/01/2017.

NOVELA O REI DO GADO. *Cena de Patrícia Pillar no rio Araguaia* –1996. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?noj=1&biw=1093&bih=510&tbm=isch&sa=1&q=o+rei+d+o+gado+filmagem+no+araguaia&oq=o+rei+do+gado+filmagem+no+araguaia>. Acesso em: 12/11/2006.

NUÑES, Carlinda Fragale Pate. *A Trama do espaço em Amazona de Sérgio Sant'Anna*. In: Espaço e literatura: inscrições da cultura na paisagem/ Francisco Vesceslau dos Santos, Carlinda Fragele Pate Nuñez, (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2010.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. *As Representações do Medo e das Catástrofes em Goiás*. UNB, Brasília, 2006.

_____. *O medo dos colonizadores em relação ao indígena na expansão da fronteira colonizadora em Goiás nos séculos XVIII e XIX*. In: Fronteira Cerrado: Sociedade e natureza no oeste do Brasil/ – Goiânia: América, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil de JK: a construção de Brasília*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>. Acesso em: 05/02/2017.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Entre o sertão e o litoral: cultura e o cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. In: História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*- 4 ed. – Goiânia: Ed. UCG, 1976.

PEDRO, Antônio; CÁCERES; Florival. *O Renascimento cultural ou Renascença*. In: História Geral, 2ª edição, São Paulo: Moderna, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura*. In: Simpósio Nacional da História. Florianópolis. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: FFLCH, ANPUH, 1999, p. 819- 831.

PESCA ESPORTIVA NO RIO ARAGUAIA. Disponível em: g1.globo.com/.../pesca-esportiva-e-uma-das-principais-atracoes-do-rio-araguaia-em-g. Acesso em: 15/01/2017.

PIMENTEL, Tatiane Dias. *A televisão e a internet: O jornalismo e o exercício da cidadania*. Dissertação (mestrado em comunicação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PORTELA, Cristiane de Assis. *Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.

PRODIAT. *Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia – Tocantins*. In: Programação do Turismo para Bacia do Araguaia – Tocantins. Brasília, 1985.

RAMALHO, Joaquim Ignácio. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 01 de maio de 1846*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 05/11/2014.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 01 de maio de 1847*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 05/11/2014.

RAMOS, Daniel da Rocha. *A invenção da praia e a produção do espaço. Dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES*. 189 p. Dissertação mestrado em arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RAMOS, Laura Marina Jaime. *Romaria das Águas [manuscrito]: ambiente, afeto e representações nas praias do Rio Araguaia-GO/ Tese de doutorado (Apresentado ao Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA)*. UFG. – Goiânia 2011.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1996.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: A influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

ROCHA, Leandro Mendes. *Aruanã-Go: Identidades e Fronteiras étnicas no Rio Araguaia*. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewArticle/571>. Acesso em: 16/02/2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Bruno Gonçalves dos. *Aos Bons Goianos: Questões políticas e a mudança da capital de Goiás nas páginas d' A Informação Goyana (1917-1935)*. 2015. Dissertação de Mestrado ao programa TECCER, Anápolis.

SILVA, Sandro Dutra et al. *Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: América, 2013.

SILVA, Valderi Francisco da. *Propaganda televisiva do supermercado Marcos 2003-2011*. Disponível em: https://www.google.com.br/search?noj=1&biw=1093&bih=510&tbm=isch&sa=1&q=supermercado+marcos+valderi&oq=supermercado+marcos+valderi&gs_l=i. Acesso em: 25/01/2017.

SIQUEIRA, João Bonifácio Gomes. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Desembargador e vice-presidente da província de Goiás, em 1º de setembro de 1867*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 27/11/2014.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Desembargador e vice-presidente da província de Goiás, em 10 de setembro de 1868-1869*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 27/11/2014.

SOUSA, Suely Pereira. *Caldas Novas (GO): O uso das águas termais pela atividade turística - das aparências à revalidate*. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Goiás Goiânia, 2011.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *Plano de Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/362067>>.htm. Acesso em: 15/02/2017.

TELES, José Mendonça. *Ser Goiano*. Disponível em: <<http://www.ubebr.com.br/post/cronica/ser-goiano-jose-mendonca-telles>>. Acesso em: 10/03/2017.

_____. *Um rio dentro de mim*. Goiânia: Oriente, 1979.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: companhia das letras, 2010.

UMBELINO FILHO, José Eduardo Mendonça. *O que não é espelho: Uma análise da imagem do público leitor no campo jornalístico*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 2013.

VELDE, Van Del. *The Beach at Scheveningen 1658, Oil on canvas Staatliche Museen, Kassel/Adriaen's van del Velde*. Disponível em: <<http://www.wga.hu/framese.html?/html/v/velde/adriaen/beachsch.html>>. Acesso em: 12/07/2016.

VENÍCIO, Márcio. *Rio sem água, natureza sem vida*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/jornal-do-campo/videos/t/edicoes/v/ultima-reportagem-da-serie-rio-sem-agua-mostra-fiscalizacao/5364075/>>. Acesso em: 21/11/2016.

YOUTUBE. *Música da propaganda Marcos Supermercado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i92g3x8RweY>. Acesso em: 04/10/2016.